

CAMILO CASTELO BRANCO

O REGICIDA

O REGICIDA

CAMILO CASTELO BRANCO

O REGICIDA
ROMANCE HISTÓRICO



Edição de Ângela Correia

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA

LISBOA – 2013

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

www.incm.pt
www.facebook.com/INCM.Livros
editorial.apoiocliente@incm.pt

Design: Undo
Impressão: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Tiragem: 1000 exemplares
1.ª edição: fevereiro de 2013
ISBN: 978-972-27-2124-0
Depósito legal: 350 521/12
Edição n.º 1019302

A

Francisco Martins de Gouveia Moraes Sarmiento

oferece

o seu amigo mais devedor e agradecido

Camilo Castelo Branco

ADVERTÊNCIA

A urdidura deste romance, que afoitamente denominamos *histórico*, deu-no-la um manuscrito, que pertenceu à livraria do secretário de estado Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas.

O coletor destes apontamentos, que a história impressa, respeitando as conveniências, omitiu, foi contemporâneo dos sucessos que arquivou, pois escrevia em 1648.

De lavra nossa, neste romance, há apenas os episódios, que me saíram ajustados e congruentes com os traços essenciais da narrativa.

António Leite, casado com Maria Pereira, e morador na vila de Guimarães, em 1634, era o cuteleiro de maior voga em Portugal.

Naquele ano, tinham um filho, de nome Domingos, com dezessete anos de idade.

Quisera o pai ensinar-lhe a arte, que lhe dera fama e dinheiro. A mãe desejava que o rapaz fosse frade, consoante à vontade de seu irmão fr. Gaspar de Santa Teresa, leitor apostólico de moral no convento de S. Francisco de Lisboa.

Ora o rapaz não queria ser frade nem cuteleiro: aspirava ardentemente um ofício mais prestadio ao género humano infermiço: queria ser boticário.

Era esperto o moço, não só por que apetecia ser boticário; mas porque realmente era agudo de intendimento, ladino, sedento de saber tudo e propenso a correr mundo, tendência, na verdade, incompatível com a quietação da almejada botica.

Aos quinze anos, Domingos sabia latim, cursava filosofia de Aristóteles com um insigne mestre da ordem franciscana, e lia os cartapácios farmacêuticos do frade boticário do mesmo convento.

Participou Maria a seu irmão frei Gaspar a inclinação do filho. Respondeu o prudentíssimo tio que lhe não torcessem a vocação, por quanto em todos os misteres podia um bom cristão servir o próximo e ganhar o céu. E, em prova do seu aplauso, mandou ir o sobrinho para Lisboa, a fim de lhe arranjar mestre que o exercitasse e aprovasse.

Foi Domingos Leite para a capital, e entrou como praticante na botica do Hospital Real, sob direção de Estêvão de Lima, o primeiro mestre de farmácia entre os quarenta e três boticários de Lisboa.

Ao cabo do primeiro ano, o professor não tinha que lhe ensinar. Domingos intendia e aviava as receitas com rara destreza. A estatística mortuária, se não tinha diminuído, também não tinha aumentado. Todavia, o hábil praticante mostrava-se descontente daquele género de vida, e de si consigo resolvera encarrear-se para outro destino mais adequado a umas vaidades do mundo que lhe estonteavam a cabeça de mistura com o cheiro nauseativo das drogas moídas no gral.

Frequentava a famosa botica Luís das Póvoas, provedor da alfândega, que se comprazia de conversar com Domingos Leite em coisas de letras, mormente poetas latinos. O rapaz revelou ao provedor o seu desgosto da botica, e rogou-lhe que o empregasse na alfândega. Vê-se que já em 1636 os bons talentos portugueses, as águias do génio, pairavam sobre as preias alfandegueiras, como hoje em dia sucede com tanto literato que prefere à glória de rimar ao ar livre a atmosfera aziumada dos armazéns, e o fartum engulhoso da matulagem.

De feito, Luís das Póvoas acedeu à petição de Domingos Leite, nomeando-o escrivão das «Frutas» com 40\$000 réis anuais de ordenado.

Volvido um ano, o escrivão das frutas confessou ao provedor que a sua vocação definida não era bem a alfândega; que semelhante vida lhe desagradava por monótona; que o seu espírito precisava de repasto mais poético; enfim, que se sentia ali embrutecer com trabalhos em que a inteligência andava grávida de cifras e cifrões, coisas indigestas para quem cismava em trechos de Virgílio ou estâncias de Camões, quando a pena alinhavava a um tendeiro da Rua de Quebra-Costas a conta dos direitos da alfarroba ou do cacau.

– Que queres tu ser então, Domingos Leite? – perguntou-lhe o bom amigo.

– Estou gostando arrebatadamente da música, desde que vossa mercê me levou às festas da capela real. Se eu pudesse arranjar o emprego de moço da capela...

– Achas isso bom? Poucas ambições tens, rapaz!

– O que mais me encanta é o viver com os meus poetas, e ter ali à mão as delícias da música. O ordenado é pequeno; mas setenta cruzados chegam e sobram. Lá ao diante, se eu granjear cabedal de saber para dar a lume algumas ideias que me cá refervem nos miolos, então darei glória ao meu nome. Quanto a bens de fortuna, lá está meu pai na oficina a ganhar-me o património. Sou filho único, e com pouco hei de ir onde vão os grandes.

– Olha tu que os grandes não começaram por moços da capela real...

– Bem sei; mas eu, quando desprender as asas, voarei do zimbório da capela, e irei poisar nas grimpas dos palácios.

– Vê lá se te aguentas no voo, meu Ícaro! – redarguiu o provedor – Cuidado contigo que não tenhas de voltar à botica a manipular aquela erva bicha e o pastel de carne de gato com que me curaste das almorreimas...

– Não tenha medo, sr. Luís das Póvoas. Os homens da minha têmpera têm fados esquisitos! Eu, às vezes, sinto uns deslumbramentos que me cegam! Se eu não fosse filho de meu pai cuteleiro, e pudesse desconfiar da honestidade de minha mãe, havia de crer que o meu sangue girou já nas veias dos duques de Guimarães!

– Serás tu filho do real Encoberto D. Sebastião que se espera? Toma tento, Domingos, que não te fermente no miolo a parvoíce do rei da Ericeira ou do rei de Penamacor, ou do pasteleiro do Escorial... – voltou casquinando o provedor da alfândega – Vê lá se contendes com o sr. D. João, duque de Bragança, a ver qual dos dois é o Encoberto das profecias do Preto ou do Caldeirão, astrólogo de Cascais!... Enfim, rapaz dos meus pecados, eu falarei ao sr. Miguel de Vasconcelos, e tu serás nomeado moço da capela real com setenta cruzados; e, depois, quando te sentires com voadoiros de servir, ala-te do zimbório da capela; mas guarda-te de avoares com asas de pau dadas por algum cioso dos que seguem as damas da princesa Margarida a ouvir as antigas cançonetas do Guerreiro, os motetes do duque de Bragança, e os tonadilhos de Diogo de Alvarado. [NOTA 1] Ora queira

Deus!... És bem apessoado; tens-me uns requebros de poeta galã; lês muito pelo livro das *Saudades* de Bernardim Ribeiro, que os moços do monte de el-rei D. Manuel mataram a tiro na Rua Nova. [NOTA 2] Não vás tu pensar que o amor dá asas, e que o trato com as Camenas te habilita a ser ruissenhor do paço!...

– A boa fortuna – replicou enfaticamente o moço – há de dar-ma o engenho e a arte...

– *Se a tanto me ajudar*, disse o Camões, e a nada o ajudou, nem sequer a envisgar de raiz o coração daquela dama da rainha D. Catarina...! Chamavam-lhe a Boca-Negra, da alcunha da mãe; mas meu pai, que a viu no mesmo dia em que o poeta a encontrou na igreja das Chagas, numa sexta-feira da Paixão, em 20 de abril de 1542, disse-me que a menina era tão esbelta como treda. Que farte a cantou o poeta com diversos nomes; até que ela, nordeando o coração a mais substanciosos amores, tratou casamento com outro, e finou-se antes de realizar o intento. À conta desta ingrata quatro vezes foi desterrado o nosso Homero: primeiro, de Coimbra, onde estava a corte, para Lisboa. Veio a corte para Lisboa, desterraram-no para Santarém; depois para África, e por derradeiro para a Índia, donde voltou à mercê de alguns passageiros. [NOTA 3]

Não são demais estes exemplos referidos a um galã de Guimaraães que vai emplumar as asas debaixo dos tetos reais da vice-rainha duquesa de Mântua para depois voar...

– Sei todas essas histórias, sr. provedor – atalhou Domingos Leite. – E sei outras muitas de igual moralidade, como a do poeta Jorge da Silva, que expiou no Limoeiro os seus amores a uma irmã de D. João III; e também sei que D. João da Silva, por malogrado amor à imperatriz Leonor, filha de D. Afonso V, se fez frade franciscano, chamou-se o Beato Amadeu, e disciplinou as rebeldes carnes, lembrando-se sempre do paço como S. Jerónimo se lembrava das virgens de Roma nos areais do mar Morto. Não ignoro que D. Afonso V mandou degolar um Duarte de Sousa que visitava fora de horas uma das suas criadas. Sei, finalmente, o que custam sereias da corte, desde que D. João I mandou queimar no Rossio o seu cama-

reio Fernando Afonso, porque uma dama da rainha se queimara nas chamas do gentil galã... Sei tudo o que diz ao intento das reflexões de vossa mercê; mas eu já lhe declarei que vou atraído à capela real pela música à imitação do penhasco arrastado por Orfeu; depois, irei, como César, *quo Deus impulerit*. De damarias não curo, nem por mulheres vai longe quem lhes procura a fortuna no regaço. Não me deu Deus jeitos de pajem, nem de namorado de arrabil. Sou de Guimarães, onde os corações têm mais aço que flores. Tudo que ali nasce parece sair da forja onde se fazem as rijas lâminas das facas de mato e das alabardas.

II

A residência no paço da Ribeira facilitou ao moço da capela relacionar-se com fidalgos que o estreparam da turba da criadagem.

O capelão-mor D. João da Silva, irmão do marquês de Gouveia, agradecido ao rei intruso que, em 1625, dera a seu irmão Manrique, conde de Portalegre, a coroa de marquês, ajoelhava nos estrados da vice-rainha, como outros muitos portugueses que, volvidos quatro anos, a ameaçaram de ser despejada à rua sobre o cadáver de Miguel de Vasconcelos. [NOTA 4]

Este D. João da Silva corria com os negócios da grande casa de seu irmão, e sentia-se escasso de ideias e até de ortografia para dignamente fazer a correspondência. Outros fidalgos lhe gabaram a esperteza de Domingos Leite, incitando-o a estipendiá-lo como secretário.

Convidado para o serviço da casa do capelão-mor, o moço da capela, perscrutando ao longe, na escrevaninha de D. João da Silva, uma aberta, para elevadas regiões, aceitou o encargo com dobrado salário, e saiu do paço com fastio à música do Alvarado e aos Vilhancicos do Guerreiro com que na noite do Natal lhe gelaram a piedade na alma e nos ouvidos.

Logo que pôs mão no arquivo da casa de seu amo, assinalou-se a atividade inteligente do secretário. Ganhando a confiança de D. João e também a do marquês, entrou no segredo de certos atos clandestinos da política, e por aí lhe alvoreceram esperanças de entrar em

carreira mais frisante com a sua vocação, que ele ainda não sabia pontualmente qual fosse.

Com quanto os Silvas da casa de Portalegre ou Gouveia não sejam nomeados entre os principais fautores da conjuração heróica a favor do duque bragantino, é averiguado que o marquês de Gouveia e seus irmãos assentiram à sublevação de 1640; doutro modo D. João IV não nomearia seu mordomo-mor o marquês que recebera o título da chancela de Filipe III cujo mordomo-mor fora também.*

Em casa do áulico da vice-rainha conversava-se, planeavam-se alvitres acerca da restauração, e não havia reservas na presença de Domingos Leite, abonado por seus amos e pelo entusiasmo dos seus dizeres conceituosos em anos tão juvenis. Os doutores João Pinto Ribeiro e João Sanches de Baena que, para assim dizer, foram o cérebro, o pensamento do gigante que estendeu braços de ferro no 1.º de Dezembro, tinham justificado a confiança dos fidalgos, dignando-se aprovar a admissão de Domingos Leite Pereira às reuniões da gente média, a fim de a ir educando e predispondo com argumentos patrióticos, mui eloquentemente discursados.

E o ensejo veio bem de molde à explosão das iras dum português palavroso. Naquele ano de 1637 era o povo esmagado com tributos; e a nobreza, menos ferida nas suas rendas, olhava de esconso para a desgraça das classes mecânicas, e de fito para os seus próprios interesses. Não obstante, alguns fidalgos sobcapa incitavam ao longe os motins. Nos tumultos de Évora, houve precedência de conciliábulos em que dois homens da cidade e um estranho e desconhecido das turbas oraram de feição a irritar a rebeldia às execuções tributárias do corregedor André de Morais Sarmiento.

* O pai destes fidalgos, tão aceitos a D. João IV, foi D. João da Silva, conde de Portalegre parcialíssimo de Filipe II de Espanha, como filho que era de castelhano, contra D. António Prior do Crato, e contra D. Catarina, duquesa de Bragança. É esse mesmo o autor *Dell'unione del regno de Portogallo alla corona di Castiglia*, publicado com o pseudónimo de *Conestaggio*. Não admira que os filhos de tão fáccioso castelhano se não bandeassem com os patriotas de 1640; espanta, porém, que D. João IV os chamasse ao seu despacho.

Os sediciosos eborenses eram Sesinando Rodrigues e João Barradas; e o de fora era o quasi imberbe Domingos Leite Pereira, que depois de haver pedido na praça a cabeça do corregedor, e rompido os diques à onda popular contra o arcebispo e outros fidalgos que saíram de cruz alçada a sossegar os amotinados, apareceu orando às turbas preceitos de prudência e respeito ao ancião conde de Basto.

Vê-se que a vocação do rapaz, afinal, era a política.

Em 1638 morreu D. João da Silva. Logo o marquês de Gouveia chamou aos segredos da sua escrevaninha Domingos Leite, exonerando-o dos encargos impertinentes da administração da casa, e investindo-o de ocupação mais condigna. Os seus trabalhos meditados e escritos eram relativos à república, já trasladando papéis misteriosos que se trocavam entre Portugal e Castela, já discorrendo de lavra própria declamações contra o usurpador, as quais eram lidas com um sorriso de complacência por João Pinto Ribeiro, e repetidas com ênfase pelo padre Nicolau da Maia aos lagrimosos burgueses da casa dos Vinte-e-Quatro.

A importância do filho do cuteleiro crescia à medida que o perigoso levantamento da nação calcada se avizinhava da destemida audácia de muitos e da receiosa prudência de alguns. Domingos Leite aliava à energia intelectual a impavidez nas mensagens arriscadas. Uma noite se oferecera ele para entrar ao segundo andar do paço da Ribeira cujos corredores conhecia, e apunhalar na sua própria câmara Miguel de Vasconcelos. Galardoaram-lhe com louvores o romano intento; mas dispensaram-no de antecipar o sacrifício de uma vida que poderia abrir a sepultura de muitas vidas preciosas. Aceitaram-lhe, todavia, a melindrosa missão de ir a Madrid prevenir alguns fidalgos afetos à restauração, já quando Miguel de Vasconcelos, desde os tumultos de Évora, o trazia espiado como suspeito de ser o ardente caudilho dos amotinados a casa do corregedor Morais Sarmiento.

Nesta comissão associou-se Domingos Leite a um Roque da Cunha, homem passante dos 40 anos, que ele havia conhecido nas assembleias populares do padre Nicolau da Maia, ardente impulsor do resgate do reino.

Roque vivia misteriosamente e apenas sabia o nome de sua mãe, uma D. Vicência, de quem ao diante se fará menção.

Era temido como valente, e conceituado como perverso; mas ninguém o excedia em veemência de aplausos, quando Domingos Leite proclamava acerca da independência da pátria.

A vaidade do orador transpôs os obstáculos erguidos pela má fama do seu entusiástico ouvinte, e foi procurar um amigo em Roque da Cunha. Travaram-se de íntima estima, a ponto de lhe abrir o cofre dos seus segredos o homem, cujos haveres procediam de fonte desconhecida e forçosamente impura.

Entre diversas aventuras referiu o arrebatado patriota que os seus bens eram a paga de uma boa acção; porém mesquinha paga; pois que, se ele pudesse contá-la em dias de liberdade para a pátria, os portugueses deveriam ladrilhar-lhe de ouro as ruas por onde passasse. Expendido o caso, depois de o exordiar com o ênfase de um Sévola, disse que fora ele quem matara com um tiro de pistola Pedro Barbosa de Luna, desembargador da casa da suplicação, pai de Miguel de Vasconcelos. Deste homicídio havia ele cobrado alguns mil cruzados: e, posto que o mandante fosse um opulento mercador que assim vingava a justiça de um pleito postergada pelo desembargador, Roque da Cunha recebera os tantos mil cruzados com os olhos postos na pátria cativa. [NOTA 4]

Este feito, com outros, significativos de esforço e destemor, captaram a índole de Domingos Leite propensa à admiração da bravura, que em Roque da Cunha era realçada por intendimento e graça no desplante com que assoalhava os vícios ao seu único amigo.

Tal era o companheiro escolhido nas mensagens arriscadas de Évora e de Madrid. E tanto Domingos Leite encareceu depois os serviços do amigo, na volta a Portugal, que vingou levá-lo consigo a Vila Viçosa, e apresentá-lo ao duque, no ato de lhe entregar cartas dos fidalgos com a notícia dos planos discutidos no palácio dos Almadás.

III

O que o leitor sabe sobejamente da história seria impertinência repetir-lho no romance.

A revolução de 1640 é tão falada, desde a escola de instrução primária até às festividades retóricas de cada 1.º de Dezembro, que a pessoa inteligente em cuja mão este livrinho tem o préstimo de a livrar de ler outro pior, me está pedindo que dê vivas à independência nacional e passe avante.

Seja assim, para agradecer a V. Ex.^a e não defraudar historiadores que não têm, quando historiam, análoga consideração com os novelistas.

O duque de Bragança era já D. João IV; e Domingos Leite Pereira, desde janeiro de 1641, era escrivão da correição do cível da corte, lugar que rendia para mais de trezentos mil réis – quantia valiosíssima naquele tempo. Além disso fora-lhe facultado arrendar o ofício e continuar exercendo o posto de secretário do marquês de Gouveia, mordomo-mor de el-rei, e do seu conselho de estado e despacho. O marquês, indo semanalmente à corte, levava consigo no coche o seu secretário: e bem que o deixasse na sala da espera, algumas vezes o rei admitiu ao gabinete de despacho o diserto moço, folgando de o ouvir remedar alguns bassos e típles da capela real da princesa Margarida. É notório que D. João IV foi muito caroável de música; e, sendo analfabeto em quasi tudo, publicou em 1649 uma *Defesa da Música* em língua castelhana, para dar bom exemplo de patriotismo aos escritores coevos. [NOTA 5]

Concorriam em Domingos Leite Pereira predicados bastantes a distinguirem-no. As meninas casadoiras viam o rapaz de vinte três anos, esbelto, valoroso, benquisto dos fidalgos, estimado de el-rei. Os pais destas meninas viam o escrivão da correição do cível, o secretário do conselheiro de estado, o mancebo fadado para coisas grandes.

Nem sequer uma leve mancha de judeu, mulato, ou moiro na candidez de tantos méritos! Nem fama pública de vícios, em época tão eivada da corrupção da mocidade! Bastava a honrar-lhe os créditos de bom cristão ser ele sobrinho de fr. Gaspar de Santa Teresa, já prior de franciscanos, e tão bom patriota que havia sido ele o primeiro que dera a ideia de despregar o braço de Jesus crucificado a fim de persuadir ao povo revoltado no 1.º de Dezembro que a imagem do redentor desencravar a mão da haste da cruz para abençoar o povo que lhe estendia os devotos braços banhados de sangue!

O manuscrito que vai arquitetando este livro, ao entrar no período amoroso de Domingos Leite, diz singelamente: «saíram-lhe muitos casamentos.» E, nomeando algumas noivas de nascimento ilustre, repara e nota que o escrivão do cível se esquivasse a aparentar-se com famílias primaciais rejeitando a neta de um bispo do Funchal, que era muito parenta da casa de Bragança e descendente de reis. [NOTA 6]

Passava então por ser uma das mais lindas mulheres da classe média, em Lisboa, Maria Isabel, filha de um ricoço da Rua dos Tanoeiros, João Bernardes, de alcunha o Traga-Malhas. Aos quinze anos era a moça tão tentadora, os fidalgos tão tentadiços, e a honra das famílias tão menosprezada, que a mãe de Maria Isabel fez voto ao Santo António de fr. Bartolomeu dos Mártires acender-lhe luz toda a noite para que lhe vigiasse a filha enquanto ela fosse solteira: tamanha era a falta de iluminação e polícia na Rua dos Tanoeiros em 1639! [NOTA 7].

Como era filha única e seus pais contavam bons vinte mil cruzados em moeda, Maria teve mestre de escrita em casa – um padre de boa fama, do qual ao diante daremos ampla e funesta notícia. Formosa, rica e esclarecida, por consequência um ótimo casamento para

filho segundo de casa ilustre, e o mais que podia ambicionar Domingos Leite.

Foi o tio frei Gaspar quem lhe falou o casamento, por ser muito da família Traga-Malhas, e diretor espiritual da mãe da noiva.

Maria, ao princípio, balbuciava respostas evasivas a respeito de casar-se; porém, quando viu Domingos Leite, e o ouviu dizer-lhe umas palavras tão cândidas que mais o pareciam pelo que o rosto respirava de amorosa brandura, decidiu-se apaixonadamente.

No entretanto, quando tudo era alegria na família, Maria Isabel escondia-se a chorar, e fazia promessas valiosas ao Santo António do sabido nicho em troca de um milagre de costa acima. Lá ao diante, formará o leitor conceito da natureza do milagre solicitado, e então verá que tal era ele que o santo, se o não fez, foi porque realmente não pôde.

O escrivão do cível da corte recebeu os emboras dos amigos mais ou menos invejosos, quando anunciou o seu noivado com a filha do Traga-Malhas; e redobrou a inveja das congratulações ao saber-se que o rico tanoeiro dotara a filha com dez mil cruzados. Ora para aproximadamente computarmos o valor de dez mil cruzados naquele ano de 1642, basta saber-se que, no ano anterior, o mais opulento negociante de Lisboa, Pedro de Baeça, tesoureiro da alfândega, condenado à morte em suplícios atrozes, como cúmplice na conjuração de alguns fidalgos contra D. João IV, ofereceu em troca da vida a enorme quantia de trinta mil cruzados!

Domingos Leite Pereira foi presenteado com rica baixela de prata pelo rei, quando alfaiava a sua casa no sítio chamado o Salvador. O marquês de Gouveia assistiu como padrinho do casamento, e o prelado franciscano deu a bênção nupcial aos cônjuges, e uma preciosa gargantilha de diamantes à esposada, por ordem de sua irmã, e de seu cunhado, pais do desposado.

Principiou na alcova conjugal, quando os anjos do amor e da ventura deviam vedar os umbrais dela à tristeza e à desgraça, uma secretíssima luta de desconfiança e lágrimas, de invetivas afrontosas e juramentos de mãos erguidas. Quem diria que, àquela hora alta da

noite, uma formosa mulher, com as tranças desatadas em serpentes pelas espáduas convulsas, ajoelhava aos pés do marido, e, lavada em lágrimas, soluçava:

– Eu te juro que nunca amei outro homem! Não intendo as perguntas que me fazes! Fui criada no regaço de minha mãe! Nunca saí de casa senão para a igreja, e sempre com minha mãe! Os homens que para mim olhavam uma vez não me tornavam a ver... Não me perguntes se amei alguém neste mundo, que metes a tua alma no inferno, e me dás vontade de me ir afogar no Tejo com a minha vergonha!...

Já se vai vendo que o padre Santo António do nicho assistia de longe e neutral a este lance.

A luz do dia seguinte não alvorejou na alma entenebrecida de Domingos Leite Pereira. Apenas rompeu a manhã, o noivo saiu do tálamo como de um cavalete de tratos, e foi em direitura procurar o seu antigo mestre de farmácia Estêvão de Lima. Admitido à escrevaninha do matutino boticário do hospital real, revelou no rosto lívido o febril anseio de intender as anomalias possíveis na estrutura do corpo humano. Disse ele ao sábio em poucas e tartamudas palavras a ignorância que o atormentava.

Estêvão de Lima ouviu-o cabeceando, baixou os óculos da testa sobre o promontório do nariz, ergueu-se silencioso, abeirou-se das altas estantes dos seus livros, e tirou as seguintes obras de medicina, que ia sacudindo da poeira, e atirando para sobre a banca: Amatus Lusitanus (ou João Rodrigues de Castelo Branco) Abraham Neemias, Tomás Rodrigues da Veiga, António Luís, João Valverde, Garcia Lopes, Averróis, Afonso Rodrigues de Guevara.

Quando desempovava o último, afirmou o douto boticário:

– Este físico é chavão na matéria, se bem me recordo.

E, percorrendo a lista alfabética das coisas notáveis, pôs o dedo infalível na questão sujeita, e disse ao ofegante interlocutor:

– Veja isso a páginas 488, coluna primeira.

O conteúdo da coluna primeira da página 488 da obra admirável, chamada *De Re Anatomica*, não se reproduz, em respeito às damas

que se dispensam de saber anatomia, apesar da senhora Deraisme, certa adversária conspícua de Dumas, para a qual o saber ciências da organização humana é coisa útil às damas maridadas.

Qualquer que fosse, porém, o contexto da página consoladora, é certo que na face de Domingos Leite transpareceu a claridade da interior alegria, e tanto era o desafogo, e desopresso o respirar do moço, que se abraçou no seu antigo mestre, exclamando:

– Vossa mercê apagou-me o inferno da alma, e tirou-me da mão o ferro uxoricida!

– Ó mentecapto! – voltou Estêvão de Lima – Quem querias tu matar?!

– Ela que me infamara aos olhos do homem que ma atirou aos braços com uma gargalhada!

– Sobre infamado, matador! – acudiu Estêvão – Ruim filósofo és, Domingos Leite! Se o meu autor Guevara te não defendesse a esposa com o escudo da física, ainda assim deveras cristã e honradamente desligar de ti a mulher indigna, e salvar tua honra interpondo o juízo do mundo como juiz na tua causa. A sentenciada seria ela; e tu, se fosses lastimado, não perderias com isso o direito à veneração dos homens de bem.

– Excelentes razões... – atalhou Domingos Leite; – mas, sr. Estêvão, se eu um dia for enganado, não me dê essas nem outras melhores, que eu não lhas escutarei...

Discorreram sobre o assunto breve espaço, porque Domingos Leite ansiava reconciliar-se com a esposa, pedir-lhe perdão da injúria, indemnizá-la das perguntas ultrajantes com afagos de noivo apaixonado e repeso da injustiça.

Maravilhou-se Maria Isabel, quando o esposo entrou alegre, e a surpreendeu enfardelando nos baús os seus vestidos.

– Que fazes?! – perguntou ele já de má sombra.

– Arranjava a minha roupa...

– Com que intento?

– De me voltar a casa de meu pai.

– Fugindo?

– Fugindo, não; livrando-te da mulher inocente que tu cobriste de afrontamentos.

Demudou-se-lhe o semblante em ares suplicantes, e dobraram-se-lhe os joelhos aos pés da esposa ilibada pela página 488, coluna primeira, do livro *De Re Anatomica* do físico taumaturgo Afonso Rodrigues de Guevara.

– Perdoas-me? – balbuciou Domingos Leite, unguindo-lhe as mãos de lágrimas.¹

E ela, que ainda tinha pudor na consciência, sentiu embargar-se-lhe na garganta a palavra que perdoava, e ajoelhou também apertando-o freneticamente ao coração.

Amaram-se em redobro desde aquele momento: ele porque ofendera uma inocente; ela... porque o santo Antoninho do nicho lhe fizera afinal o milagre. «E, se não era milagre, diria ela consigo, onde foi meu marido desfazer as suas suspeitas? Quem o despersuadiu?»

Nós é que sabemos como foi.

IV

Em alegre paz derivaram dois anos.

Ao fim do primeiro, deu ao amor de seu marido Maria Isabel uma menina.

Pouco depois, duplicou-se a riqueza do casal com o falecimento do Traga-Malhas, e a entrada da viúva num recolhimento da Terceira Ordem de S. Francisco.

Não obstante, a felicidade do antigo aprendiz de boticário era dardejada pela inveja disfarçada no epigrama.

Quando Maria Isabel aparecia nas festividades de igreja, igualando-se nas pompas às mais ricas fidalgas, rumorejavam-se facécias que eram vitorizadas com frouxos de riso.

A corrupção da época vestia-se de gala nas mulheres. Maria Isabel, por que sabia que as fidalgas a remoqueavam, de dia para dia dava novo pasto à sátira. Arrastava saias golpeadas de mosqueta; corpetes recamados de ouro; chapins estrelados de prata e pérolas; fraldelhins agrinaldados de rubis. Saía em liteira sua, das mais adamascadas e pintadas, com lacaios bizarramente vestidos.

E, por sobre tudo isto, realçava como engodo ao despeito aquela esplendorosa beldade de Maria Isabel, a quem as senhoras dos palácios, arruinados como a honra própria, chamavam a *Traga-Malhas tanoeira*.

Neste em meio, Domingos Leite Pereira, advertido pelo marquês de Gouveia que pusesse cobro ao luxo da mulher, respondeu que era bastantemente rico...

– E bastantemente inepto, sr. Leite – acudiu o mordomo-mor – Quando um marido assim arreja sua mulher para a exhibir nos adros das igrejas, os outros podem suspeitar que ele a veste, à guisa de moira de procissão, para a mostrar bem adubada e apetitosa à cupidez dos outros.

– Se o sr. marquês pensasse como esses vilões que assim pensam, eu sairia da sua casa, com a mágoa de o não poder reptar ao baixo ponto em que está a honra dos plebeus – replicou Domingos Leite com altivez.

– Eu não penso assim – obviou o fidalgo – mas sei como os outros pensam.

– Quem são os outros? Diz-mo V. Ex.^a?

– Não denuncio, sr. Leite; advirto-o e mais nada. Vossa mercê conhece os livros; mas desconhece os homens. Tem grandes espíritos; mas possui imperfeitíssima razão. Guarde isto que lhe digo; e oxalá que eu nunca lho recorde.

– Sr. marquês! – volveu o secretário com veemente arrebatamento – se minha mulher não é a honesta esposa que eu creio, diga-mo; peço a V. Ex.^a pela sorte de suas filhas!

– Nada sei... – balbuciou o marquês, restando a perturbação.

– V. Ex.^a está indeciso! – sobreveio Domingos Leite agitado.

– Não seja louco! – objetou o velho, refazendo-se de aparente serenidade – Nada sei de sua mulher que o desdoure.

E, rematando o diálogo, o mordomo-mor disse que el-rei o esperava para o despacho.

Esta acerba palestra instilou peçonha no coração de Domingos Leite.

Havia um só homem e esse o mais indigno de todos com quem o marido de Maria Isabel desafogava a plenos pulmões: era Roque da Cunha, que, ao tempo, exercia um ofício dos mais grados entre os aguazis de uma das corregedorias criminais da corte, em recompensa de haver testemunhado em 1641 contra o general Matias de Albuquerque, por indústria e compra dos inimigos daquele insigne cabo de guerra. E, bem que Matias de Albuquerque provasse sua inocên-

cia, D João IV, tão prezador dos denunciantes como dos bons e fiéis gerais, não retirou a Roque da Cunha a paga da aleivosia. Parece que antevira a urgente necessidade daquele homem...

Abriu sua alma Domingos Leite ao assassino de Pedro Barbosa, referindo-lhe o que passara com o marquês de Gouveia, e terminando por lhe perguntar se ouvira qualquer calúnia contra a honestidade de sua mulher.

– Ouvi, respondeu friamente Roque.

– O quê?! Acudiu o outro sobressaltado e lívido.

– Ouvi que antes de ser tua mulher tivera outros amores.

– Com quem? Bradou arquejante Domingos Leite.

– Não perguntei. O caluniador disse a calúnia, e adormeceu na Rua dos Romulares com dois bofetões puxados à sustância, que lhe dei nos indignos focinhos.

– Nunca mo disseste...

– Não sou eco de caluniadores, amigo Leite. Encarecer-te a minha amizade com a notícia dos bofetões, seria dar importância a bagatelas. Se eu estivesse em sítio onde pudesse arrancar-lhe a língua mandava-ta embrulhada em uma folha de alface com a mesma facilidade com que to digo.

– Mas conheces esse homem?

– Conheci há muitos anos: era parente de um oficial, ou quem quer que fosse de Miguel de Vasconcelos. Não lhe sei o nome, nem o tornei a ver desde há dois anos. Morreria ele?... Se o matei com o primeiro murro, era escusado pregar-lhe o segundo...

Esta revelação atribulou Domingos Leite por tanta maneira, que Roque da Cunha chacoteava a irracional aflição do seu amigo, chegando a dizer-lhe brutalmente:

– Homem! Se este caso te faz tamanha mozza, parece que estás mais inclinado do que eu a acreditar a calúnia do tal que eu esmurraçei! Enfim, tu lá sabes... – concluiu faceiramente.

– Deixa-me... Olha que me estás fazendo perder a razão! – atalhou o desvairado moço. Vê se me encontras esse homem, Roque! Pede-to a minha honra! Dou-te por esse homem metade do que tenho! Se o

tu não achares, ninguém o achará... Olha que me salvas, se mo trazes! Salvas o teu maior amigo!

– Irei procurá-lo no inferno, se o não achar cá em cima². Confia nos quadrilheiros de todos os bairros de Lisboa. Saibamos: que queres tu do homem?

– O nome do amante que teve Maria Isabel antes de ser minha mulher.

– Então é coisa averiguada que teve? Interpelou despejada, mas razoavelmente o cínico.

– Perguntas-mo!... Balbuciu Leite Pereira.

– Não to pergunto: és tu que mo dizes, homem! Seja como for. Aparecendo vivo o sujeito, queres interrogá-lo, ou fias de mim desembuchar-lhe tudo que ele souber?

– Fio de ti a minha honra, que há de sair limpa dessa prova, ou hei de lavar o ferrete com o sangue de alguém.

– Até mais ver, Domingos Leite. Dá-me três dias e três noutes. Daqui até lá não tujas palavra que possa espantar a caça, percebes? Olha que as mulheres têm faro de três narizes, quando não podem apresentar folha corrida ao almotacé do bairro da virtude.

Nos dias subsequentes, o secretário do marquês de Gouveia, pretextando extraordinários trabalhos, apenas pernoitava em casa; e, apesar de esforçada dissimulação, denunciou a Maria Isabel turvado ânimo e sobressaltos no dormir. Interrogava-o ela amorosamente e com uns abalos de susto. Ele atribuía o seu desossogo a receios da causa da pátria, visto que o exército do Alentejo sofria numerosas deserções, e perigava à míngua de generais. No entanto, a esposa decifrara desgraça eminente em umas lágrimas que lhe vira toldar os olhos fitos no rosto angélico da filhinha adormecida. E perguntando-lhe então por que chorava, ele respondera que chorava em nome da criança a desventura de ter nascido.

Devoravam-no entretanto impaciências de ouvir Roque da Cunha.

Chegou o mensageiro ao escritório de Domingos Leite, no palácio do conselheiro de estado, terminado o prazo prescrito, e começou

dizendo, com solenidade e tristeza, coisas singulares e raras no seu caráter:

– Achei-o. Morava em Alfama, e tem loja de mercearia.

– Bem! Exclamou Leite Pereira com um trejeito de fictícia alegria que poderia igualmente significar a angústia de uma notícia dilacerante. – Que diz ele?

– Vamos de passo. Indaguei primeiro quem tinham sido os oficiais da escrivania de Miguel de Vasconcelos. Nomearam-mos todos; e eu, logo que ouvi o nome de um, recordei-me de que o homem em quem eu dera os cachações era parente do tal. Ora este tal, que foi muito da confiança do ministro, conhecia-o eu como as minhas mãos. Fui ter com ele, e sem detença soube que o seu parente era ten-deiro. Isto no primeiro dia. No segundo, mandei-o chamar por um quadrilheiro à corregedoria. Carreguei a selha, e perguntei-o sobre o que havia dito a respeito da mulher do escrivão do cível Domingos Leite Pereira, no ano de 1643, na praça dos Romulares. Como ele fingisse estar esquecido, lembrei-lhe os dois murros, e ajudei-lhe a memória, prometendo-lhe mandá-lo para o Limoeiro até se lembrar. Confessou então que, estando em um jantar de anos, onde o vinho sobejava e minguava o juízo, ouvira dizer a um dos do banquete, falando-se no teu casamento, que ele conhecia um sujeito que, se não tivesse coroa rapada, a Maria Traga-Malhas e os dez mil cruzados não seriam para ti. E que mais? Perguntei ao homem que engolira o principal. Não sei mais nada, respondeu ele. Chamei um aguazil e disse-lhe que levasse aquele esquecimento ao Limoeiro, e o trouxesse quando ele tivesse mais miúdas lembranças do que ouviu num tal jantar. Deixou-se levar, e foi posto no segredo, e proibido de falar ou escrever a alguém. Segundo dia. Agora o terceiro, que é hoje. Às duas da tarde pediu que o trouxessem à corregedoria. Recuperara a memória. O homem que tinha coroa rapada, e se gabava de te disputar a noiva e os dez mil cruzados, era propriamente o primo dele, que eu conhecera oficial de Miguel de Vasconcelos.

– Como se chamava? atalhou Domingos Leite com os olhos abra-seados e a respiração a trancos.

– Chamava-se o padre Luís da Silveira.

– O quê?... Dize...! Luís da Silveira?...! Esse padre foi o mestre de Maria Isabel... Basta!... Disseste tudo... – rugia Domingos Leite, regirando como fera presa, de um lado a outro da saleta; e tomando o chapéu, apertou as mãos do informador, rugindo-lhe como em segredo: – Se eu precisar de ti, não me desampares... Bem sabes que eu só chamo amigo a quem me matar ou me restituir a honra nesta horrível conjuntura. Olha, escuta-me, Roque... Maria Isabel, antes de ser minha mulher, foi... Oh! Como é atroz esta certeza!...

E, batendo com os punhos nas fontes, ringia os dentes, e istriavam-se-lhe os olhos de filamentos sanguíneos.

Neste comenos, ouviram-se os passos mesurados do marquês mordomo-mor no salão contíguo. Os dois amigos evadiram-se pressurosos escada abaixo.

O padre Luís da Silveira viera da Alhandra para Lisboa, chamado pela fama de pregador, em 1635, tendo vinte e quatro anos de idade.

A marquesa de Montalvão deu-lhe capelania em sua casa, e acesso à estima dos fidalgos mais parciais do rei castelhano. Os sermões de padre Luís degeneravam, pelo ordinário, em arengas políticas em prol da legitimidade dos Filipes, e invetivas irónicas adversas aos sebastianistas. Naquele tempo, tanto os esperançados no vencido de Alcácer-Quibir, como os imaginativos de rei português eram chameados de sebastianistas.

Em casa da marquesa beijara o padre a mão do arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos e Noronha, um dos mais esturrados sustentáculos do domínio espanhol, e tão execrado dos portugueses como Miguel de Vasconcelos.

Afeiçoou-se o arcebispo ao capelão da marquesa, ouvindo-o pregar no aniversário de Filipe IV de Castela, e de moto próprio lhe ofereceu o emprego honroso e lucrativo de oficial do secretário de Vasconcelos.

Nesta posição, e com promessas de boa prebenda na sé lisboense, o sobressaltou a revolução de 1640. Dormia ele ainda o sono do justo, quando o ministro era espostejado no terreiro do paço da Ribeira. A consciência remordia-o já com os delitos oratórios, já com os agravos feitos aos seus compatriotas, sob a égide de ministro despota. Escondeu-se, portanto, no palácio do arcebispo de Braga, que

os conjurados teriam morto, se rogos de D. Miguel de Almeida o não salvassem, e se D. João IV, receoso do clero e de Roma, lhe não desse parte no governo provisório, defraudando de tamanha honra fidalgos que jogaram a cabeça, proclamando-o.

O arcebispo, inflexível à indulgência do rei, urdiu, travado com outros da sua estofa³, a malograda contra-revolução, a fim de reconquistar a graça de Filipe IV.

Carteando-se com o conde-duque de Olivares, confiou a mensagem da correspondência ao seu comensal, padre Luís da Silveira, que três vezes desempenhara destramente a perigosa empresa, disfarçado em almocreve.

Planeada a tentativa dos conjurados, de acordo com a Junta de Madrid, chamada da *Inteligência secreta*, padre Luís, ou porque desconfiasse do bom êxito, ou porque um leicão de infâmia lhe apoiasse na alma, ou – e seria o mais improvável – porque o patriotismo o esporeasse, resolveu delatar os conspiradores a D. João IV.

Outra versão correu explicando a perfídia do padre. Disseram que ele, a fim de aliciar um antigo parceiro, comunicara o segredo da conjuração a Luís Pereira de Barros, que também servira Miguel de Vasconcelos, com grande aplauso e confiança do ministro; porém Luís de Barros, como a esse tempo já fosse contador da fazenda, a revelação do familiar do arcebispo recebeu-a sem entusiasmo, prometendo, todavia, refletir antes de se alistar nos conjurados. Mas, como quer que o clérigo desconfiasse que Pereira de Barros denunciasse a conspiração, deu-se ele pressa na precedência da protéria e da paga. Não se iludira, porque D. João IV recebera os dois delatores no mesmo dia, e os enviara conjuntamente ao seu ministro Francisco de Lucena, e este os mandara ao procurador-geral da coroa, Tomé Pinheiro da Veiga.

Simultaneamente, novas denúncias asseveraram a do confidente do arcebispo, umas espontâneas, outras arrancadas pela tortura. Dois capitães, Diogo de Brito e Belchior Correia de França, postos a tormento, confessaram os nomes dos cúmplices; não assim o opulento mercador Pedro de Baeça que, desde o cavalete, em que lhe quebra-

ram os ossos, até o verdugo bamboar-lhe o corpo dependurado, apenas falou para oferecer trinta mil cruzados pela vida, mostrando até final, como bom mercador, que a vida também era mercadoria.

Não podemos atribuir especialmente à delação do clérigo o malogro da revolta: tão obcecados de medo de Castela tremiam os conspiradores, que não viram o carrasco, nem se arrecessaram da irrefletida escolha dos cúmplices. No entanto, os pormenores da revolução, que devia estalar no dia 5 de agosto de 1641, começando pelo incêndio do Paço da Ribeira e assassinio do monarca, deu-os o padre Luís, tais quais os sabia da confidência pleníssima do arcebispo de Braga.

A 28 de julho, a mais seleta porção de conjurados foi aferrolhada em diversos cárceres; e a 28 de agosto sofreram decapitação na Praça do Rossio o marquês de Vila Real, o duque de Caminha, o conde de Armamar, e o escritor D. Agostinho Manuel. Quanto aos outros padecentes, porque eram plebeus, as agonias estiraram-se mais prolongadas, desde o serem cavaleados pelo algoz, e daí, como ignomínia aos vilíssimos cadáveres, começou a estúpida ferócia de os arrastarem e esquartejarem.

O amigo do padre Luís morreu nas masmorras de S. Julião da Barra; o bispo de Martíria acabou sossegadamente no claustro de S. Vicente; o inquisidor-geral, D. Francisco de Castro, dois anos preso, saiu perdoado e daí a pouco repostado em todos os cargos e honras, depois de acusar, com a promessa do perdão, as particularidades do plano sedicioso. Este abjeto prelado, que merecera depois a estima de D. João IV, era esbofetado, passados anos, pelo príncipe D. Teodósio, que o detestava como denunciante dos seus parceiros de infâmia. [NOTA 9]

O padre Luís da Silveira, dado que el-rei o recomendasse a D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, não tinha ainda, em 1642, recebido condigno galardão, pois que nesse tempo esbrugava apenas o escarnado osso de tesoureiro de S. Miguel de Alfama. O arcebispo D. Rodrigo da Cunha era homem honesto, e verosimilmente desprezador do fementido padre que pregara a legitimidade dos Filipes, e denunciara os seus co-réus na trama contra a liberdade da pátria.

Retrocedamos dois anos na biografia deste clérigo. Quando, em 1639, o tanoeiro João Bernardes Traga-Malhas resolveu aperfeiçoar a sua filha em letra e leitura, já quando a menina, por muito encorpada, corria perigo em andar na mestra, indagou como cauteloso pai onde houvesse um sacerdote ajustado ao intento.

Inculcaram-lhe padre Luís da Silveira, a quem muitos fidalgos confiavam a educação de suas filhas.

Quis o Traga-Malhas julgar do clérigo pela cara, e desagradou-se da mocidade do mestre; porém, como pegassem de conversar a respeito da soltura do género humano, o oficial do ministro Vasconcelos tamanhas lástimas gemeu sobre os pecados do mundo, que o bom João Bernardes ponderou a sua mulher que o mestre de Maria Isabel era o que ele nunca tinha visto em padres.

Teria vinte e oito anos, ao tempo, o capelão da marquesa de Montalvão. Bem apessoado, limpo no trajar, polido pelo trato da melhor sociedade, sisudo nas falas, grave e composto com aquele jeito nobre que lhe dera o púlpito, padre Luís fez-se, a um tempo, respeitar e estimar da discípula.

Do adiantamento da menina, em matéria de escrita, leitura e doutrina, eram sensíveis os efeitos, e bem provada portanto a aptidão tanto do professor como da aluna.

Maria Isabel, que até então só conhecia em leitura a *Primavera de Meninos*, do Brochado, por conselho do novo mestre lia o *Clarimundo* de João de Barros, e os *Contos do Trancoso*; e quanto a escrita, saiu-se muito habilidosamente imitando os *Exemplares de Diversas Sortes de Letras*, de Manuel Barata.

Ora os pais, quando admiravam as rápidas sabsenças da filha, graças à assiduidade do mestre, decerto não sentiam sobressaltos que lhes agorentassem a satisfação, lembrando-lhes que houvera no mundo uma discípula muito aproveitada, chamada Heloísa. Se na mente de padre Luís chamejaram memórias históricas de Pedro Abeilard, e o demónio da imitação entrou com ele, é o que vamos depreender do capítulo seguinte.

Vimos no capítulo IV, Domingos Leite e Roque da Cunha esquivarem-se rapidamente à presença do marquês de Gouveia.

Ao separar-se, o alucinado escrivão murmurou sinistramente ao seu funesto amigo:

– Conto contigo, Roque! Se algum de nós faltar ao que deve ao outro, esse seja infame!

– Seja! – assentiu o sicário de Pedro Barbosa, sacudindo-lhe a mão com a solenidade cavalheirosa de um pacto de honra.

Dali, de Pedreiroços, onde o marquês residia, até Lisboa, Domingos Leite não desfitou as esporas dos ilhais do cavalo. [NOTA 10]

Quando apeava no pátio de sua casa, vinha Maria Isabel, ao longo de um corredor que conduzia ao jardim, com a menina no colo. A criancinha festejava o pai, batendo palmas, e exuberando de alegria no riso que tanto lhe brincava nos lábios como nos olhos. Domingos fitou a mãe com torvo olhar, e apenas de relance olhou para a filha, como se o encará-la de fito lhe traspassasse a alma.

– Olha a criancinha como se ri para ti!... – disse Maria Isabel entre meiga e atemorizada, já quando o marido galgava apressadamente as escadas.

Ela, apesar do susto que lhe arfava o coração, seguiu-o até à antecâmara. Aí, Domingos Leite voltando-se para a mulher, e repulsando as carícias da menina, disse-lhe com desabrimento:

– Largue a criança, e volte, que preciso falar-lhe!

– Que modo de me tratar! – acudiu Maria – Tu que tens, Domingos? Que queres dizer-me? Podes falar, que a tua filha não intende injúrias, se mas queres dizer...

– A *minha filha*... – atalhou ele casquinando um froixo de riso por entre os dentes cerrados; e logo, arrugando a testa e alteando a cabeça com intimativa, bradou:

– Não me percebe!?

E, arrancando-lhe a filha do colo, saiu com ela pendente dos braços, fechando a porta da antecâmara para que a mãe a não seguisse em gritos.

A criança, apesar do repelão, olhava para o pai com a mesma jovialidade. Domingos Leite, que parecia buscar a quem entregasse a menina, parou de repente, aconchegou-a do peito, beijou-a, lavou-a de lágrimas, e, soluçando no seio dela, queria talvez evitar que a mulher lhe ouvisse os gemidos. Deteve-se largo espaço assim, até que uma escrava, passando acaso, o surpreendeu naquele lance. Como vexado da sua fraqueza, Leite Pereira entregou a menina à negra, e, enxugando o rosto, voltou ao quarto onde Maria Isabel estivera em rogos à Virgem, sem todavia saber que socorros lhe cumpria pedir.

Entrou o marido, fechou-se por dentro, travou do pulso de Maria, empurrou-a para sobre um preguiceiro, sentou-se à beira dela, e disse:

– Porque treme? A inocência não costuma assim tremer!... Porque treme?

– Pois eu vejo-te enfurecido sem saber que mal te fiz!... Saíste de casa tão contente comigo...

– Quantas vezes a senhora escarneceu o contentamento com que eu saía e intrava nesta casa? Tinha alegria ou remorso de me enganar com juramentos sacrílegos, invocando o testemunho de Deus sobre a inocência da sua vida de solteira?... Que responde?

– Voltas às tuas suspeitas antigas... – balbuciou Maria Isabel, menos afoita do que tinha lutado naquela primeira noite.

– Não me irrite com referências estúpidas às suspeitas antigas! – redarguiu o marido enfriando as arremetidas da raiva – Diga-me cá,

barregã de clérigo, diga-me que conceito formou de mim, quando, depois de eu ter saído daquela alcova na primeira noite de meu desonrado consórcio com uma manceba de padre Luís da Silveira, voltei, passadas poucas horas, e me ajoelhei a seus pés, pedindo-lhe me perdoasse a injúria que fizera à sua pureza de menina solteira?

Maria Isabel soluçava uns gemidos que a estrangulavam. Ele arrancou-lhe as mãos do rosto, e bradou-lhe:

– Olhe para mim! Nada de momos! Responda: que juízo fez de mim neste espaço de três anos em que a tenho tratado com os extremos de noivo no primeiro dia da sua felicidade? Imaginou que eu fosse um vil, que se habituou à desonra, a troco de vinte mil cruzados de sua infame mulher? Responda, que o seu silêncio obriga-me a arrancar-lhe do coração a resposta!

– Não...

– *Não...* o quê?..

– Eu nunca te supus vil...

– Supôs-me então enganado?...

– Enganado... não...

– Então, vil... uma das duas coisas... Em que ficamos: vil, confor-
mado com a desonra, ou enganado, isto é, persuadido de que tinha
casado com uma mulher honesta?

– Meu Deus! – exclamou ela aflitíssima – Matai-me, Senhor! – e
punha os olhos sinceramente suplicantes na imagem de Jesus.

– Pois que supunha? – insistiu Domingos Leite – Cuidou que a
sua devassa mocidade seria segredo entre Deus e o padre? Nunca
lhe gelaram terrores a alma, prevendo que um acaso viria expli-
car a razão que eu tive para a injuriar poucas horas depois que lhe
dei o meu nome honrado e a minha vida sem mancha? A senhora
deve ter tido remorsos de mentir tão torpemente a um homem que
tinha direito a encontrar esposa honrada! Bem sabia que eu não
era marido que se vendesse, e trocasse a ignomínia da pobreza pela
ignomínia de uma manceba de clérigo com alguns mil cruzados.
Quem a privou de me dizer, quando falou a só comigo, que na sua
vida havia desaires que a proibiam de amar um homem de bem?

Recorde-se... Não lhe disse eu que, apesar de lhe querer com toda a alma dum primeiro amor, como não acreditava na eficácia dos meus méritos, refletisse antes de me aceitar como marido, e não viesse para os meus braços com o mais pequeno afeto sacrificado à vontade de seus pais?

Maria Isabel prostrou-se aos pés do marido, exclamando:

– Foi verdade...

– Foi verdade!... e a senhora mentiu-me, cobriu-me de lama, fez-me o sucessor indissolúvel do padre!.. E que sou eu então diante de si e diante do mundo? A irrisão dos meus inimigos, e a compaixão aviltadora dos meus amigos!...

E, levantando-se de golpe, sacudiu freneticamente a mulher, que lhe abraçava os joelhos, e, dados alguns passos, parou em frente dela, cruzou os braços, e rouquejou convulsamente:

– Ó miserável! Pôde assim, formosa e rica, aos catorze ou quinze anos, resvalar à voragem das loureiras secretas por entre os braços de um padre! Amou-o? Diga, mulher impudica, amou-o?

– Pelas chagas de Jesus Cristo! – voltou ela, ajoelhando-se-lhe novamente – Eu sei que vou morrer... Se me tu não matares, hei de eu matar-me!... Ai! Minha querida filha!.. Ó Domingos, não desampares aquela criancinha que é tua filha!...

– Matar-se! – replicou sarcasticamente – As mulheres na sua condição não se matam, porque... estão mortas... Quem teve a coragem de se desonrar perdeu a força moral que dá a reabilitação...

– Eu era uma inocente... – soluçou Maria Isabel – Não sabia o que era desonra... Passara a minha infância entre meus pais. Minha mãe era tão virtuosa que nem me precaveu contra a maldade do mundo...

E, como os arrancos lhe embargassem a voz, o marido, que parecia ferozmente interessado na confidência, disse:

– Continue... Vai-me contar por miúdos a história da sua... queda... Conte.

– Oh!... Pelo divino amor de Deus! – clamou ela – que queres saber desta desgraçada?... Eu só soube que estava perdida, quando te amei, porque então senti que era indigna do teu amor!...

– E não obstante... diga o mais... Conhecendo-se indigna, fez-me descer na rampa da infâmia para me nivelar com a senhora!...

– Pois bem! – bradou ela com veemente resolução – Esmague-me, que eu sou punida, e o senhor vingado!

– Hei de refletir... – retrucou Domingos Leite serenamente – Nem todas as mulheres são dignas de morrerem às mãos de homens honrados. Entretanto, dê-me o infernal prazer de lhe ouvir contar a história dos seus primeiros amores.

E, dizendo, sentou-se, indicando-lhe com um trejeito de cabeça que se assentasse a seu lado. Ela hesitou; mas um arremesso de impaciência, e duas fortes punhadas que ele deu no espaldar do preguiçoso, incutiram no ânimo de Maria Isabel a suspeita de não sair com vida de tamanha angústia.

Sentou-se ela, a tremer, com as mãos cruzadas sobre o peito e os olhos piedosos fitos no perfil do marido.

– Conte lá, – disse ele com os cotovelos apoiados nas pernas, a face entre as mãos, e os olhos postos no pavimento – conte desde o princípio essa história... Como foi que o padre lhe fez saber que a desejava, e como foi que a menina de quinze anos aceitou as doutrinas do mestre.

O diálogo seguido a esta intimação demorou-se meia hora, que devia figurar-se um dia de tormentos a Maria Isabel: tão dilacerantes cortavam as perguntas no pudor daquela mulher.

Porém, finalmente, no rosto de Domingos Leite Pereira já vislumbravam sentimentos de compaixão, porque os do rancor tinham posto a pontaria em outro alvo.

As últimas palavras dele, proferidas com gravidade, mas sem tom de ira, foram estas:

– D'ora em diante eu continuo a ser seu marido perante o mundo; mas diante da senhora sou um estranho. Enquanto a mãe de minha filha assim quiser viver comigo, essa criança, que eu adoro, será sua também; mas, se este viver lhe não quadrar, eu sairei com minha filha; e farei que ela nunca saiba quem foi sua mãe. Esta sentença não condena o delito da sua impureza; condena o enorme

crime de me ter aceitado como marido. Concorda na minha proposta?

– Sim... concordo... Eu viverei como tua criada, se assim o quiseres; mas não me tires a minha filha.

– Retire esse tratamento do *tu* – voltou o marido com sobre-cenho. – Nem uma palavra nem um gesto que indique a maior ou menor aliança de duas almas que se estimaram ou tredamente se dissimularam... Esta casa é bastante grande. Podem viver nela duas pessoas sem se encontrarem. A senhora é rica: administre o que tem: eu não tenho nada que ver com os seus bens de fortuna. Ficamos entendidos. Qualquer infração deste pacto estalará em tempestade sem bonança.

VII

Aquele merceeiro, primo do mestre de Maria Isabel, atribulado agora pelas revelações que fizera a Roque da Cunha, avisou padre Luís da Silveira, encarecendo os martírios que lhe arrancaram o segredo.

O tesoureiro de S. Miguel de Alfama ponderou o melindre da situação, e maldisse a embriaguez que o levou à imprudência de se gabar de um delito que ele julgava já esquecido e delido como o bolo avinhado de que lhe espumara aos beijos a jactância de ter sido amado da esbelta Maria Isabel Traga-Malhas.

Trazia ele, ao tempo, requerimento bem protegido no paço, pedindo um beneficio na sé de Silves. O aviso do parente espo-reou-lhe a diligência na obtenção da prebenda; para o que, logo na mesma hora, se foi pessoalmente à corte da Ribeira, e logrou alcançar do secretário de estado a promessa do despacho num dos seguintes dias.

No entretanto cuidou o padre de enfardelar o mais precioso dos seus haveres, sendo o sobre todos estimadíssimo fardel, uma rapa-riga de bons quilates de beleza, não sabemos se também discípula dele, se criatura já amestrada em amores, quando o cauto clérigo a instalou na freguesia de S. Mamede, no *Beco dos Namorados*, – nome gracioso que desdizia da imundície daquela escura alfurja, apenas pal-milhada a horas mortas, por um só namorado, que era padre Luís. Este beco abria por uma das extremidades no *Terreirinho do Ximenes*, local

azado para amantes clandestinos, visto que raro viandante por ali transitava depois das Ave Marias.

Para afugentar o terror que o primo lhe incutira, pintando-lhe Roque da Cunha caudilho de uma horda de quadrilheiros facinorosos, padre Luís fiava-se na convicção de que ninguém lhe suspeitava a lura, nem por aqueles sítios desfragmentados lhe faria espera. Ainda assim, como o seu medo era mais de clérigo do que de homem, e o escândalo o assustasse mais do que a luta, cingiu um cordão de pistolas, envolveu-se na capa longa de arruador noturno, derrubou a aba do sombreiro aragonês, e, à hora do costume, saiu com o intento de conduzir para casa do primo tendeiro a moça inquilina do *Beco dos Namorados*.

Meia hora antes de ele entrar no *Terreirinho do Ximenes*, precederam-no naquela paragem, desembocando das *Pedras Negras** dois vultos, que pareciam, no moverem-se, umas sombras; e sendo dois homens, tão subtilmente deslizavam, que difícil fora estremar qual deles projetasse a sombra do outro.

– Há de passar aqui ou entrar pelo outro lado – disse Roque da Cunha a Domingos Leite – A tua paragem é esta; a minha é a outra. Dou-te o ponto mais arriscado, visto que mo não cedés. Olha que o padre tem fígados, torno a dizer-to... Até logo.

Domingos Leite retraiu-se para o escuro de um arco sotoposto ao colégio jesuítico de S. Patrício, e acantou-se no ângulo mais vizinho da passagem. O quarto de hora, que seguiu esta emboscada traiçoeira, arrastou-se vagaroso e dilacerante por sobre a alma ainda imaculada daquele homem, que se via precipitado a um tal feito; que nem a vaidade nem o pundonor justificavam bastante a matar um homem desconhecido, que não o ultrajara, que era inocente nas suas angústias de marido e amante vilipendiado.

* Escuso dizer ao leitor que todas estas ruas e becos desapareceram no terremoto de 1755. Há memória delas em João Baptista de Castro (*Mapa de Portugal*) e outros topógrafos de Lisboa.

Era atroz. Mas esse homem, ébrio ou infame, proferira com fatuidade o nome de Maria Isabel, conspurcando-lhe a fama, e assoalhando a desonra do marido ao sevo dos seus muitos inimigos, invejosos do património da esposa ou do rendoso ofício com que el-rei lhe premiara inteligentes serviços. O orgulho afinal amordaçava o instinto da justiça; ainda assim, a batalha travada na consciência de Domingos Leite era despedaçadora. A espaços, metia-lhe horror na fantasia o pensar que rasgaria a punhaladas o peito do homem, cujo nome havia de ouvir dos lábios dele mesmo; porém, se lhe ingressava no espírito a horrível irrisão de encontrar-se rosto a rosto com o sedutor da donzela, que se deixara poluir como um anjo de alabastro se deixaria inconscientemente despedaçar às mãos de um ébrio furioso, então o pulso latejava-lhe iracundo no cabo do punhal, e o ouvido escutava com avidez o rumor de passos que lhe figurava a aproximação da vítima.

Neste conflito, ouviu o estampido de um tiro, a curta distância, e um grito agudo de voz de mulher. A detonação e o brado soaram do lado do *Beco dos Namorados*. Prontamente refletiu Domingos Leite que Roque da Cunha se encontrara com o padre; e, por saber que a arma do seu confidente era o punhal, inferiu que o outro desfechara com ele. Isto coligia correndo ao longo do beco, de faca arrancada, e os olhos cravados no relutar de dois corpos, sobre os quais, a revezes, resvalava o frouxo clarão da lâmpada de um nicho. Ao avizinhar-se dos dois vultos, entreviu o relampejo da lâmina d'aço contra um corpo já cambaleante, e ouviu o rouquejar de moribundo, que pedia misericórdia, ao mesmo tempo que de uma adufa de casa próxima estrugiam gritos *á-d'el-rei*.

A súplica de misericórdia, que padre Luís da Silveira vociferara, foi-lhe cortada pelo décimo golpe que Roque lhe vibrou ao peito; e quando Domingos Leite se abeirou do amigo, que alimpava o rosto banhado de sangue, já o mestre de Maria Isabel jazia morto.

– O ladrão crivou-me a cara de zagalotes! – murmurou Roque da Cunha – Olha do que eu te livre, rapaz!... Vê lá se o diabo tuge, e toca a safar, que a barregã não se cala...

Domingos Leite olhou de revés para o cadáver que caíra de bruços, esforçou-se para ir examinar-lhe a respiração; mas as pernas tremiam-lhe.

– Não vais?! – disse Roque, embebendo na capa o sangue que lhe gotejava da face direita – Tu és covarde ou sandeu, homem?

– Podemos ir que ele está morto... – respondeu tiritando Domingos Leite.

– Podemos ir que ele está morto? – replicou sorrindo – Cá te avirás com o padre, se ressuscitar – voltou Roque, e saiu pelo outro lado, descendo a calçada de S. Crispim; e, atravessando o Beco do Bugio, baixaram até às Portas do Ferro, onde morava o matador do padre.

Examinada a ferida, Domingos Leite decidiu, com a competência de experto boticário, que o pelouro resvalara na maçã do rosto, sem ferir osso nem cortar veia importante.

O ferido, restaurando o sangue esgotado com uma botelha de vinho espanhol, contou modestamente que o padre vinha entrando ao *Beco dos Namorados*, quando ele, ouvindo passos, se cosera com a sombra de um cunhal, a fim de o reconhecer, ao tempo que a lumieira do nicho lhe desse na figura; porém, ajuntou ele:

– O homem, a três passos de mim, desembuçou-se, arremeteu comigo, pôs-me a pistola tão perto da cara, perguntando-me quem eu era, que, a falar-te verdade, se eu não tivesse alguma experiência deste mundo e a certeza de que ninguém morre duas vezes, talvez dissesse ao padre que fosse em paz e não contendesse com quem estava manso e quieto. Mas há de tu saber, amigo do coração, que eu, quando tenho medo, mato mais depressa. Um gato brinca com a ratazana que a final estripa; mas, se é cão o inimigo, o gato crava-lhe as unhas logo nos gorgomilos, e não brinca. Deu-se com o perro do clérigo o mesmo caso. Perguntou-me quem era, de pistola abocada. Respondi-lhe com as punhaladas, que o escrivão do corregedor amanhã dirá quantas foram. Atirou-me à cabeça ainda antes que eu lhe tocasse. Folgo de ter lutado com um homem. Se eu tivesse matado um poltrão, isso havia de me custar remorsos, palavra de Roque da

Cunha! Estás aí a contemplar-me com uma cara de moço de coroda real capela, homem! Parece que o mestre de tua mulher, se até há pouco te andava às cavaleiras da honra, te pesa agora às cavaleiras da consciência! Vamos a saber: estás contente comigo, ou querias que eu, em vez de matar o padre, lhe pedisse que me contasse histórias do seu sistema de ensinar raparigas?

– Sei que me não queres inxovalhar com esses remoques... – acudiu gravemente Domingos Leite Pereira – Eu sou um homem triste como todos os desgraçados, Roque!... Se vês em meu rosto o terror, é porque a minha felicidade morreu primeiro que esse homem... que devia morrer. O meu desejo seria tê-lo morto, para me apresentar à justiça, e dizer: «fui eu quem o matou; matem-me que me dispensam dum martírio sem fim!...» E, se acontecer que a justiça te culpe, irei eu denunciar-me como matador. Agora, meu amigo, pelo que cumpre à minha obrigação para contigo, sou a dizer-te que disponhas de tudo que eu valho, e da minha vida, que pouco vale.

– Tudo que tenho a pedir-te cifra-se em pouco – respondeu Roque da Cunha – Amanhã falas⁴ com o corregedor do bairro, e lhe dirás que estou doente: bem vês que não devo aparecer com o carão esfarapado. Depois, trará o betume com que se fecham estas gretas, e cuidarás de mim, mandando-me da estalagem do espanhol do Largo do Forno umas empadas de galinha, e do armazém dos Sete Cotovelos algumas botijas do de Torres Novas. Feito isto estão saldadas as nossas contas; e, quando souberes que tua mulher tas não dá direitas, abriremos novo saldo.

Uma hora depois, Roque da Cunha, afeito a dormir em conjunturas análogas, admirava-se de não ter ainda adormecido:⁵ e Domingos Leite Pereira, entrando em sua casa com todas as precauções para não ser ouvido, fechou-se no seu quarto, abriu a janela para sentir na frente esbrazeada o frio da noute, vagou a vista errante pelo céu estrelado; e, chorando como nunca chorara, disse entre si:

– Porque saí eu da tua sombra, meu pobre pai, que a estas horas dormes serenamente no regaço da honra!... Bem me dizias tu, minha santa mãe, que eu fazia mal em deixar a casa, onde nunca chorara

alguém até à hora da minha partida... para este inferno em que estou penando!

Ao arraiar da manhã, Domingos Leite ouviu, no corredor contíguo ao quarto, a voz da filha, que, por costume, se erguia de madrugada e ia deitar-se com o pai. Foi abrir a porta, tomou-a do colo da ama, agasalhou-a no peito, porque a menina tremia de frio, aqueceu-lhe o rosto com o respirar febril e cortado de soluços, e longo tempo ansiou naquela tortura misturada com o desafogo aprazível das lágrimas.

VIII

O assassinio do padre Luís da Silveira foi explicado por vários modos, tanto que o cadáver apareceu, no *Beco dos Namorados*, com dez punhaladas no peito. Disse-se que os seus antigos consócios de infidelidade à pátria, e contubernais em patifarias, receosos que ele lhes delatasse os delitos, visto que medrava na estimação dos ministros de D. João IV, o matariam para se desfazerem de um delator perigoso. Diziam outros, mais plausivelmente, que o padre acabara às mãos dos vingadores do arcebispo Sebastião de Matos e seus cúmplices, levados ao patíbulo pela delação do seu ignóbil confidente. Outros finalmente acusavam sem rancor, antes com aprovação, um tal licenciado Rui Pires da Veiga, irmão da manceba do clérigo, desde que a viram abraçada ao morto, e reconheceram nela a menina que, dous anos antes, desaparecera de casa de sua família honesta e abastada.

Instaurou-se a devassa.

O primeiro que mui secretamente se apresentou a fazer revelações na corregedoria foi aquele merceeiro, primo do clérigo morto. O testemunho deste sujeito, forçado a confessar a Roque da Cunha o que ouvira respeito à esposa do escrivão do cível da corte, elucidava cabalmente a morte do padre Luís.

No entanto, o escrivão do cível da corte continuava a exercer o seu ofício, Roque da Cunha também, e ambos desassombradamente fruía os seus direitos de cidadãos bem procedidos. Não sucedeu o

mesmo com Rui Pires da Veiga, que se homiziou, quer envergonhado de ser o irmão da mulher teúda e manteúda do clérigo, quer receoso de que o prendessem por suspeito do homicídio.

Sabia-se, porém, e com grande espanto, que o rei mandara suspender a devassa. Os políticos inferiram daí que na morte do antigo oficial de Miguel de Vasconcelos, e secretário particular do arcebispo de Braga, havia segredo de estado cujo rastro era perigoso farejar.

Volvido um ano sobre a morte do tesoureiro de S. Miguel de Alfama, Rui Pires da Veiga, indigitado homicida pela maioria das opiniões, sabendo que sua irmã era já falecida de paixão em rigorosa clausura, apareceu na corte a defender-se da calúnia. A voz pública, espicaçada por este novo estímulo, deu vida ao esquecido assunto, concorrendo bastante o merceeiro com as suas revelações feitas em segredo, mas, a poucas voltas, divulgadas por toda a cidade.

Estes murmúrios chegaram aos ouvidos de D. João IV, que de sobra sabia quem era o assassino direto ou indireto do clérigo.

O rei estimava Domingos Leite Pereira, já pelos corajosos serviços que lhe prestara nos passos anteriores à sua aclamação, principalmente nos tumultos de Évora, e recovagem de recados a Madrid e a Vila Viçosa, já pelos créditos em que o trazia abonado o seu ministro e mordomo-mor marquês de Gouveia. E, posto que el-rei timbrasse na rigorosa execução das leis, suspendendo agora a devassa, parecia indultar Domingos Leite porque o delito do padre, sedutor da discípula, lhe era odioso; e a circunstância da delação dos conjurados, feita por um seu confidente, não melhorava em seu particular conceito a condição perversa do traidor.

Perguntara o rei ao marquês de Gouveia, quando se viu forçado a dar satisfação aos boatos que manchavam a justiça dos seus executores, o que sabia de Domingos Leite Pereira e de sua mulher. O marquês respondeu que o seu secretário, desde a morte do padre, nunca mais abrira um sorriso, nem dera azo a que se lhe perguntasse coisa relativa ao seu viver doméstico.⁶

– Mas vivem com aparências de bem casados... – observou maliciosamente o rei.

– Um viver mais horrível que a separação com escândalo público, real senhor! – disse o marquês. – Há um ano sei eu que nunca mais se falaram nem viram de portas a dentro. Tem Domingos Leite uma filha que adora. Uma vez única me falou da sua desgraça, bem que me não desse novidade; porque eu, antes que ele a conhecesse, já a sabia das atoardas públicas, autorizadas pelas gabações do clérigo. Então, nessa vez única em que Leite Pereira desafogou comigo, lhe ouvi dizer que pensava em sair da corte, e recolher-se a Guimarães ao amparo de seu pai; mas que o não faria sem levar consigo a filha; receava, porém, que a mulher, irritada por se lhe tirar a filha, desse ocasião a divulgar-se um opróbrio nocivo à criança que ele queria defender da desonra da mãe. Fiz quanto pude em despersuadi-lo de tal propósito, incutindo-lhe sentimentos generosos de perdão à esposa por amor da filha. Este argumento não o convenceu, antes parecia exasperá-lo; pois que, a seu ver, era indigna de misericórdia tal mulher que, depois de o ter enganado quanto ao seu passado, e tendo a certeza que a morte do padre ninguém melhor do que ela poderia explicá-la, em vez de viver amargurada do desprezo do marido, ousava estadear-se nas igrejas e nas ruas com ar de senhora honesta, ou antes de mulher despejada que despreza os malsins da sua reputação, fazendo gala da sua formosura e riqueza...

– Tenho ouvido dizer que é muito formosa... – atalhou o rei.

– Não há em Lisboa quem lhe dispute a primazia. Nunca vossa majestade viu mais galante mulher, sendo a corte da rainha, minha senhora, a mais seleta de belas damas!

– E o seu procedimento?

– Aparentemente bom – respondeu o mordomo-mor sorrindo – Digo aparentemente, porque não sei quantos astutos velhacos deixou em Lisboa o padre Luís, nem vossa majestade crê que tão somente os mestres de meninas têm a fortuna de armar em segredo as suas aboizes a estas avezinhas inocentes; e, depois que

as avezinhas uma vez deixaram penas das asas na esparrela, há de ser difícil fazê-las entralhar sem que elas se guardem de perder a plumagem.

– Assim parece – assentiu o rei – Seja como for, Domingos Leite andaria melhor avisado se saísse da corte logo que vingou no padre a aleivosia da mulher, se aleivosia houve. Mande suspender a devassa, quando eram já declarados os criminosos. Não consenti que se prendessem porque bastante causa dera o padre a ser castigado; e, além disso, às cegueiras do coração e do brio é mister conceder o que não concedemos aos matadores que matam de ânimo frio. É também culpado na morte do padre, como o marquês deve saber, um Roque da Cunha, que se tem salvo à sombra de Domingos Leite, e de alguns serviços que me fez. Sei que mau homem é, desde que há seis anos me denunciou Matias de Albuquerque por motivos de ódio pessoal. Mas este e outros iguais membros gangrenados não os posso amputar cerces, enquanto preciso me for espiar uns infames com outros infames. Se nos não valermos de quem os conhece de intimidade, não teremos quem nos ponha de sobreaviso. Já o marquês sabe a razão por que Roque da Cunha está logrando a impunidade de Domingos Leite. Porém, desde que Rui Pires da Veiga voltou do seu voluntário desterro e passeia em Lisboa desmentindo e afrontando o boato, que lhe assacava a morte do padre, a devassa tem de prosseguir, e os réus, muito a pesar meu, hão de ser presos, se estiverem no reino. Portanto diga o marquês ao seu secretário que se retire sem demora de Portugal; e o homem, que o serviu na sua vingança, que se retire também, se Domingos Leite deseja salvar o cúmplice. O julgamento de Domingos Leite correrá os seus trâmites, e faremos que a sentença o não prive para sempre da pátria.

O marquês de Gouveia, bem que profundamente magoado, não ousou pedir ao rei que a devassa permanecesse suspensa. D. João IV esfriava a coragem dos poucos que privavam da sua confiança, quando dava ordens com tão carregado e resoluto semblante, quanto, antes de aclamado, era com todos os fidalgos ameno de trato e dócil aos votos alheios.

Bem quisera o amigo e protetor de Domingos Leite rogar ao menos a delonga da partida, e nesse intuito começou perguntando ao monarca se era forçosa a saída do seu secretário ainda naquele mês de fevereiro, que ia em começo.

O rei respondeu:

– É amanhã que deve sair; porque depois de amanhã fecha-se a devassa, infalivelmente.

O mordomo-mor beijou a mão do rei, e sentiu no ânimo recôndita aversão ao soberano aprumo de D. João de Bragança. Latejou-lhe talvez nas artérias o sangue castelhano de seu pai, conde de Portalegre, tronco daquela alta vergôntea que caiu com a coroa ducal de Aveiro sob a lâmina do algoz em 1759.

Saiu triste o ministro a encontrar-se com o secretário, em seu gabinete. Referiu-lhe o que se passara com el-rei, deplorando a fatalidade que o privava temporariamente de tão bom como infeliz amigo.

Domingos Leite ouviu a nova, com exterior de mediano sobresalto.

– Agradeço a sua majestade – disse ele – a permissão de levar comigo o homem que associei ao meu funesto desagravo. V. Ex.^a sabe que eu me furto às penas da justiça mais para salvar Roque da Cunha. Nada monta para mim a vida, se sou obrigado a desterrar-me, e deixar a minha filha – único amor que me ficou ao de cima deste abismo em que me vejo precipitado com tantas quimeras brilhantes que me enganaram. Todo me sinto perdido, e morto, pior que morto, se hei de no exílio agonizar de saudades daquela criancinha...

– Eu olharei por ela – consolou o marquês – Se não vier tão depressa quanto eu desejo, sr. Leite, creia que hei de conseguir mandar-lhe sua filha, logo que ela esteja criada.

– Não mande, sr. marquês... – acudiu Domingos Leite.

– Que não mande?! Porque não?...

– Por que eu não sei se terei lá fora de Portugal um pão que reparar com minha filha...

– Pois vossemecê não é rico?

– Eu tinha bom ofício, e os grandes salários que V. Ex.^a me dava. Neste momento deixei de ser o escrivão do cível da corte e o secretário do mordomo-mor. Sou um assassino sem pátria. Verdade é que meu pai, o cuteleiro de Guimarães, apesar de eu lhe pedir que saísse da forja e descansasse, com os seus haveres e os meus, o restante da velhice, ainda trabalha: mas eu não sei se ele enviará a um filho apregoadado assassino o que adquiriu com o trabalho honrado que eu desprezei, apesar das suas súplicas...

– Mas... – atalhou o marquês – O sr. Leite, desde que casou, tem parte no grande património de...

– De Maria Isabel? – acudiu com veemente repugnância o secretário – Dessa mulher não tenho senão a parte que me cabe do seu desdouro. E quando eu pensava que a minha honra havia de sair depurada deste fogo que me devora desde a noite em que vi o cadáver do padre, afinal de contas, sou o mesmo desgraçado que era, e ajunto à desgraça de perder uma mulher que adorava, três grandes infortúnios: não terei de hora avante pátria, nem filha, nem meios de que viver com honrada independência. Dos bens de Maria Isabel não levarei um ceutil, sr. marquês. Aqui mesmo, se V. Ex.^a me permite, escreverei a meu pai, a fim de o preparar para o golpe. Não posso mentir-lhe. Eu não matei; mas mataria com certeza, se estivesse no posto de Roque da Cunha. É forçoso que eu diga a meu pai que tenho um grande crime; mas que em minha consciência não perdi o direito de lhe suplicar a esmola que os encarcerados imploram pelas grades das masmorras aos que vão passando.

O marquês enxugava as lágrimas, enquanto Domingos Leite Pereira escrevia, parando a cada palavra a pena, à espera que as pálpebras embebessem o jorro das lágrimas. Ao dobrar a carta, murmurava o extremoso pai:

– Não vou despedir-me de minha querida filhinha... Isso é que eu não posso, meu Deus!.. Sei que não posso... Quando eu tiver partido, mande-a V. Ex.^a buscar, e fale-lhe de mim... Pede-lho esta alma que se me parte de angústia, sr. marquês! Eu queria que ela me não esquecesse; e, a não ser V. Ex.^a, quem lhe falará de seu pai!...⁷

– Vá com a certeza de que hei de mandar buscar a sua filha muitas vezes, e não desanime de voltar a Portugal, sr. Leite. Eu quero ainda vê-lo hoje à noute. Vá dar os passos que tem a dar, e volte a despedir-se do seu velho e inútil amigo.

Debalde o esperou.

Ele disse que não teria ânimo de se despedir da filha. Ânimo de partir sem vê-la é que ele não teve.

Saindo do palácio do marquês seguiu o trilho de sua casa. A cada rua e travessa, por onde podia desviar-se, parava, guinando os olhos torvos e cheios de lágrimas, entre os dous caminhos. Em uma dessas paragens de dolorosa perplexidade avistou Roque da Cunha, que marchava de cara alta, mão na ilharga, consciência tranquila no aspeto ridente.

Esperou-o Domingos Leite, e disse-lhe ofegante:

- Amanhã sairemos de Lisboa e passaremos a raia. Prepara-te.
- Então que há?
- Uma ordem de prisão é o que vai haver contra nós. Fecha-se amanhã a devassa.
- E para onde vamos? Já resolveste?
- Para Espanha.
- Está claro. O meu dinheiro são oitenta cruzados; mas tu vais assombrar Madrid com o cofre do Traga-Malhas, que Deus tem na glória dos tanoeiros.
- Eu tenho de meu ainda menos do que tu – respondeu Domingos Leite com severidade – Escrevi a meu pai pedindo-lhe alimentos; se ele mos não der, veremos em que trabalho a Providência mos depara.
- A Providência, amigo Leite, – replicou o folião – não tem neste mundo secretário das mercês conhecido, a não ser o padre santo.

Este anda às avessas com portugueses, e não me parece que deva ser assaz amigo de quem lhe bate seriamente nos padres. Leva dinheiro, homem; que um português pobre em Madrid vale menos que um judeu rico em Lisboa. Mas não esmoreças se fizeste voto de ir por Castela dentro com esclavina e bordão de peregrino. Lá está em Madrid minha mãe. Se ela me reconhecer e não tiver pejo de me haver gerado, não nos há de faltar boa mesa em casa de meu padraсто o desembargador do paço Francisco Leitão...

– Não percamos tempo – interrompeu Domingos Leite, aborrecido do tom jovial do interlocutor – À noite, serei em tua casa, e de manhã partiremos.

– Olha lá, Domingos Leite, – voltou Roque, cingindo-lhe o braço pelas espáduas – Conselho de amigo que anda cá neste vale de lama há quarenta e oito anos...

– Que é?

– Não deixes a mãe de tua filha à matroca, com lastro de vinte mil cruzados na falua, e vinte e dois anos de idade, e com mais tentações no rosto que todas as moiras juntas em noute de S. João. Convento com ela, ouviste?

Domingos Leite encarou torvamente Roque, e respondeu-lhe, passados dois segundos:

– Que me importa isso a mim? Sabes que, há um ano vivo ao lado da mãe de minha filha, como se entre nós se metesse a pedra que separa duas sepulturas. Nunca pensei em lhe dar maior castigo que o do meu desprezo. O enclausurá-la dentro dos ferros do mosteiro não a lavava da mancha indelével de donzela que foi as delícias de um padre. Eu sentia por ela alguma coisa mais implacável que o ódio: era o nojo. Que me faz a mim já agora que essa mulher cave com as próprias mãos mais um palmo no seu abismo de lodo?

– Palavrório! – replicou o quadrilheiro – Se tua mulher te não fosse leal, inforcava-la como o alcaide de Belmonte fez à mulher por causa de outro clérigo da casta do padre Luís da Silveira. [NOTA 11] Contava-me o caso minha avó, que era do tempo em que se enforcavam as fidalgas adúlteras.

– Acabemos esta sensaboria... – cortou Domingos Leite com trejeitos desabridos – Cuida de ti, e não entrevenhas nas coisas alheias da tua alçada...

– Intervim demais... – murmurou Roque estomagado do repelão – Cá vou tratar de mim, amigo Leite... Sempre será bom que me não ponham a prumo no lugar onde eu pus o padre de braços, por intervir demais nas coisas alheias da minha alçada. Até à noite.

Ao separarem-se assim irritados, Leite Pereira, pesaroso da sua impertinência, ainda se voltou para chamar o amigo e dar-lhe satisfação das palavras rudes; mas Roque da Cunha estugara o passo, como quem ia mais preocupado da devassa que da ofensa.

Este incidente carregou mais a treva daquela alma. Zoavam-lhe estridores metálicos na cabeça, e confrangia-se-lhe a fronte crivada de dores como se esgarçassem por ela os espinhos mordentes de uma coroa. A revezes, parava, porque o respirar lhe dava aflições, ou o pavimento se lhe figurava um despenhadeiro. Quando chegou a sua casa, à Porta do Salvador, sentou-se no escabelo do pátio, e arquejou largo espaço, olhando para a escada, ainda indeciso se subiria a despedir-se da filha, se encarregaria um criado de lhe levar a sua bagagem a casa de Roque da Cunha.

Neste comenos, entrava Maria Isabel, vinda de fora, com a criança pela mão.

Estremeceu dando de rosto com o marido. Leite Pereira, ao vê-la, ainda se esforçou por evitá-la; mas a filha correrá contra ele, com os braços abertos, balbuciando palavras cariciosas. O pai sentou-a sobre os joelhos, e rompeu em alto choro, que a menina acompanhava em gritos, afagando-lhe as faces e beijando-lhas com terníssima ansiedade.

Nisto, levantou-se de golpe, aconchegou do seio a filha, e subiu aceleradamente as escadeiras.

Seguiu-o Maria Isabel, sinceramente consternada, dizendo-lhe palavras maviosas; e, quando ele entrava no seu quarto e fazia menção de se fechar por dentro, a mulher, arrostando o perigo de sofrer

o embate da meia-porta, rompeu depós o marido, e, pondo-se de joelhos, exclamou:

– Se podes ser mais feliz com a minha morte, peço-te que me acabes de uma vez!.. Eu já não posso com o teu desprezo; tenho procurado viver por amor desta criança; hoje creio que ela já não precisa de mim, visto que tu a amas, e a Virgem do céu atendeu os meus rogos. Desde que me abandonaste, não cessei de pedir a Deus que te voltasse o coração para a nossa filha, embora eu fosse a odiada. Agora que o meu querido anjo tem o teu amparo, peço a Deus que me tire deste suplício; peço-te a ti que me dês uma morte bem rápida, de modo que eu não possa ver na minha agonia de morte esta menina a chorar!..

Domingos Leite, que havia sentado a filha sobre o leito, ouviu a exclamação de Maria Isabel, fitando-a com terrível imobilidade de olhos. E, quando ela acabou a súplica, e parecia de mãos postas esperar a morte, o marido, avançando para ela os dois passos interpostos, disse-lhe com serena voz:

– Levante-se e escute-me!

Ela ergueu-se encarando-o espantada, e abeirou-se do leito em que a menina, de pé e tremente, relançava olhares espavoridos entre o pai e a mãe.

– Sou obrigado a desterrar-me, senhora! – disse ele pausadamente – À mulher, que fez da sua mocidade o opróbrio do marido, e que fez do marido um assassino, é preciso que eu nesta hora lhe diga que amanhã a justiça me pedirá contas da vida de um homem que devia morrer, visto que ele matara a honra da mulher de Domingos Leite. Vou homiziar-me, e não mais voltarei a Portugal, porque vai comigo a ignomínia que lá fora me há de espedaçar...

– Ó Domingos... – exclamou Maria Isabel – Ó filho do meu coração, leva-nos contigo!...

– Não me atormente com interrupções frívolas! – obstou ele mal assombrado – Deve saber, senhora, que eu vou sair de sua casa extremamente desvalido, pobríssimo, com umas migalhas que ontem recebi dos meus ordenados. Há de encontrar de portas a dentro tudo que seus pais lhe deixaram, e o mais que eu lhe pude acrescentar

com os meus recursos. Se alguém na sua presença me alcunhar de homicida, não me defenda; mas, se lhe disserem que eu no desterro mitigo as saudades da pátria com os haveres da mulher que a fatalidade me deu, negue, negue, senhora, porque eu fui cinco anos seu marido, e não toquei em um cruzado do seu património. Prouvera a Deus que esta criança tivesse a necessária inteligência para me ser testemunha da minha pobre honra, por essa parte ileso! Oxalá que depois da minha morte esta menina pudesse dizer que seu pai foi um desgraçado sem nódoa na sua probidade!...

Fez uma dilatada pausa, porque os soluços lhe cortavam as palavras, enquanto Maria Isabel, tomando a filha nos braços, lhe ajoelhava outra vez.

– Não serve de nada essa humildade, senhora! – voltou ele com desalento e desesperação. – Levante-se; peço-lhe que se levante, se alguma pena tem de mim. Eu necessito pedir-lhe que seja boa mãe... que ame esta criança, que reduza a sua existência em lhe preparar o futuro. Lembre-se que eu lá do desterro lhe estou sempre pedindo que se sacrifique à minha filha. Expie a sua culpa, formando-lhe o coração com as virtudes que até as mães péssimas conhecem quando chegam a ter pesar do seu vilipêndio. Faça tudo que intender preciso para que sua filha não leve com um pouco de ouro um grande cabedal de infâmia a seu marido. Vigie-lhe os passos da mocidade a fim de que o marido, que lhe escolher, não tenha de apartar-se dela com o ferrete de assassino na frente. Não tenho mais que lhe pedir. Agora, rogo-lhe que me deixe.

– Não, não te deixamos... – tornou a esposa – Ó Ângela, ó minha querida filha, pede com as mãos erguidas a teu pai que nos deixe acompanhá-lo!

A criança ajoelhou, suplicando:

Deixe, deixe, meu pai!..

Domingos Leite pôs na mulher um olhar enfurecido, fez arre-messo de indignação, e bradou:

Quem lhe disse, mulher, que eu lhe perdoei?! Se estava morta para mim, como hei de eu dar-lhe vida de esposa, fazê-la minha compa-

nheira do desterro, quando a justiça me persegue porque eu lhe matei o amante?

E, ao proferir a palavra indecorosa, olhou vertiginosamente para a filha, travou dela com ímpeto frenético, ergueu-a à altura dos lábios, e murmurou:

Eu morreria de vergonha, se me tivesses compreendido!..

E, voltando-se para Maria Isabel, que tiritava apoiada no espaldar de uma cadeira, bradou-lhe:

– Deixa-me levar minha filha? Deixa-ma levar só a ela?...

– Meu Deus! – exclamou a mãe.

– Diga, diga! – instou ele com crescente veemência – Fica-lhe tudo, riqueza, mocidade, liberdade, tudo; mas deixe-me levar Ângela... Não deixa?

– Não posso, não posso!.. Mate-me, mate-me, e depois leve-a!...

– Que a mate!.. Olhe que eu não tenho sangue nas minhas mãos, mulher!... Veja-as, que estão limpas... eu levo sobre a consciência o peso de uma enorme vergonha; não levo o peso de um cadáver, percebeu-me?... Pois cuida que as entranhas que tanto amam uma filha podem ser as de um carnicheiro? Poderia matá-la o homem que viveu ano e meio nesta mesma casa, sem ver a mulher que o mundo chamava minha esposa, e que viveu aqui, e daqui saía todas as manhãs com aparências de feliz, para que o mundo duvidasse de que a senhora tinha sido a recatada amante de...

Sofreu de novo a palavra infamante; e, cravando os olhos nos de Ângela, parecia indeciso sobre a inteligência da criança.

– Ó infindo tormento! – clamou Domingos Leite apertando a cabeça, e debruçando-se prostrado sobre o leito.

Neste lance, Maria aproximou-se do marido, pôs-lhe a mão no ombro, e murmurou:

– Olha, Domingos, escuta... Leva a nossa filha.

– O quê?! bradou ele, erguendo-se.

– Leva a criança. Queres ir com teu pai, Ângela? A menina deteve-se a responder, olhando para ambos alternadamente.

– Queres ir comigo, filha? – perguntou o pai.

- E a mãe também vai? – disse a menina assustada e irresoluta.
- Eu vou-me embora, e nunca mais volto – tornou o pai – Não me tornas a ver. Queres ir com o teu pai?
- E não torno a ver a mãe?
- Hás de ver, menina – acudiu Maria Isabel engolindo as lágrimas – Tu depois hás de pedir ao pai que me deixe ir ver-te, sim?... pedes, filhinha?

Ângela, sem perceber a profundidade do trance que ali se passava, abraçou-se na mãe, chorando. Domingos Leite cruzou os braços contemplando mãe e filha que se estreitavam em um abraço convulso como o estorcer de suprema angústia. Volvidos alguns segundos, disse com o desânimo de alma enfim soçobrada:

– Irei só. Tu ficas, Ângela. Deus não quer que o anjo de inocência vá nos braços de um pai homicida mendigar o pão de estranhos. Não deves ter quinhão do meu castigo, pobre menina!... Agora, peço de novo à sua compaixão... Maria Isabel... que leve sua filha, e me deixe só...

A esposa saiu com vacilantes passos, levando a menina à força. Domingos Leite voltou de novo a beijá-la, e impeliu-a brandamente para fora do quarto. Depois, correndo a língua da chave, voltou-se para um Senhor crucificado, e disse mentalmente:

– Forças, meu Deus! Guardai-me os maiores tormentos para o desterro, e dai-me alento neste lance!

Quando se divulgou em Lisboa que o escrivão do cível, secretário do mordomo-mor, desaparecera com Roque da Cunha, duas opiniões se formaram acerca do sucesso estrondoso.

Quanto a Domingos Leite, dizia-se que, tendo o santo ofício, no começo daquele ano de 1647, aferrolhado nos seus cárceres alguns sujeitos amigos do escrivão, este, receando sorte igual, se evadira. A criminalidade dos réus presos era suspeita do *pecado infame* (Veja *Larraga*, passim); porém, o delito que o vulgo atribuía ao marido da Traga-Malhas era de menos impudica espécie: dizia-se que o fugitivo andava gafado de heresia, e dava notícia de livros luteranos procedentes de Holanda. Os propagadores do boato, querendo explicar a fuga simultânea de Roque da Cunha, asseveraram que ele se passara a Madrid, onde vivia sua mãe, D. Vicência Correia, loureira famosa de Lisboa, antes de ser casada com Francisco Leitão, o Guedelha, que tinha sido do conselho de Portugal em Madrid de boas avenças com o usurpador, e, como renegado incontrito, lá se ficara contraminando a restauração do reino. [NOTA 12]

Poucos dias passados, avultou mais acirrante explicação da fuga, que necessariamente ressumou do tribunal ou das testemunhas da devassa.

Afirmava-se que Domingos Leite matara o padre Luís da Silveira, coadjuvado pelo facinoroso meirinho Roque. A causa da morte fundavam-a na jactância do padre em ter corrompido quando

muito moça a sua discípula, que depois casou com Domingos Leite Pereira. Acrescentavam os mais imaginosos que o padre lhe escrevera depois de casada, e ela dera a carta ao marido. Saía então um dos mais enfronhados em segredos de palácio, e explicava que el-rei, por não afrontar a memória do clérigo, julgando racionável a indignação do marido, avisara ao marquês de Gouveia para que este obrigasse Domingos Leite a expatriar-se. A voz comum, afinal, era que o escrivão do cível da corte ia caminho de Roma a negociar sua absolvição, e que Roque da Cunha estava em Madrid, vendendo barata a Filipe IV, por intermédio de D. Vicência, a danada alma.

Pelo que respeita ao matador de Pedro Barbosa e padre Luís da Silveira, a opinião pública ferira certamente o alvo. A esposa do desembargador do paço, bem segura da indulgência do marido, quando Roque lhe escreveu, noticiando a sua chegada a Madrid, não renegou o fruto de suas intranhas, ou por escrúpulos de velhamente ao diabo com quem andara muito mana quando rapariga, ou por medo à língua do filho, que desde os dezoito anos se emancipara envergonhando-a com suas turbulências e gandaíces.

A filha da celebrada Bárbara, em cujo bordel, na Rua dos Cabides, os abastardados fidalgos de D. Sebastião velavam as armas com que se infamaram em Alcácer-Quibir, orçava então cerca dos oitenta anos; e, não obstante idade tão avessa de aspirações, era ardentíssima faccionária de Castela, e gozava-se de ser o cabresto de seu marido, o doutor Guedelha, em cuja casa reunia⁸ os fidalgos portugueses que ficaram em Espanha, depois da aclamação do duque de Bragança, ou lá se foragiram, depois do suplício dos conjurados de 1641.

Roque, historiando à mãe, na presença de Diogo Soares e do Conde de Figueiró, o motivo da sua fuga em companhia de Domingos Leite Pereira, não alegou fraudulentamente desígnios políticos: acingiu-se à verdade, calculando que seria bastante recomendação para ambos o terem apunhalado Luís da Silveira, muito conhecido do ex-secretário Diogo Soares, no tempo em que a recovagem da correspondência de Madrid com o arcebispo D. Sebastião de Matos era

desempenhada habilmente pelo padre. Sabia-se lá que o confidente delatara os conjurados. A nova da sua morte misteriosa, receberam-na os fidalgos expatriados jubilosamente, e não menos grata lhes foi a presença dos vingadores das vítimas do traidor. Além disso, o desforço do marido de Maria Isabel foi encarecido como feito de fidalgos espíritos; e tanto que, o velho Francisco Leitão, que só saía do seu palácio para o d'el-rei, foi pessoalmente visitar Domingos Leite, e apresentar-lhe o hábito de cavaleiro da ordem de Cristo, com que a magnanimidade de Filipe IV o agraciava pelos motivos honrosos que o desterravam.

Quando o desembargador procurou o brioso português na estalagem, estava com o fugitivo um homem entre cinquenta e sessenta anos, vigoroso, encorpado, vestido de baeta, e coberto de tabardo de burel.

– Pelo vestido, parece-me português do Minho do nosso Portugal, este homem!⁹ – disse Leitão a Domingos Leite.

– É meu pai; chama-se António Leite; é de Guimarães, cuteleiro de ofício. Avisei-o de minha fuga, pedindo-lhe meios para subsistir em Madrid. O meu pobre pai veio trazer-mos, e volta para a sua forja.

– Vossemecê não precisava de pedir recursos a alguém, sabendo que estão aqui portugueses. E voltando-se para o cuteleiro, prosseguiu: – Bom pai, escusa de mandar dinheiro ao seu honrado filho, que nada lhe há de faltar em Madrid.

– Mercês, meu senhor – respondeu António Leite – mas, enquanto eu puder lidar na oficina, o meu Domingos, querendo Deus, há de viver do que é seu. Só tenho este filho; e, graças ao Senhor, ainda sinto braços para a bigorna. Oxalá que o rapaz nunca me saísse de casa; que, a esta hora, não andaria por terras alheias...

– *Terras alheias!*... objetou o velho ministro de Filipe III. – Não é terra alheia Espanha; espanhóis todos nós somos...

– Nenja eu! – acudiu o cuteleiro – nem meu filho o há de ser, sem a minha maldição. Tanto eu como ele nascemos na Rua de Infesta, em Guimarães, onde tudo é português, desde que lá nasceu e se batizou o primeiro rei de Portugal.

Francisco Leitão espirrou uns jatos de riso zombeteiro, e regou por entre os insultos do catarro caquético:

– Estas abusões do povo, filhas da ignorância, ainda mal que nos trazem divididos os filhos do mesmo tronco visigodo, e teimam em fazer nação um retalho de Castela, que já valeu muito sobre o mar, mas que pouco monta em terra firme. Meu honrado homem de Guimarães, dou-vos de conselho que não façais alardo do vosso patriotismo em Madrid, agora principalmente que tendes cá o filho, bem acolhido nos braços dos seus compatriotas, quando os compatriotas de lá o exterminam, e o enforcariam, se o houvessem às mãos...

– Mas, senhor desembargador – interrompeu o vimaranense – o meu filho não tem crime de ir à força; à força devia ir o outro que ...

– Meu pai – atalhou Domingos Leite, obstando referências à causa do homicídio – o senhor desembargador não me acusa, para que meu pai me defenda. Isso pertence à justiça, que não se há de ver embaraçada com a minha defesa.

– Nem vossemecê com a condenação – acrescentou o ex-conselheiro de Portugal em Madrid. – Se em Lisboa os desforços das almas nobres são punidos como os crimes dos facinorosos de profissão, el-rei nosso senhor Filipe IV galardoa Domingos Leite Pereira com o hábito da ordem de Cristo, e admira-se que o duque de Bragança tão indignamente remunerasse a inteligência do secretário do marquês de Gouveia, alentado vilão que se lhe vendeu pela mesma causa que ainda se há de vender a el-rei de Espanha.

– O sr. marquês de Gouveia – observou Domingos Leite – não se vendeu.

– Então deu-se de graça como quem não achou comprador? – replicou o sarcástico Guedelha, casquinando a sua aspérrima risada. – Está vossemecê bem informado. D. Manrique, filho do castelhano conde de Portalegre, não se vendeu: atraçou o rei que lhe deu a coroa de marquês. Mais infame por consequência, que os vendidos; que estes têm a desculpa da necessidade subornada pelo ouro; enquanto o marquês de Gouveia se infamou gratuitamente.

Pereira Leite submeteu a réplica ao respeito devido à propecta idade do conselheiro e desviou a prática incómoda, pedindo licença para não aceitar a mercê do hábito de Cristo.

– Porque não? – sobreveio o desembargador.

– Porque as honras, sem a procedência dos serviços, não lisonjeiam o agraciado, nem granjeiam a consideração pública. Eu, como V. S.^a sabe, sou pobre. Está aqui meu pai de quem me socorro, faltam-me posses para me ostentar, e contentamento para me prezar em mais do que valho. Digne-se V. S.^a ponderar a sua majestade a minha situação qual ela é. O meu prazer, se algum posso haver neste mundo, é a obscuridade, a solidão, o chorar tudo quanto perdi, e mais que tudo uma filha, que era toda a minha vida, e brevemente me será a morte...

– Sei isso; – interrompeu Francisco Leitão – já tudo nos contou Roque da Cunha; e minha mulher disse logo que a sua filha há de vir para a nossa companhia; e, desde menina, há de pisar as alcatifas do paço.

– Beijo as mãos de V. S.^a e de sua ilustríssima esposa – disse como-vido e grato Domingos Leite, desafogando em esperanças a saudade que lhe apertava o coração.

– Havemos de gizarr o melhor modo – prosseguiu o ministro – de trazer sua filha a Madrid, quer a mãe queira, quer não queira. Vossemecê tem um amigo capaz de tudo que é difícil. Se Roque da Cunha tentar trazer-lhe sua filha, vai a Portugal, e só não voltará, se os carrascos do duque de Bragança tiverem grande faro e grande sede de sangue. Entretanto, se me deixa dar-lhe um conselho de amigo, de ancião, e de homem, que há cinquenta anos lida com o capricho dos reis, digo-lhe que aceite o hábito de Cristo e não perca azo de ajoelhar a sua majestade, agradecendo-lho. Lembre-se, enfim, sr. Domingos Leite, que D. João de Bragança, podendo rasgar a sua devassa, como rasgou tantas outras de inimigos pessoais que se lhe venderam, ordenou ao mordomo-mor que lhe impusesse o desterro, como quem diz: «escolher entre o extermínio e o patíbulo!» Bom amigo! Raça de Bragança pura! Couce de quartão galego em

quem o afaga, e orelha caída ao ver o látego na mão do potreiro... Conhecemos de há muito quem são os Braganças: por uma linha coito danado, pela outra o lavrador de Veiros que não se tosquiou, desde que o bastardo de Pedro I lhe pegou da filha para fabricar em ela uma vergôntea ducal. Ora bem... estou cansado de taramelar, meu amigo e sr. Leite. Vou-me com Deus, e cá deixo à apreciação do seu espírito inteligente estas frases que, bem esprimidas, hão de estilar muito suco. Medite-as, e... seja esperto, porque o facto de ser infeliz não o força a ser inepto. Sem mais. Escuso dizer-lhe que o deixo na obrigação de me visitar. Minha mulher quer conhecê-lo, e perguntar-lhe por certas fidalgas das suas relações. O nosso grande amigo D. Rodrigo da Cunha há quatro anos que foi dar contas a Deus do logro que pregou ao povo, fazendo cúmplice das suas tramóias o braço do Senhor crucificado. Quem diria que um prelado de tantas letras havia de socorrer-se de tamanhas tretas! E aquilo feito por um político derrancado pelo mimo com que el-rei nosso senhor o tratou a ele e a toda a parentela!... Enfim, adeus; que eu, se começo a bacharelar, não despego daqui. Eu lhe contarei quem são os faccionários do duque de Bragança; e, se Deus quiser, cedo o convencerei de que o fidalgo mais fácil de vender Portugal a Castela é esse a que lá chamam rei. [NOTA 13]¹⁰

Na ausência de Francisco Leitão, o cavaleiro da ordem de Cristo olhou para a cara espantada do pai, e disse tristemente:

– Por desgraça, este inimigo de Portugal disse verdades horríveis. Eu sei que há torpezas recônditas nas secretárias dos ministros de D. João IV; e, se essas são sabidas em Madrid, o edifício de 1640 há de vir a terra, derribado pelos mesmos que o levantaram. Ainda assim Deus sabe que eu desejo morrer debaixo das suas ruínas. Prouvera ao céu que eu não estivesse em Madrid no dia em que a nossa querida terra há de ser juncada de cadáveres do povo; do povo somente; que os fidalgos esses hão de ter novas cédulas em aberto como no tempo...

– Em que teu avô morreu na hoste do senhor D. António – atalhou o pai – e eu, se Deus até lá me der vida, não hei de ver soldados

espanhóis no castelo de Guimarães. Domingos! – prosseguiu o artífice com veemência – não me ponhas essa venera ao peito; deixa-me primeiro fechar os olhos; e, depois, cá te avém com a tua vida; que eu não veja isso, nem ouça lá dizer aos meus vizinhos que tu és castelhano.

– Não ouvirá, meu pai... – refutou o filho. – Mas atenda à minha situação de foragido, em meio dos encarniçados inimigos dos bons portugueses. Se eu campar de patriotismo em Madrid, decerto não terei amigo que me avise para fugir deste reino para outro. Procederei de modo que não dê suspeitas a Portugal nem a Espanha, até que um dia possa ir obscuramente morrer à casa onde nasci...

– Irás, meu filho – atalhou o cuteleiro, debulhado em lágrimas – Eu daqui vou direito a Lisboa, e irei lançar-me aos pés de el-rei...

– Não dê semelhante passo – despersuadiu Domingos Leite – Dois homens unicamente poderiam dominar o ânimo de D. João IV. Um, o mordomo-mor, rogo e foi secamente desatendido; o outro é o alcafo do rei, António Cavide,¹¹ o secretário de estado, que me odeia, porque eu ousei censurar ao ouvido de quem me denunciou, que um ministro da sua polpa andasse negociando com as açafatas do paço os amores do seu rei. Desista do seu intento, que é humildade e abjeção inútil. O que eu lhe rogo é que vá ver minha filha...

– Não! – objetou o velho trejeitando um gesto de indignado.

– Porquê, meu pai?

– Porque terei de ver a mãe! Não hei de ver essa mulher que te fez desgraçado! A criança não tem culpa, é verdade; mas, se eu lá for, parto a cabeça da mãe contra uma parede!

E, dizendo, estirava os ligamentos das mãos e arqueava os dedos, como se entre eles sentisse a cabeça da nora.

Neste comenos entrou Roque da Cunha, galhardeando capa e sombreiro novos, espada no telim, meias de seda, gibão de passamanes, calças golpeadas, e um trejeitar de corpo que denotava estar lá dentro uma alma espanejando-se em júbilos.

– Soube agora mesmo – exclamou com alvoroço o filho de D. Vicência – que estava aqui teu pai. Venha de lá esse abraço! – pros-

segiu Roque, estreitando ao peito o couteleiro, que se deixou abraçar impassivelmente.

– Este é o meu amigo Roque – interveio Domingos apresentando-lho.

– Ah! – disse o velho, abaixando a cabeça, sem lhe desfitar os olhos onde se espelhava a desagradável impressão que lhe incutira o aspecto do cúmplice de seu filho.

– E amigo como poucos! – confirmou Roque – Amigo como nenhum! Amigo como eu só sei ser, quando os homens cá me chegam ao coração.

– Sim, senhor... – balbuciou António Leite, forcejando por sope-sar a antipatia que os gestos e maneiras do homem lhe opunham aos transportes de gratidão, próprios da conjuntura.

– Teu pai está sorumbático, ó Leite! – observou Roque, despeitado da receção fria do velho.

– Está triste... – explicou o filho.

– Porquê?! –olveu o jovial enteado de Francisco Leitão, fazendo posturas ginásticas e reviravoltas. – Triste devia o nosso velhote estar, se em vez de vir a Madrid visitar um filho, cavaleiro da ordem de Cristo, o houvesse de ir visitar a Lisboa, ao Limoeiro, donde alguns cavaleiros costumam sair para dar cavalaria aos carrascos. Porque está vossemecê triste? Diga lá! Cuida que em Espanha não medra a melhor gente de Portugal? Tem medo que o seu filho sofra privações em uma nação, onde é recebido nos braços de um desembargador do paço, e coberto com o manto de cavaleiro que el-rei Filipe IV lhe manda, sabendo que Domingos Leite Pereira foi o discursador fogoso nos tumultos de Évora, e um dos mais estrondosos gritadores da aclamação do duque de Bragança?...

– Legítimo rei dos portugueses – acrescentou o couteleiro, baixando reverentemente a cabeça.

– Isso agora – replicou Roque da Cunha – é questão que nem vossemecê nem eu decediremos, enquanto não tivermos grau de doutores de Salamanca. Deixemos esse ofício a quem toca. Vossemecê faça partasanas na sua oficina; e eu, enquanto não tiver ofício, preferirei não fazer nada a fazer legítimos reis, que é coisa que não sei fabricar.

Sr. Leite, sabe que mais?... Seu filho nada deve ao duque de Bragança. Se teve bom ofício, maiores serviços prestou seu filho ao duque, e maiores prêmios devia D. João à sabedoria de Domingos Leite. Afinal, pagou-lhe como era de esperar de um aventureiro que subiu de duque a rei, e desceu de rei a vilão, desprezando o amor provado dos amigos e galardoando o ódio solapado dos inimigos, para firmar sobre consciências vendidas a segurança do trono, de cuja legitimidade e firmeza tanto crê ele como eu. Chegada a ocasião de provar que estimava Domingos Leite, não só pelo que lhe devia, mas também pela honra do seu delito, que fez o seu rei? Ordena-lhe que se desterre voluntariamente, que se despoje do seu ofício, que perca a pátria e o pão, sob pena de ser preso, julgado, sentenciado e talvez inforcado, porque as testemunhas da devassa o culpam de cumplicidade na morte de um clérigo torpe. E sabe vossemecê a razão que tem o duque para querer fingir-se justiceiro na morte do clérigo? É porque ele preza os traidores, e premeia-os à conta de os ter sempre à volta de si. Ora, como o padre Silveira lhe delatou os fidalgos em 1641, quer agora o tal chamado rei honrar-lhe a memória, exterminando este honrado moço, a fim de que ele não possa defender-se: porque, se Domingos Leite entrasse em julgamento, havia de sair absolvido na consciência do povo, embora o levassem do tribunal para o oratório.

Com quanto António Leite não objetasse ao longo arrazoado de Roque da Cunha, o silêncio do velho não desaprovava nem assentia; todavia, os modos grotescos do amigo de seu filho cada vez lhe aze-davam mais a invencível repugnância.

Quando, enfim, o alegre e palavroso neto da Bárbara da Rua dos Cabides se despediu para ir visitar homiziados portugueses chegados recentemente a Madrid, António Leite disse ao filho:

– Tenho má fé com este homem, Domingos!...

– Porquê, meu pai?!... Não vê que ele me deu provas de amizade tamanhas, que por amor de mim perdeu a pátria e o ofício que tinha?

– *Provas de amizade...* – murmurou o artífice – Maiores te daria eu, se, antes de resolveres matar o padre, me contasses a tua vida. Bom amigo seria o que te aconselhasse a não o matar...

– Então?... que me aconselharia meu pai?!

– Já to dei a perceber logo que me contaste as tuas desgraças. Eu, se fosse tu, fazia de conta que não tinha mulher. Tirar a vida a um homem sem razões muito fortes, não se conforma com a minha razão. Se ele fosse teu falso amigo, ou te desinquietasse a companhia, vá; mas, se nem ela era tua mulher nem ele sabia que tu a pretendias, mal aconselhado andaste; e, se foi este amigo que te aconselhou, mau amigo foi. Dizes tu que não puseste a mão no padre: que foi Roque da Cunha quem o matou. Pior, pior! Quem mata um homem, que o não ofendeu de longe nem de perto, só por ser agradável a um amigo, e anda depois, à laia deste, contente e prazenteiro, olha que não é a primeira vez que mata, nem lhe custou muito essa prova que deu. Tens um mau amigo, Domingos... Acautela-te dele.

– Não seja injusto... – voltou o filho com menos calor do que era de esperar em defesa de um amigo caluniado – Conheço há onze anos Roque da Cunha, e achei-o sempre leal e serviçal até pôr o seu braço desinteressado em desagravo da minha honra. Não foi ele que se me ofereceu para matar o padre; fui eu quem antecipadamente o obrigara por juramento a correr comigo todos os perigos...

– E dize-me cá – interrompeu António Leite – este homem era bem procedido quando te amistaste com ele? Vivia com honra?

– Não tenho que ver com o que ele era... – respondeu Domingos Leite froixamente, lembrando-lhe o assassinio do pai de Miguel de Vasconcelos, a denúncia de Matias de Albuquerque, os insultos que este general recebera à entrada da Torre de Outão, e outras malfetorias que não sobreviveram à memória dos contemporâneos.

– Não tens que ver com o que ele era? – repetiu tristemente o velho – Pois, filho, muito te convém estar de sobreaviso para o que ele há de ser.

Estas palavras, proferidas torvamente, impressionaram o espírito já preparado a recebê-las sem constrangimento da razão, bem que ao ânimo reconhecido de Domingos Leite doesse o consentir em tão austeras demasias. É uma santa verdade não haver aliança de estima honesta entre dous homens pactuados por um feito criminoso.

O afeto de Domingos Leite Pereira a Roque da Cunha era tão simulado ou sobreposse, quanto os remordimentos de um e o despejo do outro se distanciavam entre si. O coração – que desbordava de lágrimas, cismando na filha estremecida; e, às vezes, vibrava de angústia, pensando que a esposa poderia vingar-se dando a outro a beleza desprezada – não entraria aos lodaçais, onde as grandes angústias se atordoam e atrofiam, imparceirado com Roque da Cunha.

Domingos Leite era muitíssimo desgraçado, quando seu pai o deixou, indo a Guimarães vender o prediozinho que representava trinta anos de economias.

Chamava a cada hora pelo pai a inconsolável Ângela.

A mãe acariciava com beijos o rosto da filha; e, soluçando, dizia-lhe que o pai não tardaria.

A menina adoeceu de moléstia que a mãe atribuiu a saudade. Maria Isabel desvelou as noites de joelhos à beira do leito; e, invocando o testemunho ou a piedade da Virgem do céu, protestava suicidar-se, assim que sua filha morresse.

Quando Ângela se amodorrava em letargia febril, Maria Isabel escrevia ao marido a história por minutos da doença da filha. Cada página terminava por nova suplica de as levar para si, a não ser que a criança expirasse, que então nada lhe pediria a não ser o perdão.

A desventurada amava o marido naquelas horas escuríssimas. As derradeiras palavras dele, ao despedir-se, compungiram-na profundamente, porque gemiam na alma onde o desalento amolentara os espinhos do ódio. O natural despeito de se ver desprezada, por espaço de ano e meio, pôde menos que a consciência de haver matado o porvir daquele homem, tão prosperado e ditoso noutro tempo! Alanceavam-na remorsos de o ter enganado, e pensou que a Providência a punia, pondo-lhe o marido no desterro e a filha na sepultura.

Ângela ressurgia salva da perigosa enfermidade, quando Maria Isabel, fechando a longa relação com a fausta nova da convalescença, sobrescritou a carta para Madrid.

Naquele tempo, cartas enviadas a Espanha eram revistadas e rasgadas quando não davam margem a suspeitas. Todo o português que demorasse então em Castela pecava por traidor à pátria ou criminoso foragido à justiça. Domingos Leite Pereira fora arrolado na classe dos últimos.

Tanto que o seu confessor lhe disse que o marido não recebia as cartas, Maria Isabel, sofrendo o pejo, recorreu pessoalmente ao marquês de Gouveia, levando consigo a menina. O velho mordomo-mor recebeu-a com benevolência. As lágrimas em rosto formoso ensinam a delicadeza e afinam almas compadecidas. Entretanto, o marquês não se prestou a transmitir as cartas, receando molestar a irritabilidade de el-rei.

– Mas que mal fez meu marido a el-rei? – perguntou Maria Isabel.

– Não fez mal diretamente a el-rei; usurpou-lhe simplesmente o direito de castigar. Quem mata um homem sem poder alegar que o fez em justa defesa de sua vida, dá a entender que o faz desconfiado da lei.

– Então o sr. D. João IV persegue meu marido?

– Não, senhora; permite que a justiça cumpra o seu dever.

– E, se eu fosse com a minha filha lançar-me aos pés da rainha?

Sorriu-se o marquês em ar de reprovação do alvitre, lembrando-se que D. Luísa de Gusmão impedira que el-rei se deixasse apiedar das deplorações da duquesa de Caminha, quando já se estavam carpinteando as peças do cadafalso. Além disso, o mordomo-mor sabia que o nome da mulher de Domingos Leite chegara ao aposento da rainha com o labéu de prostituída a um padre. Não revelou o que lhe passava na mente, e fez apenas um gesto negativo.

– Mas el-rei não me trataria com desabrimento? – prosseguiu ela.

– Não, com certeza. El-rei tratou mui urbanamente a senhora duquesa de Caminha, quando lhe foi pedir o perdão do marido.

– Mas não perdoou...

– É verdade; porém, são muito diversos os pedidos e as causas. Que lhe quer vossa mercê pedir?

– Que deixe vir meu marido para Portugal.

– E não seria melhor buscar meios de ele ser julgado e absolvido?
– replicou o fidalgo.

– Não conheço ninguém... e tenho vergonha de falar aos juízes!...

– Acho justa essa repugnância... – assentiu o marquês – todavia, se quer falar a el-rei, maior lhe deve ser o pejo.

Maria, após breve pausa, em que ponderou a réplica judiciosa do mordomo-mor, insistiu ainda chorando:

– Se V. Ex.^a se compadecesse de nós...

– Em que posso mostrar-lhe que me compadeço das suas mágoas?...

– Se V. Ex.^a tivesse modo de fazer chegar a minha filha à presença d'el-rei nosso senhor com um requerimento meu...

– Hei de pedir licença a sua majestade, e espero alcançá-la. Dar-lhe-ei resposta. Porém, supondo que el-rei lhe nega audiência ou lhe indefere¹² o requerimento, dou-lhe um conselho. Vá para Madrid com sua filha. Seu marido decerto a não repulsará, se a senhora abrir o caminho ao perdão por intermédio da filha que ele adora. Se acontecer achá-lo colérico, haja-se com discreta paciência, dispensando-se de viver em comum com ele. Vossa mercê é bastante rica. Tanto lhe faz viver em Lisboa como em Madrid. Quadra-lhe o conselho?

– Sim, sr. marquês – assentiu Maria Isabel muito reanimada – E V. Ex.^a protege a minha ida?

– Hei de conseguir que não lhe impeçam a passagem nas fronteiras, e dar-lhe-ei uma carta que esta menina há de entregar ao pai.

– E como hei de encontrá-lo em Madrid ?

– Antes de vinte e quatro horas, saberei de Gaspar de Faria onde seu marido se alojou. Se chegar a ir, e reconciliar-se, recomendo-lhe com muita instância que mova Domingos Leite a sair de Espanha. El-rei tem bons amigos em Madrid que lhe relatam pensamentos, palavras e obras dos portugueses que lá vivem. Já cá é notório que Domingos Leite, dominado pelo funesto amigo Roque da Cunha, concorre às casas mais suspeitas dos maquinadores da nossa escravidão. Sobre queda couce, diz o ditado. Não é assim que ele há de ter

por si el-rei e os juízes. Por estas e outras razões lhe aconselho, como bom amigo que ainda sou de seu marido, que, em vez de ir a el-rei, passe a Espanha; e depois, se Domingos Leite a quiser atender e à carta que eu lhe hei de dar, vão para França ou para Roma.

Nesta conjuntura, entrou o secretário António de Cavide, que fitou com ares de assombrado o belo rosto e garbosa compostura da dama desconhecida.

Maria Isabel, erguendo-se, disse à filha que beijasse a mão do sr. marquês, e saiu.

– Quem é esta gentil fada?! – perguntou António de Cavide – Eu nunca vi mais guapa mulher!

– É a esposa de Domingos Leite Pereira.

– Oh!... É esta!?... Olha o maganão do padre Luís com que cilícios se penitenciava! Bem me dizia el-rei que a mais bonita mulher de Lisboa, segundo ouvira ao juízo competente do sr. marquês, era a Traga-Malhas... Que diria sua majestade, se a visse?

– Que diria, e que pensaria!... – acrescentou o mordomo-mor, sorrindo com a malícia comum dos dois fidalgos.

– Eu sei cá!.. – tornou o secretário de estado franzindo o sobrolho – Talvez desculpasse o clérigo, e perdoasse aos ciúmes ferozes do marido...

– Esta é jóia mais de preço que a condessa de... Vila Nova!..

– Upa, upa!

– E vai muito além da açafata?

– Da Justa Negrão? Upa, upa! Sr. marquês!

– Vem a ponto uma pergunta: a D. Justa está contente no mosteiro de Chelas? – perguntou o marquês.

– Está resignada desde que eu lhe mostro a filha de mês a mês.

– E el-rei continua a ver a menina?

– Levo-lha ao palácio de Alcântara todas as terças-feiras. El-rei é doido pela pequena, e chama-lhe a sua querida infanta: mas a criança, que fez agora três anos, tem uns ares tristes que fazem cismar.

– Adivinhará as lágrimas da mãe? – aventou o marquês – Ou seria concebida em estação amargurada...

– Lá como ela foi concebida não sei; são segredos de alcova; mas a história das damas dos reis não me fez conhecer uma só que se carpisse de ser mãe...

O mordomo-mor derivou a palestra em outro rumo, receando molestar o pundonor do ministro lançarote de el-rei.

Era António de Cavide tanto das entranhas de D. João IV que, se o leitor leu em a nota 5 o testamento do rei, trasladado dos apontamentos originais, veria as referências com que o seu real amigo o recomenda à consideração da rainha. Arguiam-no os áulicos de ser o medianeiro dos amores ilícitos do monarca. Da açafata D. Justa Negrão segredava-se na corte que fora ele o corruptor à custa de infames aliciações necessárias a vencer a indiferença e até a relutância da criada do paço. Fora ainda António Cavide o agente da profissão de D. Justa no convento de Chelas, e em casa deste secretário se estava criando a filha desses amores, em que a vítima violentada ganhara vestir a mortalha monástica, volvidos dois anos, mais que longos, para o régio fastio de sua majestade. [NOTA 14]

Este secretário de estado, raramente referido nos historiadores do reinado de seu real amo, exercia atribuições, segundo parece, nas coisas secretíssimas do rei, não lhe sobrando vagar para as do estado. Ainda assim, do testamento do monarca depreende-se que nenhum homem gozou como ele a confiança do rei até à hora final. Rodados vinte e seis anos, achamos António Cavide condenado à morte, na regência de D. Pedro, como conjurado na tentativa de rebelião a favor de Afonso VI, preso na ilha Terceira. E dado que dois modernos historiadores* nos dêem António de Cavide executado em Lisboa em 1673 é bem de ver que não colheram idóneas informações de escritores coevos. Carlos II de Inglaterra, enviando, a rogos de sua esposa D. Catarina de Bragança, um navio a Lisboa

* O sr. M. Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, tom. 6, pág. 291, e o sr. A. José Viale no *Novo Epítome da História de Portugal* pág. 158. Veja *Monstruosidades do tempo e da fortuna* por fr. Alexandre da Paixão, ms. da Biblioteca do Porto – e *Vida de Afonso VI* escrita no ano de 1684, Porto, 1873.

com embaixador expresso, a pedir o perdão do velho secretário de D. João IV, logrou salvá-lo do patíbulo; mas, decorrido breve termo, Cavide morreu com suspeitas de empeçonhado por insinuação do regente.

Maria Isabel, querendo passar a Castela, ofereceu os seus prédios da Tanoaria a vários compradores que lhos haviam desejado; mas a alienação dos bens seria nula sem consenso do marido, e nula também enquanto ele não houvesse respondido à justiça, que o esbulhara dos seus direitos.

Recorreu a dama ao mordomo-mor, que não antevira o embaraço, nem podia removê-lo. A consternada senhora saiu do gabinete do marquês, desatendendo os prudentes conselhos que tendiam a esperar alguns dias o resultado da intervenção de um ministro mais influente no real ânimo. O mordomo-mor lembrara-se de António Cavide. Maria Isabel lembrara-se de D. João IV.

Seguiu dali, com a filha, para o paço da Ribeira, e entrou no Arco de Ouro. Debaixo da arcada estava a Porta da Campainha. Chamava-se assim porque debaixo daquele arco havia entrada franca de serventia para uma casa onde estava uma roda, como a das portarias monásticas, e sobre a roda uma sineta que tangiam as pessoas que procurassem el-rei. E, logo que a campainha tocasse, D. João IV enviava alguém a reconhecer a pessoa, ou descia propriamente, se esperava ser procurado por aquele meio menos ordinário.

Estava o rei com António de Cavide na sua pomposa biblioteca de música, situada na porção do palácio chamada o *Quarto do Forte*, quando ouviu tanger a sineta.

– Vá ver quem é – disse o rei sorrindo – Olhe que não vá ser algum burro lazarento...¹³

Enquanto o secretário de estado vai e volta, saibamos que alusão é aquela do burro lazarento visto que Diogo de Paiva e Andrade no-la transmitiu nas suas *Memórias*, por vezes citadas neste livro. Foi que uma vez entrara um jumento vadio no recinto da sineta, e começou a trincar a corda no intento provável de a comer. Ora, como a sineta repicava tão ligeira quanto a fome do tangedor esgarçava no cordel, D. João IV, que estava só, e estranhara o pressuroso dos toques, desceu pessoalmente à casa da roda, e perguntou quem era. Como ninguém lhe respondesse, mandou averiguar se a pessoa que tocara já teria subido à saleta de espera. O enviado voltou anunciando a sua majestade que encontrara um burro muito magro. El-rei ordenou logo que o levassem às cavaliças reais, com recomendação de o tratarem fartamente; e acrescentou: «Semelhante pretendente não pode ter outro requerimento.»

Não me consta que D. João IV, em toda a sua vida, dissesse ou fizesse coisa de tanto espírito. A não ser coevo de sua majestade aquele burro faminto, morreriam ambos ignorados, sendo digna de escritura a lembrança que os dois tiveram.

Voltou no entanto António Cavide com ridentíssimo semblante, e disse:

– Mal pensava eu, real senhor, quando há pouco tentava pintar o esbelto rosto da mulher de Domingos Leite, que ela tão perto estava de desmentir na presença de vossa majestade a pálida cópia que eu fiz!...

– Foi ela que tocou?! – acudiu o rei entre alegre e maravilhado.

– Ela, meu senhor, acompanhada da filha. Pede audiência; e, apesar de coberta de lágrimas, nunca houve orvalho que aljofarasse mais purpurinas rosas!...

– Estou a ver se me fala em verso, Cavide! – disse o rei escondendo a custo a comoção da curiosidade – Mande-as entrar na primeira sala.

O secretário de estado correu o reposteiro da sala de espera e disse a Maria Isabel:

– Sua majestade houve por bem admitir a vossa mercê à sua real presença¹⁴; queira entrar nesta sala, e esperar el-rei nosso senhor.

A esposa de Domingos Leite com dificuldade se sustinha nas pernas, chegado o momento de se avistar face a face do rei: tremia de respeito como tremeria de pavor. A menina aconchegava-se dela olhando-a com susto, e circunvagando a vista assombrada pelas tapeçarias e colgaduras de ouro e prata, de veludo e damasco entre as quais lampejavam contadores archetados de ouro e marfim, grandes cofres abaulados de tartaruga e prata, bufetes torneados com feitios de dragos e serpentes, jarrões japoneses encimados das peregrinas flores que recendiam nos jardins do paço da Ribeira, redomas de cristal, relógios de Inglaterra com primorosos relevos de esmalte, as pompas de toda a terra conglobadas naquele palácio, que já então pompeava primazias sobre as mais esplêndidas cortes da Europa, graças à baixela da duquesa de Mântua, que nunca lhe foi restituída.

Posto que o tapete abafasse as passadas d'el-rei, Maria Isabel ouviu-o nas palpitações do coração; e já estava em joelhos, quando um sumilher da cortina correu o reposteiro com um ringido de aço estridente que, digamo-lo assim, agravava mais o terror do lance.

D. João IV entrou; o reposteiro ajustou-se outra vez aos batentes da ampla porta; e, neste conflito, a filha do burguês João Bernardes Traga-Malhas cuidou que desmaiava, encostando a face esquerda ao volante que cobria a cabeça da menina.

Orçava então o rei pelos quarenta e três anos. Não obstante as bexigas, que lhe alteraram notavelmente a gentileza do rosto, conservava vivacíssima a graça dos olhos azuis, mais risonhos que os lábios, nos escassos momentos em que o contentamento lhes transluzia desafogado da violenta caraterização de rei suspeito. Era de estatura meã, e largo de espáduas, robustecido em lides fagueiras, desprezador de inclemências de tempo, quando nas monterias da tapada de Vila Viçosa dispendia selvaticamente os melhores anos da existência. Dá a perceber o conde da Ericeira, D. Luís de Mene-

zes, no *Portugal Restaurado*, que D. João era tão desregrado na alimentação que antecipara a caduquez do corpo. O historiador áulico, se lhe dessem trela, e alforria no pensamento, assim como nos disse que no rei o trajar era pouco menos que rústico e sujo, comunicar-nos-ia a intemperança do espadaúdo sujeito, cevando-se nas lubricidades que adelgaçam as mais maçorras e rijas compleições.

Não se pense, porém, que o rei de Portugal naquele dia trajasse imundo ou denotasse na epiderme do rosto padecimentos de hidropesia. Vestia um *pourpoint* (gibão) de pano preto, refogado no peito, sem guarnições até baixo do joelho, como loba clerical, e a pescoceira da camisa derrubada sobre a gola daquela vestimenta que muitas vezes usava, da vil droga chamada estamenha. [NOTA 15]

Os cabelos loiros, mas tosquiados quase rentes, descampavam-lhe a frente, relevada em proeminências, que inculcariam talento, se a ciência frenológica de Spurzheim não fosse um logro nas cabeças da raça dos Braganças, não colaboradas.

Calçava meia de seda escura e sapato de veludo com um simples botão, sem os broches e orladura de ouro e pérolas com que medianos fidalgos e até os pecuniosos da classe média se ajazavam.

Como já vimos, Maria Isabel Traga-Malhas esperava ajoelhada e perturbadíssima a entrada d'el-rei.

Caminhando a passo vagaroso para ela, D. João IV parou a pequena distância, e disse-lhe:

– Levantai-vos, senhora!

E como ela permanecesse em joelhos e ansiada, o rei insistiu:

– Erguei-vos, que eu desejo ouvir-vos sem essa postura de adoração. Vamos! A pé!

Sua majestade poderia dizer alguma coisa mais régia, mais conceituosa, mais galã, ou, sequer, mais espirituosa, para arrolarmos com a outra do quadrúpede da sineta; mas não o arguamos de canhestro ou peço de frases, dado que, a respeito da sua eloquência, o referido conde da Ericeira nos diga que não costumando o rei a empregar¹⁵ «as palavras mais polidas, usava delas com tal arte,

galantaria e agudeza que parecia fazia estudo do que em outros pudera ser defeito». *

Desta vez, cumpre desculpar-lhe a insuficiência, dando-lhe foros de mero homem em presença da mulher que ultrapassava toda a beleza imaginada.

Maria Isabel, apesar de ter meia face velada no rebuço do capotilho – descortesia que ela ignorava por desconhecer cerimónias palacianas – deixava metade do rosto aos deleites da admiração, e a outra metade à curiosidade dos desejos, como diria na sua retórica farfalhuda António Cavide.

Quando Maria se levantou sem altear os olhos acima do estrado, acercou-se mais o rei, e pôs a mão na face de Ângela, dizendo:

— És muito galante, menina!

A mãe relançou a vista menos tímida à face de D. João, e, como lhe encontrasse os olhos fixos, derivou logo os seus para a criança, absorta na contemplação do rei.

– Sentai-vos, senhora – continuou, apontando-lhe uma cadeira, e olhando de esconso para o reposteiro, a fim de certificar-se que ninguém lhe espreitava tão insólita cortesia ou tamanho abatimento da majestade.

– Se vossa majestade não quer ouvir-me de joelhos, peço que me deixe suplicar de pé a sua misericórdia – balbuciou Maria.

– Sentai-vos e dizei. Tudo que o rei puder fazer-vos sem gravame da justiça e direito de seus vassalos, ser-vos-á feito. Vindes pedir-me que absolva vosso marido de um crime público? Não sou eu quem há de sentenciá-lo ou absolvê-lo.

– Não peço tanto a vossa majestade, meu senhor...

– Que quereis então?

– Ir com minha filha para Madrid.

– Quereis ir para Domingos Leite? – perguntou o rei com estranheza.

* *Port. Rest.* T. 2, pág. 906.

– Sim, real senhor.
– É ele que vos chama?
– Saberá vossa majestade que eu, desde que ele partiu, nunca mais tive notícias suas.

– Apesar disso, quereis ir... Quem vos priva?
– Quis vender parte dos meus bens, e a justiça não mo permite nem permitirá ainda que meu marido assine os contratos.

– Porque é essa a lei dos criminosos – voltou gravemente o rei – Vindes pedir-me que submeta a lei à minha vontade particular? O que não posso fazer como homem, neste caso, também o não posso fazer como príncipe. Eu não subordino a justiça: sou-lhe subordinado. Porém, como homem, poderei prestar-vos um serviço, se o quiserdes aceitar. Dar-vos-ei meios para irdes a Castela; e enquanto lá os carecerdes, remediar-vos-ei.

Maria, pela primeira vez, encarou a fito o monarca. Brilhavam-lhe as lágrimas nos esplêndidos olhos. El-rei parecia olhá-la com o resguardo tímido de vassalo a contemplar, reconditamente amoroso, a sua rainha.

– Eu queria – murmurou ela – levar a meu marido o que herdei de meus pais; mas agradeço a vossa majestade a esmola que me oferece.

– Não é esmola; é empréstimo. Quando a sentença remover os estorvos que vos privam de vender os bens, então me pagareis. Entretanto, sabeis se vosso marido vos receberá graciosamente?

– Não sei, meu senhor...
– Ouvi dizer que ele, desde a morte de certa pessoa, vos não falara mais. É verdade?

– Sim, meu senhor.
– E esse desprezo não impede que o ameis? Falai-me verdade inteira, por que a vossa sorte me está prendendo extraordinariamente a atenção. Amais Domingos Leite?

Deteve-se alguns momentos a interrogada, e respondeu com embaraço:

– Casei com ele por paixão, e foi a paixão que me cegou... – e aqui reteve-se vexada e confusa.

– Sei o que vos custa a dizer: – acudiu o rei – passai adiante, Maria Isabel.

A suavidade com que D. João proferiu os dous nomes parecia arrasar uma alta barreira, ereta entre os dois desiguais interlocutores. Aquele tom de benévola confiança – o ver ela seu nome na memória de el-rei – deu-lhe umas largas à alma, uns assomos de vaidade, um desaforo análogo ao dos pulmões que se impregnam de correntes de ar novo em recinto abafadiço.

– Dizei, – prosseguiu ele – O desamor com que Domingos Leite recusou perdoar-vos uma culpa, que devia ser atenuada pela inocência com que a praticastes, foi causa a que a vossa paixão se desvanecesse... Errei o meu juízo?

– É verdade, real senhor!... Eu sei que fui criminosa em aceitar o seu galanteio; mas não o seria... se não fosse tão inocente.

– Ainda assim, é compaixão ou amor que vos resolve a procurá-lo em Espanha?

– É esta criança que chora por ele; e é a aflição que eu sinto quando me lembro das aflições com que meu marido se separou da filha...

– E de vós, não?! – redarguiu ele com pérfida admiração.

– Parecia querer perdoar-me nessa hora...

– Bem. Perguntai-lhe se vos perdoa. Se ele vos disser que sim, ide, e contai comigo. Lembro-vos, contudo, que em Madrid Domingos Leite é recebido como homem brioso que matou um padre, amante de sua mulher: e que o senhor D. Filipe IV, atendendo aos merecimentos de tal façanha, o honrou com o hábito de cavaleiro da ordem de Cristo. Não sei se ele vos aceitará, depois que este boato, em grande parte aleivoso, se derramou em Portugal e Espanha; e estou em crer que Maria Isabel, tão mal considerada em Madrid, não quererá aparecer aos admiradores de seu marido.

– Esse boato é uma calúnia, senhor! – exclamou ela com os olhos secos e o rubor nas faces.

– Não mo digais a mim, que eu já vo-lo disse. Li o processo com o maior empenho; quis salvar vosso marido; já vedes que se alguém

duvida da vossa inocência de esposa, não sou eu. Como quer que seja, em matéria tão melindrosa, não sei nem devo aconselhar. Fazei o que bem vos apraza. Repito: escreva Maria Isabel a seu marido, e dê a carta ao meu secretário de estado António Cavide, que ele a fará entregar diretamente a Domingos Leite, e a resposta, se vier, ser-vos-á entregue.

– Ah! – suspirou a formosa – se o meu nome anda tão infamado em Madrid, meu marido não me responde... Ele desprezava-me, quando toda a gente ignorava a minha desgraça; que fará agora que é maior desonra para ele reconciliar-se comigo!...

– Quem sabe? O coração humano faz mudanças de que não sabemos dar causa nem razão. Nada se perde em lhe sondardes o ânimo. Escrevei-lhe hoje, que amanhã António Cavide, ou alguém com recado seu, irá procurar vossa carta.

– E, voltando-se para a menina, perguntou:

– Como te chamas, linda?

– Ângela – respondeu a criança.

– Criada de vossa majestade – acrescentou a mãe muito desvanecida da régia curiosidade.

– Pois que dizeis que é minha criada –olveu D. João IV – minha criada fica sendo desde hoje, e virá exercer o seu ofício, quando a idade lho permitir. No entanto, o seu nome será registrado no livro das açafatas da rainha, desde já.

– Ajoelha a sua majestade, e pede-lhe licença para lhe beijar a mão – disse Maria Isabel com transporte. O rei colheu a menina nos braços, e disse:

– Eu é que lhe beijo esta duas rosas do rosto, que fazem lembrar os querubins. Uma reflexão – prosseguiu o rei de súbito – não diga Maria Isabel a seu marido que eu nomeei sua filha criada do paço. Seria muito dolorosa para mim semelhante nova dada a um homem, que não pode ser galardoado enquanto não for absolvido. Tendes entendido?

– Esteja vossa majestade seguríssimo de que eu não direi que falei a vossa majestade.

– Ainda melhor, ainda melhor. Nem uma palavra que prenda comigo.

Maria levantou-se indecisa se lhe cumpria despedir-se ou ser despedida d’ el-rei.

– Quereis sair? Esperai, – disse D. João – que eu vou mandar-vos o meu secretário de estado para vos acompanhar à liteira.

– Vim a pé, real senhor.

– Ah! Sim? Não obstante, esperai.

Saiu o rei, beijando outra vez Ângela, e deteve-se breves minutos com o secretário, que saiu a dar ordens a um pajem, que as foi transmitir a um moço da estribeira.

Voltou Cavide outra vez à presença do amo.

D. João IV, encaracolando o bigode louro, e palmeando na espaciosa frente, clamava entusiasta:

– Que mulher! Que mulher! Bem me dizia o marquês... Não há dama no paço que lhe ganhe!... Oh! Que soberba criatura! Tem música na voz a feiticeira! Nunca vi coisa assim, nem viva nem pintada!

Cavide ria-se e esfregava as mãos.

– Isto não é para rir, meu caro!... – obstou o rei – Querem ver que eu estou apaixonado!...

Neste lance grave, que as expressões do rei e a cara do valido tornavam ridículo, o pajem disse por detrás do reposteiro que o moço da estribeira enviara dizer que a liteira das açafatas estava no pátio do norte.

– Vá! Ordenou o rei ao secretário.

António Cavide entrou na sala, onde ficara Maria Isabel, e inclinando a cabeça, disse:

– Sigam-me Vossas Senhorias. *

* O tratamento de *senhoria* foi jurídico para as donas, moças da câmara e açafatas, por alvará de 17 de maio de 1777, quando já de antes a *excelência* era o tratamento usual. Na corte de D. João IV, a lisonja e a urbanidade não hesitariam tratar de senhoria as açafatas, e as amantes do rei em perspectiva.

E, descendo ao pátio onde estava a liteira com lacaios de libré da casa real, deu a mão a Maria Isabel para ajudá-la a subir.

– Eu vim a pé... – gaguejou a mulher de Domingos Leite, não percebendo o convite do fidalgo.

– Sei isso; mas sua majestade manda conduzir na competente liteira a sua açafatazinha e mais sua mãe, muito minha senhora.

E, ao mesmo tempo que dizia isto mui galãmente, tomou Ângela nos braços, e sentou-a no almadraque inferior; depois, ofereceu o ombro à mãe, fechou a portinhola, e disse ao laçao da frente:

– A casa de suas senhorias é na Porta do Salvador.

A liteira partiu com as cortinas fechadas. O instinto do pejo imprimira aquele impensado impulso ao braço da mulher do expatriado.

E D. João IV, que de uma janela que abria sobre o terreiro, presenciara o fecharem-se as cortinas da liteira, dizia depois a Cavide:

– Aquele recato pagara-lho eu com milhões, se o meu coração não valesse mais que eles!...

O confidente ouviu isto com a maior circunspeção. O castigo supremo dos validos é não poderem escancarar sinceras gargalhadas nas faces dos reis.

XIII

Velou a noite inteira Maria Isabel.

Figuravam-se-lhe visões, ora terríveis, ora deslumbrantes.

Sentia o que quer que fosse de interior transfiguração de seu ser. Contemplava-se e via-se mudada virtualmente. A cena do paço, a sala esplendorosa, o rei, a *senhoria* do secretário, a açafata, a liteira armoreada, a libré, e sobretudo os conselhos do rei, aquelas frases umas vezes meigas, outras vezes tristes, o seu nome três vezes proferido pelos régios lábios, tudo, que ainda sonhado lhe seria delirioso, era, em realidade, sobejo estímulo a que a noite lhe corresse não dormida. Mas, por entre as fulgurações da imaginação febricitante, dava-lhe tremuras um pavor indefinível, se a ideia de ter caído na graça do rei lhe impunha o dever de se lhe dar cegamente, e sem resistência de razão, de religião ou de pudor, como as mulheres que se vendem. Contradiziam-lhe estes sustos do pejo as palavras de D. João IV, aconselhando-a a consultar a vontade do marido, quanto a ir para sua companhia. Depois, como a revirar-lhe esta pudica justificação dos reais intentos, ocorria-lhe a lembrança de ter ouvido dizer a Domingos Leite que D. João IV nos seus amores, quando Duque, não se estremava dos moços do monte em bruteza; que nenhuma das suas afeiçoadas lhe conhecera coração. E daí umas explosões luminosas de vaidade, a mulher em todo o seu elástico de vanglória, tanto mais acrisolada quanto se vira repudiada do marido... Muitas expressões do soberano soavam-lhe ainda nos

ouvidos, quando a luz da seguinte manhã lhe alvoreceu no quarto; e, entre todas, estas principalmente: ... *Não sei se ele (o marido) vos aceitará, depois que este boato, em grande parte aleivoso, se derramou em Portugal e Espanha; e estou em crer que Maria Isabel, tão mal considerada em Madrid, não quererá aparecer aos admiradores de seu marido.*

– Decerto, não quero!... – dizia ela de si consigo – Ainda que ele, por amor à filha, me deixe ir, há de querer que eu me esconda para que me não vejam; e talvez que me mande embora depois de lá ter a filha. Além disso, se eu lhe escrever que o rei me dá o dinheiro para lá viver, ele reprova que eu o aceite, e pergunta-me como foi que eu procurei e obtive este favor...

Alvorçada por tantíssimas ideias incongruentes, sentou-se ao bufete para escrever tantas vezes quantas se levantou, depondo a pena, por não atinar com o expediente mais natural, ou, digamos antes, mais artificial da carta.

Nesta conjuntura, apareceu a menina a recordar-lhe as impressões da véspera, a fazer-lhe repetir as palavras que o rei lhe dissera, a pedir explicações dos dizeres que não percebera. Depois vieram as criadas sobressaltadas, e Maria Isabel contou-lhes à sua ansiosa curiosidade que a sua Ângela era açafta, que o secretário de estado lhes dera senhoria, que el-rei tivera a menina sobre os joelhos, que a beijara muitas vezes; e de tudo pedia segredo às moças, por certos motivos, os quais motivos as criadas, em conciliábulo de cozinha, explicavam tão compridamente que não deixavam nada a desejar.

Assim foi correndo o dia, até que, ao cair da noute, se anunciou a um laçao de Maria Isabel uma pessoa que sua senhoria esperava.

O secretário particular do rei, anunciando-se incógnito, a hora tão imprópria, começava o ato misterioso da sua interferência; não obstante, a mãe da açafta, quando se lhe deu a notícia, disse com desenvoltura própria de fidalga, afeita a visitas de tal porte:

– Há de ser o secretário de estado António de Cavide.

Momentos depois, o cortesão beijava os dedos da mulher de Domingos Leite, afagava a sr.^a Dona Angelazinha, a quem sua majes-

tade enviava um beijo, e terminava por dizer que vinha receber a carta que havia de ir para Espanha na manhã do dia seguinte, conforme as ordens dadas por el-rei ao correio-mor.

– Amanhã! – disse Maria Isabel – Já amanhã!... Mas eu ainda não escrevi... Como há de ser?

– Ainda tem V. S.^a muito tempo. Eu voltarei mais tarde, ou mandarei um escudeiro procurar a carta – remediou o secretário.

– Jesus! – murmurou ela, com ademanos de aflita.

– Que tem a sr.^a D. Maria? – voltou Cavide.

– Não sei... não sei em que termos hei de escrever a meu marido...

– Compreendo o seu embaraço... que em verdade é justificadíssimo. Devo dizer-lhe, senhora minha, que o que passou entre el-rei meu amo e V. S.^a me não é de todo estranho. Também eu, pensando durante a noite no segredo que é mister haver, respeito à mercê que el-rei lhe faz, mal posso ligar a ida de V. S.^a para Espanha sem que seu marido conheça a origem dos recursos, e até a real intervenção na remessa da carta. O sr. D. João IV, meu amo, desta vez não conciliou a generosidade de seu real ânimo, com a circunspeção que lhe é habitual. Quer-me parecer que V. S.^a deu todo peso às considerações que sua majestade lhe fez, e eu também tive a honra de ouvir-lhas. Desde que o sr. Domingos Leite, fugindo para Castela, deu ansa à calúnia que denigre a reputação de sua mulher, parece, até certo ponto, que protestou diante do mundo não receber mais em sua companhia uma esposa, que lá e cá – malditas línguas! – passa por ter faltado à honra conjugal.

– Mentira!—interrompeu Maria Isabel assomada.

– Mentira atroz – assentiu Cavide – Sabe-o el-rei, sei-o eu, sabem-no os ministros em cuja alçada corre a devassa; mas os praguentos querem que as atoardas se propaguem bastante aleivasas para que lhes seja mais farto o cevo da maledicência. A nossa questão não é a calúnia; é sabermos como V. S.^a há de afrontá-la, como seu marido há de desfazê-la, se lhe quiser perdoar; enfim, como a sr.^a D. Maria, minha senhora, há de ilibar-se perante o mundo. Aqui é que bate o ponto. Por isso dizia eu agora que compreendo os

embaraços em que V. S.^a há de achar-se no modo de escrever a seu marido.

– Tem V. S.^a razão... – confirmou Maria Isabel – Pensei nisso tudo que me disse, e estive duas horas a começar cartas e a rasgá-las, porque tudo me parecia mau... Não sei como hei de sair deste aperto!...

– Peço vénia para lhe dar um conselho... – disse António Cavide, erguendo-se, aproximando-se dela mais à puridade, e abaixando o tom da voz.

– Faz-me V. S.^a um grande benefício, se me aconselhar.

– Autorize-me a sr.^a D. Maria a consultar el-rei, meu amo. Parece-me que nenhuma deliberação lhe cumpre tomar sem ouvir o parecer de sua majestade...

– Nem eu me atrevo a pensar coisa alguma em contrário das ordens de el-rei.

– Mas – voltou o valido, depois de estar alguns minutos recolhido, passando por sobre os dentes a unha do polegar como se corresse um teclado – Mas, se V. S.^a me promete segredo inviolável com juramento...

– Prometo... – balbuciou Maria Isabel, trémula de alvoroço, entre receosa e ansiada de curiosidade, com os brilhantes olhos postos nos beiços do secretário.

– Promete-me nunca, em tempo algum, em quaisquer circunstâncias de sua vida, revelar propriamente a el-rei o que lhe vou dizer?

– Sim... prometo... – afirmou ela.

António de Cavide pegou da mão de Ângela, e apontando-lhe um cofre de madrepérola que estava sobre um contador no extremo da sala, disse-lhe:

– Vá a menina buscar aquela alfaia que desejo vê-la.

E, enquanto a menina foi, inclinou os lábios ao ouvido de Maria Isabel, e segredou-lhe:

– El-rei quer-lhe como não quis a ninguém neste mundo. A vontade do meu real amo é que V. S.^a não vá para Espanha; e eu, que conheço quanto el-rei sofreria, se a sr.^a D. Maria partisse, rogo-lhe encarecidamente que não vá.

A menina já estava ao pé do secretário com o cofre, quando Maria Isabel, proferidas as últimas palavras, pegou de enfiar e tremer a ponto que Ângela lhe disse assustada:

– Que tem, minha mãezinha, que está tão amarela?

E, ao mesmo tempo, o subtil alcaiete, examinando os embrechados da caixa japonesa, resmuneava:

– Que formoso lavor! Que linda coisa!.. É alfaia do tempo do sr. rei D. Manuel. Cá tem a esfera armilar! Belíssima jóia!..

E, lançando de soslaio a vista a D. Maria, murmurou como se conversasse com as figuras chinesas embutidas no cofre:

– Não cuidei que lhe dava novidade; nem que a novidade, se o fosse, a inquietasse tanto! Seria triste se eu a magoava, pensando que lhe trazia o maior contentamento que pode dar-se à primeira fidalga da corte portuguesa.

Ângela ouvia e não percebia as palavras, quando a mãe, abraçando-se nela com estremecido afogo, ressudava nas pálpebras cerradas uma, ou talvez duas lágrimas que deviam ser – oh materialidade! – a cristalina seiva das fibras do pudor, as quais viriam a depauperar-se em resultado daquele perdimento de vida.

– Aqui tem, minha açafatazinha – ajuntou o secretário de estado, entregando o cofre a Ângela – Esta caixa cheia de pérolas e diamantes não valeria tanto como as duas lágrimas que sua mãezinha tem nos olhos. E eu bem sei o coração em que elas vão cair e doer..

Maria Isabel permanecia com a face apoiada na mão, o cotovelo no braço da cadeira, os olhos velados pelas sedeúdas pestanas, e com uma lágrima que, derivando, se quedara trémula no canto dos lábios.

António Cavide ergueu-se e caminhou para onde tinha o chapéu emplumado. Pegou dele, e sacudindo-o, à maneira de leque, entre as mãos, veio ao pé de Maria Isabel, que se havia levantado.

– Recebo as determinações da senhora D. Maria Isabel, minha senhora. Mandarei ou virei em demanda da carta, quando se dignar ordenar-mo.

– A carta?.. – perguntou ela – Pois não me aconselhou que não escrevesse?

– Não ousei tanto, minha senhora; aconselhei-a tão somente a que me permitisse consultar el-rei meu amo; porém, depois do segredo que confiei à sua honra, quanto aos sentimentos de sua majestade, e depois de assistir à mágoa que tais sentimentos lhe ocasionaram, receio que V. S.^a não queira que o seu destino dependa da vontade d’ el-rei...

– El-rei decerto não quer a minha desgraça... – balbuciu ela.

– Quisera ele, senhora, dar-lhe neste mundo venturas que os anjos do céu lhe envejassem...

Maria Isabel declinou os olhos ao rosto da filha, que parecia querer com a fixidez do olhar suprir a míngua do intendimento.

E, neste lance, as lágrimas abrolharam-lhe a torrentes, porque, ao lado da cabeça de Ângela, figurou-se-lhe ver o rosto do marido, perdido por ela, e, àquela hora, talvez, traspasado de saudades de sua filha.

Ai! Aquela mãe e esposa pressentiu que havia de escorregar à voragem das desonradas, embora resvalasse por ladeira de ouro, e lhe pusessem à flor do seu pego de lama uma coroa de rei!

Na correnteza dos referidos casos passados em Lisboa, Domingos Leite Pereira, desmentindo os informadores de D. João IV, vivia pouco menos de obscuro, nos arrabaldes de Madrid, gastando res- tritamente o que seu pai lhe enviava com grande resguardo e dificul- dade.

Ideara ele que sua mulher, quer por compaixão, quer a rogos de Ângela, lhe escrevesse, dizendo-lhe, ao menos, que a filha chorava. Esta dor filial quisera ele que lhe fosse desafogo às suas.

Mentira o rei quando afirmara que Domingos Leite se pavoneava de desmacular sua honra de marido, matando direta ou indireta- mente o padre. Nunca ele articulou o nome da mulher, nem consen- tira de boa feição que lhe aludissem aos motivos da fuga. A Roque da Cunha rogava que não deslustrasse o nome de sua inocente filha, divulgando as afrontosas desventuras da mãe.

Mostrava-se muito comiserada da tristeza e soledade de Domin- gos Leite, D. Vicência Correia. Convidava-o miúdas vezes a passar com ela, e acintemente reunia em sua casa os filhos da marquesa de Montalvão, o conde de Figueiró, Diogo Soares, o senhor de Regala- dos, e outros dos muitíssimos portugueses que juraram fidelidade a Filipe IV. A fidalguia rodeava-o de atenções, sem o desengolfarem da sua tristeza, nem, sequer, o moverem à cortês condescendência de negar a legitimidade de D. João IV. Roque reprovava-lhe a ingratidão, a falta de tino político, e o perigo em que ele se expunha de não ter

amigos em Portugal nem em Castela. Respondia então o desterrado que os recursos de seu pai tanto lhe davam um pão negro em Madrid como em qualquer outra parte do mundo; e que tanto lhe fazia estar ali como em outro ponto da terra, pois, fora de Portugal, toda a terra lhe era exílio.

E acrescentava:

– Olha, Roque... Fui menos infeliz do que esperava, porque te vejo contente em Madrid.

– Contentíssimo – confirmou o enteado do desembargador – Tenho cem escudos da junta dos portugueses, cinquenta de meu padraço, o nobilíssimo Guedelha; serei brevemente nomeado criado do paço; e, quando Portugal voltar ao que era em 31 de novembro de 1640, uma das boas comendas do teu marquês de Gouveia, ou doutro quejando rebelde, será minha!

– Bem falado! – disse, sorrindo, Domingos Leite – Eu, no teu lugar, ia requerendo uma boa comenda em Espanha, na incerteza do reviramento que desejas em Portugal. Bem sabes quantas investidas tentam há sete anos os espanhóis contra a nossa milagrosa independência. Pergunta-o aos melhores cabos de guerra: ao duque de Faria, ao marquês de Castroforte, ao conde de Monterey, ao marquês de Mollingen, ao marquês de Torrecusa...

– *Et caetera...* – atalhou Roque da Cunha – Espera-lhe pela volta. O duque está sem dinheiro e sem gente. Se não fosse o judeu Jerónimo Dias, não haveria fôlego dinheiroso que lhe desse vinte cruza-dos pelas letras de câmbio.

Esta réplica era tristemente verdadeira. Quando D. João IV necessitou comprar em Amsterdão petrechos de guerra, ninguém lhe quis honrar a firma; por maneira que as letras foram apregoadas na praça, para serem protestadas. Nesta conjuntura, o hebreu expulso, Jerónimo Dias da Costa, resgatou do opróbrio o nome do rei e talvez a honra da pátria, pagando as letras e abrindo os seus tesouros à causa da independência da nação, que lhe queimava os parentes. E tão grandemente qualificou D. João IV este serviço, que despachou Jerónimo Dias com a patente de seu ajudante, honra que o sucessor

na coroa confirmou em Alexandre e Álvaro Nunes da Costa, filhos do hebreu; mas, no seguinte reinado, D. João V não consentiu que o emprego se desse ao neto por ser judeu, «como se seu pai e avós fossem cristãos», diz com irónica elegância D. Luís da Cunha.*

Domingos Leite não redarguia triunfantemente aos argumentos de Roque, senão recorrendo-se dos factos mais eloquentes que as hipóteses.

Todavia, o ânimo abatido e desvigorizado para contendas políticas esquivava-se a disputações.

Em horas de desalento, a só no seu retiro, escrevia cartas ao marquês de Gouveia, todas alheias da guerra travada entre as duas nações no mais alto ponto de encarniçamento. Eram lágrimas de pai, por onde se transluzia a esperança de apiedar com elas D. João IV. Tais cartas ou não chegaram ao conhecimento do mordomo-mor, ou o estadista meticoloso as inutilizou, por intender quanto seria malogrado o intento com el-rei. O marquês espiava os passos surdos de António Cavide, e usava traças de lhe explorar o recesso da alma, durante o postre de um jantar bem lardeado de taças. Se o fidalgo farejara um segredo, cuja revelação iria angustiar o desterrado, nobre e caritativo era o silêncio; e boa prova de amizade seria tê-lo afastado do reino por modo que ignorasse sua desonra, e o derradeiro golpe lhe não fosse vibrado por mão de um amigo.

Em frustradas esperanças de perdão ou sequer de resposta às suas cartas, passaram três acerbos meses na vida erma e desconfortada do pai de Ângela.

Em começo do mês de abril de 1647, apareceu em Madrid um português, foragido ao santo officio; e, sabendo acaso que Domingos Leite Pereira estava ali homiziado e pobre, bem que de leve se conhecessem, procurou-o para lhe oferecer quinhão da sua abundância.

Francisco Mendes Nobre, que assim se chamava o cristão-novo, – e então orçava por vinte e cinco anos – conhecia de vista Maria Isabel;

* Carta ao Príncipe D. José.

e, como residisse perto do Salvador, muitas vezes vira a menina com sua mãe.

Consolação imensa para o saudoso pai ir ali um enviado da Providência falar-lhe de sua filha, da sua beleza, dos anéis dos seus cabelos, da cor dos seus mantos, da graça do seu andar, e até da palidez das facezinhas, onde parece que as lágrimas haviam arado o frescor da puerícia!

Domingos Leite chorou nos braços deste quase desconhecido que de sobressalto lhe senhoreara o coração.

E Francisco Mendes, cativo da expansão de Domingos Leite, animou-o a ir secretamente a Portugal buscar a filha, facilitando-lhe recursos abundantes para a empresa, e dinheiro em Madrid para subsistência de ambos, a não querer Domingos Leite acompanhá-lo para Holanda. Além disso, deu-lhe duas chaves de dois prédios em Lisboa, dizendo-lhe:

– Tem vossemecê esta chave que é da minha casa na Rua dos Vinagreiros, e estoutra da casa em que eu morava na Rua das Orlarias. * Sirva-se da casa que melhor lhe quadre, ou de ambas, para as suas sortidas noturnas. Se vir que os quadrilheiros o suspeitam em uma, vá esconder-se na outra: isto é no caso de que o santo officio as não haja sequestrado; mas presumo que não, porque eu, apenas soube que um meu parente remoto foi preso, escapuli-me com o melhor e mais portátil dos meus haveres, comprando muito cara a passagem nas fronteiras ao conde de S. Lourenço, que é um honrado cristão velho, desde que o hebreu Lafeta conquistou foros de cristão mais velho que o próprio Cristo. [NOTA 16]

O israelita, cuidando que preparava dias alegres e resignados ao seu amigo, despenhava-o da esperança na última paragem da perdição.

* Em Nota que há de ser posta como confirmação destas miudezas verá o leitor que não tem razão para se maravilhar da omissão dos historiadores, salvo se lhe não é desconhecido um opúsculo de fr. Francisco Brandão, cronista-mor do reino, opúsculo publicado anonimamente em 1647, com este título: *Relação do Assassinio Intentado por Castela contra a Majestade de El-Rei D. João IV, Nosso Senhor, e Impedido Miraculosamente.*

Participou Domingos Leite a Roque da Cunha o seu desígnio.

– O diabo arma-as! – contraveio Roque – Não vás, doudo! Tu não sabes onde te vais meter... Olha que em Lisboa já se sabe que és cavaleiro de Cristo em Espanha, e que os ministros de Filipe IV são teus amigos.

– Mal os conheço...

– Por que foges deles, ingrato! E foges deles porque a tua perdição te chama a Portugal.

– O que Deus quiser. Não me despersuades. Vou buscar minha filha. Se me prenderem, se me matarem, é-me indiferente acabar de um golpe ou agonizar nesta arrastada tortura da saudade. Um favor te peço.

– Que vá contigo? Nego-me. Matei um homem, porque a tua honra mo exigiu; deixar-me agora matar, porque és um fraco, um piegas, que não pode viver sem a filha, isso é que não assino.

– Espera, homem, que eu ainda te não disse o que pretendia – replicou bem-humorado Domingos Leite.

– Dize lá, então.

– Quero que obtenhas uma ordem para que o marquês de Molinuen, governador das armas em Badajoz, me dê passo franco para Portugal.

– Isso te arranjo eu. E dinheiro, queres?

– Não. Achei aqui um português que me socorreu, um cristão-novo.

– E desprezas os socorros dos cristãos-velhos! Ora queira Deus que o tal judeu te não leve ao calvário como fizeram ao seu rei. Como se chama ele?

– Desculpa-me: pediu-me segredo da sua passagem por Castela.

– E tu, Domingos Leite Pereira, tens segredos para Roque da Cunha?

– E para meu pai que me pedisse o nome de um homem que confia tanto nos domínios de Lisboa como nos de Madrid. Os segredos da minha desonra, revelei-tos; os da consciência alheia não devo, nem posso.

– Nem eu quero sabê-los. Foi mera curiosidade que me levou a perguntar-te o nome do teu banqueiro hebreu. Leva-te grande onzena?

– Não. O juro das esmolos recebe-se no céu.

– A pagá-los lá, todas as burras judaicas da Holanda vazaria eu a juro de 200 por cento ao mês! – voltou cascalhando Roque, e acrescentou: – Quando partes?

– Logo que me obtenhas a ordem para o general.

– Vou tratar disso. Entretanto, pensa, Domingos Leite! Que plano levas?

– Por enquanto, nenhum.

– Raptas a pequena, e foges?

– Não: se puder, convencerei Maria Isabel a deixar-ma.

– Se o conseguires, serás feliz; mas duvido que a mãe te dê a pequena. Se tua mulher quiser acompanhar-te, vem?

– Não.

– Bom será isso; que, se a trazes, depois que a devassa esclareceu a morte do padre, tão infamada está ela em Portugal como em Espanha.

– Sei o que devo à minha dignidade, Roque. O rubor das minhas faces não há de aquecer a dos meus amigos.

– É o que todos desejamos. Vou em teu serviço. O mais tardar amanhã, terás a ordem do ministro valido D. Luis de Haro.

Na noite de 10 de abril de 1647, por volta das onze horas, chegou Domingos Leite aos arrabaldes de Lisboa, os quais, do lado da Senhora da Graça, eram povoados de quintas, cujas casas, debruçadas pelos outeiros da serra de Almofala, o luar froixo daquela noite amarelecia tristemente.

Aí descavalgou Domingos Leite, despediu o arrieiro que o conduzira desde Moira, e esperou o repontar da manhã, hora em que as trinta e oito portas de Lisboa se franqueavam.

Com a gualteira do ferragoulo encapuzada, entrou de involta nas récovas das vitualhas, e desceu, estugando o passo, pela íngreme calçada da senhora da Graça, meteu por becos ainda desertos, e parou na Rua dos Vinagreiros. Abriu a porta, depois de examinar a numeração da casa, e fechou-se por dentro, com a certeza de que ninguém o vira. Subiu tateando no escuro das escadas até ao quinto andar, que sobranceava os telhados vizinhos; abriu as janelas, respirou com ofegante prazer o ar do Tejo, que, àquela hora matinal, enquanto as adufas não resfolegavam a peste interior das casas, era saudavelmente respirável. Entre as setenta e duas torres de igrejas procurou a de S. Tomé, porque dali perto estava a Portaria do Salvador, e nesse sítio lampejava aos primeiros raios do sol um zimbório que era o da casa onde àquela hora devia estar dormindo a sua Ângela. A manhã era d' abril, o céu azul, o Tejo formoso; naquele ar da pátria ressoavam-lhe os cantares que só percebem almas volvidas do desterro. Estes

júbilos eram-lhe revezados de tristezas amaríssimas, ao lembrar-se que a tão donairoza e poética Lisboa lhe seria apenas uma paragem de horas com perigo da sua liberdade; porém, o anelante desejo de ver a filha, o evadir-se com ela, e a solidão do proscrito dulcificada pela convivência da criança, davam-lhe alento e alternativas de exultação.

Previra Domingos Leite que na casa de Francisco Mendes Nobre, com toda a certeza, não moravam fadas lareiras que lhe cozinhassem o jantar. Esta racional hipótese, não vulgar nos personagens das novelas, preveniu-o fora de portas, induzindo-o a comprar dois pães saloios, com que substituiu frugal e alegremente os dois repastos do dia. E, como as suas horas eram muitas e vagarosas, examinou os repartimentos da casa do seu recente amigo e benfeitor, maravilhando-se da beleza dos adornos, do aroma feminino que recendia das alfaias, e disposição graciosa dos objetos, posto que se estivesse em tudo revelando um abandono súbito e desordenado. Depreendera Domingos Leite que daquele recinto fugira ao mesmo tempo a tímida amante do cristão-novo, e essa devia ser a formosa mulher que ele, um momento, vira em Madrid, quando se despedira de Francisco Mendes.

Assim que escureceu, e antes que o luar apontasse, Domingos Leite saiu. As noites da Lisboa daquele tempo eram apenas alumadas pelas lâmpadas dos oratórios vazados entre as adufas. Os quadrilheiros rondavam em magotes, receosos dos turbulentos fidalgos, cujas delícias eram investir com eles e sová-los, se os pilhavam repartidos. Fácil, portanto, foi a Domingos Leite entrever de longe os vultos suspeitos, e furtar-se a seguro, por becos conhecidos, até se avizinhar da Portaria do Salvador.

Quando ali chegou, todas as janelas e portas de sua casa estavam fechadas. Nos três andares, e ao través das trinta janelas, não transluzia claridade de luz; mas, por entre os resquícios de um frestão, ao rés da rua, no quarto dos criados, viu Domingos Leite que havia luz, e a espaços ouviu o ruído de passos.

Temendo que os criados já fossem outros, hesitou em dar sinal; mas, porque a noite se adiantasse, e o medo de ser conhecido pelos transeuntes o obrigasse a fugir por vezes da vizinhança da casa,

resolveu bater no postigo e proferir o nome do escudeiro, que o servia desde que ele entrara no paço da duquesa de Mântua, na qualidade de moço da capela.

– Bernardo! – murmurou Domingos Leite tocando subtilmente no postigo.

– Quem está aí? – acudiu alvorotado o velho escudeiro, afigurando-se-lhe a voz do amo.

– Eu; não me conheces? Abre depressa: mas não faças rumor – disse ele colando os lábios ao frestão.

O criado abriu o postigo, reconheceu o amo e exclamou:

– Nossa Senhora da Graça! É vossa mercê, sr. Domingos Leite?!

– Sou... abre-me a porta; mas que não se ouça lá em cima.

– Aqui estou eu sozinho e mais ninguém – murmurou Bernardo.

– O quê? E minha filha? E... tua ama? – exclamou Domingos Leite conturbado.

– Eu vou abrir, eu vou abrir.

Recolhido ao quarto do escudeiro, que o abraçava pelos joelhos, perguntou:

– Onde está minha mulher?

– Há de haver quinze dias que saiu de casa.

– Para onde?

– Não sei dizer a vossa mercê.

– Como não sabes?! Iria para Espanha?

– Não, senhor. Está em Lisboa; mas não sei onde está. Tudo que havia em casa, ficou como estava. A senhora levou tão somente dois baús com vestidos seus e da menina. Despediu os criados que éramos três; e fiquei eu só para ter conta na casa; levou uma criada, e a preta que criou a menina, e despediu as outras. Deixou-me dinheiro para um mês, e disse-me que, no mês que vem, cá mandaria entregar-me igual mesada à que me deixou. Eu desconfiei que a minha ama e a menina¹⁶ teriam ido recolher-se em algum convento; mas quero cuidar que, se fosse isso, a senhora mo diria para que eu pudesse saber dela e da minha ama pequena, que tantas vezes chorou aqui neste quarto por vossa mercê...

– Viste-a sair de casa? – atalhou Domingos Leite.

– Não, meu senhor. Saíram tão de madrugada que eu apenas dei tento da saída ouvindo o tropel dos machos da liteira.

– Da liteira da casa?

– Não, senhor. Logo que vossa mercê saiu de Lisboa, dali a dias, minha ama mandou-me vender os machos, o cavalo, a liteira, a cadeirinha, e tudo mais.

– Quem vinha a esta casa depois que eu me retirei? – perguntou mais tranquilo Domingos Leite, abraçando, contra a opinião do criado, a hipótese do convento.

– Apenas aqui entrou três vezes...

– Quem?

– O sr. António de Cavide...

– Oh! – exclamou o marido de Maria Isabel, arregaçando as pálpebras, como se os olhos túmidos de terror ou ira não coubessem nas órbitas – Que dizes tu? António Cavide? O secretário d' el-rei? Conhece-lo bem?

– Se conheço, senhor!... E mais eu nunca o vi aqui entrar senão ao fim da tarde, entre lusco-fusco...

– Dize-me o que sabes... – clamou desabridamente Domingos Leite, batendo no ombro ao amedrontado escudeiro.

– Não sei mais nada, meu amo... Ah!... Outra coisa... Depois que o Cavide aqui veio, as criadas disseram-me que a menina era açafata do paço...

– O quê? Açafata!?

– Sim, meu senhor, e por sinal todos começámos a tratar a menina por *senhoria* e *dom*, porque a mãe assim o ordenara às criadas...

– Que mais, Bernardo, que mais? – soluçava em violento arquejar Domingos Leite, com os pulsos fincados nas fontes e os olhos espavoridos na cara atribulada do criado.

– Nada mais sei.

Quedou-se alguns minutos em silencioso anseio; e de súbito disse ao criado:

- Que ninguém saiba que estou em Lisboa...
- Ó meu amo! – voltou Bernardo – permita Deus que a morte me colha, se alguém o souber de mim...
- Fecha as portas, que eu vou sair; mas não durmas, que eu talvez tenha de voltar aqui esta noite. Vai ao meu quarto, e...
- Não tenho as chaves do quarto de vossa mercê.
- Arromba a porta e traz de lá os meus pistoletes para aqui; se eu voltar esta noite, dar-mos-ás pelo postigo, logo que eu te der sinal, e te chamar.
- Onde vai o meu amo!... pelas chagas de Cristo, pense no que vai fazer... – rogou o velho de mãos erguidas.

Domingos Leite encarou-o de ruim aspeto, e interrogou:

- Que cuidas tu que eu vou fazer?! Então sabes onde está essa mulher? Dize, Bernardo! Ordeno-te que mo digas!...
- O Senhor dos Paços da Graça me tolha esta língua se eu sei onde está minha ama.

Domingos Leite saiu em direção ao Bairro da Marinha, que assim chamavam à parte da cidade vizinha do Tejo. Aí, contíguo ao convento dos ibérmios ou dominicanos irlandeses, era o palácio do marquês de Gouveia, somente habitado durante o inverno.

Soavam onze horas no relógio do paço da Ribeira, quando Domingos Leite aldravava no portão do mordomo-mor, com o desassombro do seu tempo de secretário. Falou o porteiro pelo postigo, e disse que o senhor marquês estava na cama. Instou Domingos Leite por lhe falar, dando-se a conhecer ao pálido porteiro, que levou a notícia ao fidalgo.

Ergueu-se o marquês sobressaltado, e foi receber Domingos Leite, ordenando ao porteiro que escondesse dos mais criados a vinda daquele infeliz a Lisboa.

- Vossemecê aqui?! – exclamou o mordomo-mor.
- É verdade – respondeu Domingos Leite com semblante em aparência sossegado – venho perguntar a V. Ex.^a se me sabe dizer onde está Maria Isabel.

O marquês olhou-o compassivamente, deteve-se silencioso, apoiou a fronte entre os dedos entrelaçados, deu um gemido de sincera mágoa, e murmurou:

– Fuja, desgraçado; saia de Lisboa... A que veio aqui?

– Buscar minha filha. Não disse eu tantas vezes em minhas cartas a V. Ex.^a que morria de saudades dela? Venho buscá-la; mas, não a achando nem a mãe na casa onde ficaram, pergunto a V. Ex.^a onde estão.

Após longo silêncio do interrogado e rápida mutação no aspeto de Domingos Leite, o marquês, dados alguns passeios na sala, perguntou:

– Contenta-se com levar sua filha, sr. Leite?

– É minha filha unicamente que eu quero levar.

– Vou esforçar-me pelo conseguimento desse desejo.

– Beijo as mãos de V. Ex.^a; mas devo ignorar onde ela está?

– Poderia sabê-lo, se tivesse pela mãe todo o desprezo que ela merece.

– Prostituiu-se? Bem vê V. Ex.^a que eu lhe faço esta pergunta com a maior serenidade. Não vê?

– Desconfio que não.

– Creia, senhor marquês; se eu tirar a minha filha do abismo em que está Maria Isabel, visto-me de gala... Mas como foi este rápido despenho da malfadada, por quem eu me perdi?

– Jure-me que há de ser homem de bem!

– Juro a V. Ex.^a que hei de ser homem de bem até o provar no patíbulo, onde os malfeitores ouvem o pregão da sua infâmia.

– Que está aí a imaginar patíbulos! Os homens de bem não vão aos patíbulos.

– Isto foi um modo figurado de falar. Deus há de permitir que eu não expie na força as devassidões da barregã de... De quem? Ainda V. Ex.^a me não disse de quem...

– De D. João IV – respondeu serenamente o fidalgo.

– Veja, senhor marquês, que esse augusto nome não me colheu de assalto. Eu tinha-o suspeitado, logo que um meu criado me disse que António de Cavide frequentava a casa da mulher perdida.

Nos beijos de Domingos Leite crispava o que quer que fosse análogo a um sorriso, como se as dores lancinantes da nevralgia facial lhe vibrassem os músculos labiais. O marquês contemplava-o. E ele, sem poder exprimir-se, exercitava com as mãos e cabeça uns gestos significativos de turvação.

– Sr. Leite... – disse o mordomo-mor, tocando-lhe afavelmente na mão esquerda com que ele comprimia o coração.

– Senhor marquês... – respondeu muito abatido Domingos Leite.

– Força e alma!

– Sinto que tenho ambas as cousas... e demais! Antes Deus me fizesse mais fraco...

Passados momentos, prosseguiu:

– Parece incrível, mas é atrozmente verdade, que eu peço e desejo que V. Ex.^a me conte como ela se perdeu... Não foi por necessidade, que eu tudo que ela tinha lhe deixei. Não foi por paixão, porque o rei não tem as graças fulminantes que prostrem num estrado ou num leito real a mulher de alguma honestidade. Então que foi? Um longo trabalho de sedução? Uma cadeia de perfídias que deram de si a posse pela violência imprevista? Não pode ser. Há três meses que eu saí do reino, e há quinze dias que a rameira se mudou para o real bordel... Como foi isto então, senhor marquês? Faça de conta que refere a história a um estranho, que afinal se há de rir do marido, e achar que o rei não tinha obrigação de ser mais honrado que o padre Luís da Silveira...

Domingos Leite, neste ponto do seu lento e sinistro discorrer, desfechou uma risada estrídula que fez frio na espinha dorsal do fidalgo; e logo abruptamente continuou com a máxima gravidade:

– Mas quem diz aos reis que eles são mais invulneráveis que os padres?

– Fale baixo – acudiu o marquês chegando-lhe a mão tremente até aos beijos – sr. Leite, olhe que há muita gente nesta casa... Peço-lhe que me não exponha, e peço-lhe que se não precipite irremediavelmente...

– Eu falarei baixinho, senhor marquês – replicou Domingos Leite, quase em segredo – Perdoe-me V. Ex.^a estas explosões; são relâmpa-

gos sem raio. Eu não faço mal a ninguém. Sou um proscrito... um proscrito da laia de João Lourenço da Cunha, que lá em Castela usava pontas de ouro... Ora eu, que sou pobre, hei de usá-las... da sua natural matéria...

E riu rispidamente, esfregando com frenesi as mãos nos joelhos, com umas figurações de louco.

– Valha-me o céu! – tornou o marquês de Gouveia – Cuidei que o infortúnio de muitos, em casos desta natureza, lhe daria o exemplo do que é a verdadeira dignidade de um marido...

– Qual é? O despejo?

– Não: é o desprezo.

– E por ventura que sinto eu senão o desprezo por ela? Mas a mim é que eu não posso desprezar-me também, senhor mordomo-mor! De uns homens, como o conde D. Gregório Castelo Branco, sei eu que não só não desprezam mas até acatam suas mulheres, se D. João IV houve por bem difamar-lhas. Não sei se esta tolerância é cortesia aprendida na frequência da corte. Eu... bem sabe V. Ex.^a que sou da arraia miúda, e creio ainda que me seria mais airoso ter uma esposa honesta que ter-ma no seu leito el-rei nosso senhor... – E ria-se!

– Meu amigo – redarguiu tanto ou quanto impacientado o mordomo-mor – desculpo-lhe o desabafo das ironias, e até lhe desculparia as mais aceradas injúrias a quem quer que fosse: mas não é assim que o seu destino há de melhorar, sr. Leite. Respeitemos a fatalidade e remediemos o que puder ser.

– Diga V. Ex.^a, meu nobre amigo.

– Sua mulher, querendo ir para Castela unir-se a seu marido com sua filha...

– Ela!... Ela unir-se a mim?

– Ou sujeitar-se ao desprezo, com tanto que pudesse aliviar-lhe a desgraça levando-lhe a menina, sua mulher, repito, quis vender os bens; mas a justiça impediu-lho. Consultou-me sobre solicitar d' el-rei a licença; eu desaprovei-lhe semelhante recurso; ela menosprezou o meu conselho, e falou ao rei. Mal sei o que passou entre ambos. O que

fácil me foi saber de pessoa competente foi que el-rei, por intermeio de António Cavide, é hoje o que o sr. Leite sabe. Agora que de fugida lhe disse o que me afligiu grandemente referir-lhe, vamos ao ponto, vamos satisfazer o motivo que o trouxe a Portugal. Quer sua filha?

– Sim, sr. marquês.

– E, obtida ela, retira-se sem estrondo, sem escândalo?

– Imediatamente.

– Pois então vá o sr. Domingos Leite para casa, e amanhã dê-me ponto onde eu o encontre às dez da noute. Não venha aqui. Onde se alojou?

– Na casa desabitada de um amigo.

– Aonde?

– Na Rua dos Vinagreiros. Seria difícil a V. Ex.^a achar de noute o número da porta.

– Espere... às 9 em ponto o meu coche há de estar nas teracenas. Vossemecê vai aforrado, entra, e lá me encontra. Então lhe darei notícia das minhas diligências de amanhã. Entretanto, se eu antes dessa hora tiver precisão de lhe dar aviso, como há de ser?

– Em casa de Maria Isabel está um criado a quem V. Ex.^a pode mandar qualquer aviso, que ele irá comunicar-mo.

– Tranquilize-se, sr. Leite, seja homem; sem isso não pode lograr a satisfação de ser pai extremo.

Domingos Leite curvou-se até beijar a mão do marquês, e saiu.

Esperava-o Bernardo com o ouvido colado ao postigo. Domingos Leite entrou no quarto do criado, sem sensível mudança no rosto. Palavra, que denunciasse as revelações do marquês, não proferiu alguma. Bernardo perguntou-lhe a medo se descobrira a paragem da senhora. Respondeu que não: disse verdade.

Conversaram acerca de Ângela. O pai perguntava coisas tão insignificantes que parecia futilíssimo, se não fosse desgraçado em extremo. O criado insistiu outra vez em lhe recontar o caso de ser a menina açafata. Transtornaram-se as feições do amo. Ouviu-lhe o escudeiro um ringir de dentes aspérrimo, e um como rugido estrangulado nos gorgomilos. Às duas horas da noite, Domingos Leite pediu ao criado alguns sobejos da sua ceia. Sentia-se esvaecer de fraqueza. Comeu e disse:

– Aqui tens meio cruzado pela ceia e pelo repouso de duas horas.

– Ó meu amo! – exclamou Bernardo – Vossa mercê fala sério ao seu velho criado?!

– A ceia deu-te a soldada de tua ama e a casa em que me abrigas dela é. Tu vendes-me parte do que é teu.

– Não o intendo, senhor.

– Deixa-me encostar a cabeça, que há quatro noites que não durmo e hei medo de insandecer. Antes de romper a manhã, acorda-me.

Pouco depois, Domingos Leite, sopitado em letargia de febre, sonhava alto, pronunciando vozes que gelavam de pavor o criado. Eram apóstrofes em que o nome suavíssimo da filha se envolvia com expressões indecentes e epítetos que entram sem reбуço nos alcouces. De mistura, estalavam ameaças de sangue, e a palavra *rei* soava bem distinta por entre as objurgatórias que a precipitação tornava ininteligíveis.

O escudeiro, mais supersticioso em sonhos que esperto em tirar inferências da vida real, compôs com as frases soltas que ouviu a desgraçada situação de seu amo. Chorou então copiosamente ajoelhado à beira do catre.

À hora em que devia chamá-lo, o amo adormecera serenamente e a febre remitira. Bernardo pediu conselho ao seu retábulo do Senhor dos Passos, sobre deixá-lo descansar ou despertá-lo daquele tão curto dormir. Figurou-se-lhe que a vontade divina lhe inspirava que deixasse o infeliz restaurar forças para sucumbir depois de muitas e acerbadas batalhas.

Era já nado o sol havia muito, quando Domingos Leite despertou. Bernardo, entre receios e lágrimas, disse-lhe que o não chamara, porque à hora aprazada adormecera seu amo, depois de arder em febre agitada.

– Mas porque choras tu? – perguntou Domingos Leite.

– Porque choro, senhor!... Ai! Quem o viu, quem o viu, meu querido senhor!

E abraçou-se nele, abafando-lhe os gritos no seio.

O infeliz deixava-se abraçar, e murmurava:

– É verdade, Bernardo!.. Quem me viu!.. O que era eu há sete anos! Tão festejado, tão alegre, tão rico, tão esperançado... E agora!... Sabes tu lá quanto eu sou digno de compaixão!...

Não tinha o céu benefício maior a dar-lhe que o daquela torrente de lágrimas...

– Como hei de eu sair daqui a tal hora? – disse ele ao criado.

– Se não tivesse grande precisão de sair, que mal estaria aqui vossa mercê? – e prosseguiu com risonho modo – Se ficar, paga-me o alimento e a dormida...

– Ficarei – conveio Domingos Leite – Olha, Bernardo, se eu pudesse ver a cama de minha filha... O berço, aquele berço em que ela às vezes dormia no meu quarto...

– Lá está ainda debaixo do leito de vossa mercê. Nunca mais entrou alguém na sua alcova. A menina muitas vezes pediu à mãe que a deixasse lá entrar; mas a senhora – isto vi eu! – indo uma vez a entrar, para fazer a vontade à filhinha, assim que deu com os olhos nas coisas como vossa mercê as deixou, rompeu em tal choro que saiu dali quase nos meus braços.

Domingos Leite interrompeu-o asperamente.

– Cala-te, homem... O nome dessa mulher nunca mais o pronuncies na minha presença, se me estimas!

Pareceram rápidas as horas daquele dia a Domingos Leite.

Encerrou-se no seu quarto, lendo e rasgando papéis tirados dos seus contadores, memórias da sua mocidade, extratos das suas leituras, escritos políticos com que seu talento ganhara a estima do marquês de Gouveia, bilhetes de João Pinto Ribeiro e do desembargador João Sanches de Baena, de incumbência ou de agradecimento de serviços prestados arriscadamente ao duque de Bragança.

A espaços, o escudeiro encontrava-o com a face debruçada sobre os braços, amparando-se no bufete. Quedava-se o velho sofrendo a respiração para o ouvir dormir; e às vezes confundia os soluços com o alto respirar dum sono irrequieto. Outras vezes achava-o curvado sobre o espaldar do berço, com os olhos marejados a embevecerem-se na almofada, enquanto o leitozinho se balouçava movido pela mão.

Neste lance temia o velho que seu amo enlouquecesse, parecendo-lhe muito mulherengo aquele ato de estar um homem acalentando um berço vazio.

Aí pelo meio da tarde, o guarda-portão do marquês de Gouveia procurou o escudeiro de Domingos Leite, e, com muito resguardo, o encarregou de levar um papel lacrado a seu amo.

Bernardo fora prevenido desta mensagem. Aceitou a carta, sem dizer ao portador que seu amo estava ali.

O conteúdo era a prorrogação do encontro para a noite do seguinte dia, visto que nada podia resolver sem mais algumas horas de atividade.

O mordomo-mor não tinha descansado. Vamos no encalço deste leal amigo de Domingos Leite Pereira.

A hora desacostumada na manhã daquele dia fora em seu coche acordar o secretário de estado António de Cavide. Relatou-lhe, tão ingénuo quanto imprudente, a vinda clandestina do marido de Maria Isabel, de propósito para levar a filha consigo a Madrid, e continuou:

– Tem V. S.^a* ocasião de fazer grande serviço a el-rei, à sua amante, à filha de Domingos Leite, a este desgraçado homem e a mim. Tantos favores a tantas pessoas em pouco esforço estão. Con-siga V. S.^a que Maria Isabel me entregue a menina que eu lhe prometo sair Domingos Leite de Portugal na mesma hora em que eu lha res-tituir. Por este modo, evitamos que o marido exasperado publique o destino da mulher; evitamos dissabores a el-rei; evitamos grandes pesares e talvez remorsos a essa mulher, e finalmente resgatamos a menina de uma situação pouco exemplar.

– Diz V. Ex.^a otimamente – obtemperou António Cavide – Vou ves-tir-me, e saio em direitura para Alcântara a procurar Maria Isabel. Não sei se poderei vê-la, porque el-rei está hoje a caçar na tapada do palácio, e a sua *Diana* deu agora em querer segurar a trela dos falcões – ajuntou o velhaco sorrindo – No entanto, aguardarei o ensejo de me ver a só com ela. V. Ex.^a conhece o génio de el-rei. Se eu lhe digo que o teme-rário Domingos Leite, afrontando a justiça, ousou meter-se em Lis-boia, temos na rua os corregedores todos com a sua matilha de esbirros na peugada do pobre homem, que será aperreado depois do que nós sabemos... Aqui arregaçou o secretário outro riso infame e prosseguiu:

– O melhor será que ela diga a el-rei que de seu moto próprio envia a pequena ao pai. El-rei não lho impede, porque a presença

* Os secretários de estado tiveram *excelência* de júri desde a lei de 29 de janeiro de 1739. Os mordomos-mores já recebiam *excelência* no tempo de D. João IV. Em 1648 o padre António Vieira tratava de *vossa-mercê*, em cartas, o secretário de estado Pedro Vieira da Mota.

da criança o estorva; e as coisas feitas assim ficam excelentemente feitas.

– Muito bem – concordou contentíssimo o mordomo-mor – A que horas calcula V. S.^a poder responder-me?

– Às duas da tarde devo estar de volta de Alcântara. O Domingos Leite está hóspede de V. Ex.^a?

– Não, senhor – respondeu ingenuamente o marquês – Disse-me que se recolhera à Rua dos Vinagreiros, e eu fiquei de me encontrar com ele à noite, ou avisá-lo hoje de qualquer nova.

– Pois eu vou satisfazer a V. Ex.^a; entretanto, esse infeliz que tenha cuidado sobre si, porque de Madrid têm vindo confidências a el-rei muito agravantes para Domingos Leite e para o tal Roque da Cunha, que assassinou o padre Silveira. Eu ouvi dizer a Gaspar de Faria Severim que, precisando de um fino espião em Madrid, o patife mais ajustado ao intento era o tal Roque da Cunha; e sua majestade, que conhece os mais egrégios malandrins de Portugal e conquistas, aprova o alvitre. Domingos Leite que se precate... Isto revelo eu muito à pureza de V. Ex.^a por saber quanto esse desafortunado homem lhe é agradável, e os bons serviços que ele fez na restauração, escrevendo e falando nas juntas do padre Nicolau da Maia.

Retirou-se o marquês muito agradecido e esperançado no bom êxito da sua discreta ideia.

António Cavide foi sem detença a Alcântara, apeou à porta do palácio real, e soube que el-rei estava almoçando. Perguntou se sua majestade era sozinho; e, como lhe respondessem afirmativamente, deixou o coche, e foi a pé em demanda de um palacete contíguo ao mosteiro das religiosas do Calvário.

Residia aí Maria Isabel Traga-Malhas com sua filha, criadas e pajens. A vizinhança não a presumia teúda do monarca. O fausto do viver justificava-o naturalmente a fama dos seus teres. Dizia-se que a desgraça do ex-escrivão do cível, seu marido, fora causa daquela retirada para longe do concurso da gente, e que o avizinhar-se de mosteiro tão rigoroso era já indício de profunda piedade a que se acolhiam enormes desgostos. Isto rezava a opinião pública que reza sempre bem.

D. João IV recebia Maria Isabel, a horas mortas, por uma porta do extremo da tapada. Às vezes, passavam-se dias inteiros sem que sua majestade alvorotasse os gamos e veados da floresta; outras vezes, o real caçador, com a escopeta atravessada sobre as pernas, e a fronte pendida ao seio da sua *Diana*, como dizia o secretário, ouvia os gorjeios dos rouxinóis emboscados nos olmedos e espinheiros. A opinião pública não dizia isto: era António Cavide, e mais algum fidalgo da íntima confiança do rei, que o segredavam entre si.

Anunciou-se o ministro a Maria Isabel. Saiu a recebê-lo a açafatazinha, e daí a pouco a mãe com semblante de quem se espantava e assustava da visita.

Expôs Cavide a sua mensagem, segundo o plano convencionado com o marquês. Interrompera-o ela com exclamações, com histérios, já corando, já empalidecendo; quando, porém, o expositor chegou ao ponto essencial, aconselhando a entrega da menina, Maria Isabel replicou inflexivelmente que não dava sua filha, e que ninguém lha arrancaria dos braços.

Desanimou o agenciador, receando desvaliar-se aos olhos d'el-rei nos olhos da sua amante. Pediu perdão de a ter aconselhado, beijou-lhe mesureiramente a mão, e ergueu-se para sair.

Perguntou-lhe, ao retirar-se, Maria Isabel se seu marido se alojara na casa do Salvador. Respondeu Cavide que lhe constava estar Domingos Leite na Rua dos Vinagreiros.

Antes de duas horas da tarde, o marquês sabia que as diligências do secretário se malograram. Tergiversou entre desenganar e esperar Domingos Leite. Venceu-se alfim do mais generoso pensamento, resolvendo ir pessoalmente falar com Maria Isabel, calculando reduzi-la com o vaticínio das funestas consequências da sua recusação.

Quando às quatro horas da tarde a procurou, a dama era fora de casa, posto que a sua aia dissesse estar de cama com súbito incómodo. Maria Isabel, sem prevenir o seu real amante, nem usar grandes ressalvas de honestidade, entrou no átrio do palácio com Ângela pela mão, e foi conduzida reverentemente às salas.

D. João IV, mais contente que sobressaltado da inesperada visita, foi receber a gentil comborça ainda mal enxuta das lágrimas. Referiu ela com entrecortadas vozes, sem pejo da filha, e quase deitada nos braços do rei, o que passara com António Cavide, e concluiu mostrando-se receosa e até certíssima de que Domingos Leite, não lhe tirando a filha, seria capaz de matá-la. Era sincera no seu terror.

Tranquilizou-a o rei; e, sem mediar tempo, mandou chamar António Cavide. Apartou-se com ele, e deu-lhe ordens rápidas. Ao cair da noite, o secretário d' estado entrava em Lisboa, a tempo que o marquês, por palpite de maior desgraça, sabendo que o valido fora chamado a Alcântara, o estava esperando no seu palácio.

Cavide, vendo o mordomo-mor na sua sala de espera, acercou-se dele, e disse-lhe ao ouvido:

– Não há tempo a perder. V. Ex.^a saiba corresponder a esta confidencial... Domingos Leite que se esconda, que fuja, porque vai ser preso. Adeus. Vou procurar o conde de Odemira; vou cumprir ordens d' el-rei. O amor é o diabo, sr. marquês, o amor é o diabo! Estas Dalilas tosquiaram o nosso Sansão, e queira Deus que o templo se não alua sobre ele e sobre nós...

– Biltre! – disse de si consigo o marquês.

Era noite cerrada.

O mordomo-mor só confiou de si o melindroso aviso. Disfarçou-se com a maior precaução, e foi à porta do Salvador.

Domingos Leite esperava ainda alguma nova, quando o escudeiro abriu a porta ao desconhecido, que se intitulou enviado da pessoa que já ali tinha mandado recado a seu amo.

Esquivava-se a dar-lhe entrada, quando Leite Pereira reconheceu a voz do marquês. Subiram para o primeiro sobrado. A terrível notícia revelava-se no aspeto do consternado fidalgo. Domingos compreendeu-o.

– Nada feito, sr. marquês?

– Nada feito. Serei breve por que o tempo urge. Cavide falou a Maria Isabel na entrega da filha. Foi repellido. Quis eu experimentar

a condição dessa mulher. Procurei-a; mas não estava em casa. Devia estar com el-rei. Perto da noute soube que o conde de Odemira ia ser encarregado da sua prisão.

– Ainda bem! – exclamou Domingos Leite – Quero ser preso!

– Não diga absurdos, que me faz arrepender de lhe votar tamanha amizade! Quer ser preso? Para quê?

– Direi entre ferros quem é o rei de Portugal!

– Não dirá nada entre ferros, porque há mordças. De sobra sabia Francisco de Lucena quem era D. João IV, e nada disse, morrendo inocentíssimo, e D. João IV de sobra sabia que Lucena morria inocente... e deixou-o morrer. [NOTA 17] Não me conteste nem resista, que perde o único amigo que tem no reino. Fuja sem demora. Vá para Madrid, se não prefere antes ir para França. Eu, à força de idear traças de lhe restituir sua filha, hei de consegui-lo cedo ou tarde. Espero comover o rei, pintando-lhe a dor do infeliz marido e pai...

– De modo nenhum! – obstou Domingos Leite com azedume – Peço-lhe que me não avilte, senhor marquês! Deixe-me morrer com dignidade! Não quero a misericórdia do tirano, do adúltero, do devasso, que eu por entre punhais de castelhanos e de portugueses aclamei em Évora. Não quero desse homem senão um saldo de contas que se hão de liquidar...

– *Sio!* – atalhou o marquês, tapando-lhe a boca, e sopesando os cabelos que se lhe irriçavam de terror na fronte gelada. – Cale-se, mentecapto!.. Cale-se! Que, senão, eu maldigo a hora em que vim aqui!..

– Perdão, meu nobre amigo! –olveu Domingos Leite – Se V. Ex.^a se arrepende de vir aqui, repeso me sinto eu também de o haver procurado. Entretanto, como V. Ex.^a se me figura traspasado de um certo horror de cumplicidade nos meus propósitos de vingança, o meu dever é preservá-lo de susto, retirando-me amanhã para Castela.

– Amanhã não, hoje, é urgentíssimo que seja hoje; porque, ao raiar da manhã, esta casa pode ser rodeada de quadrilheiros.

– Em tal caso vou retirar-me para outra casa que tenho, e sairei dela ao romper do dia.

- Vai para a Rua dos Vinagreiros?
- Não, senhor marquês... E, quando fosse, quem denunciou o meu esconderijo da Rua dos Vinagreiros?!
- Fui eu por imperdoável imprudência a António de Cavide. Cui-dei que o tinha compadecido, e hoje receio que ele dirija para lá e para aqui ao mesmo tempo os aguazis.
- Vá V. Ex.^a descansado que não hei de ser encontrado aqui nem lá.
- Meu amigo do coração! – clamou o mordomo-mor abraçando-o
- Adeus! Adeus! Fie de mim o seu futuro, o seu perdão, e a entrega da sua querida filha!

Aos primeiros assomos do dia seguinte, a casa de Domingos Leite e a de Francisco Mendes Nobre eram invadidas pela justiça dos corregedores de dois bairros. A da Rua dos Vinagreiros foi arrombada, e a outra exposta à busca pelo escudeiro. Bernardo, como gaguejasse nas respostas, foi preso, conduzido, e posto a tratos. O velho, apenas as puas da roda comprimidas a torno lhe deslocaram os ossos dos braços, confessou que Domingos Leite, às duas horas da noite passada, se havia refugiado em uma casa da Rua das Olarias, pertencente a Francisco Mendes Nobre. A horda dos quadrilheiros derrubou a porta, bateu todos os cantos, e não encontrou vestígios de ali ter estado alguém recentemente; mas um vizinho tresnoitado depôs que, por volta das três e meia da manhã, havia dado tento de estropear de cavalo, depois que a porta da rua se fechara. Pero Fernandes Monteiro, corregedor do crime da corte, alvitrou que Domingos Leite devia ter partido para Guimarães, sua terra natal.

Incontinenti se despediram postilhões para o Minho.

Fr. Francisco Brandão é o único, e mais coevo e esclarecido narrador que nos relata estes passos: «... Três vezes veio o réu sobredito (Domingos Leite) a este reino, ainda que da primeira não consta que fosse com o mesmo intento. Teve-se notícia da sua entrada naquela ocasião primeira, e foi tal a desgraça sua que com apertadas diligências em Lisboa e Guimarães se não pôde descobrir nem aprisionar;

que a ser assi é veresimil que desculpára as persunções do passado e não incorrera etc.»*

Enquanto estas diligências frustradas se cumpriam, D. João IV prevenia António Cavide que era forçoso, logo que Domingos Leite estivesse em ferros, transferir Maria Isabel e a filha, com o máximo segredo, para mosteiro muito afastado. Receava o astuto monarca as declarações escandalosas do preso, as quais, desmentidas pela clausura da mulher, lhe redobriariam a penalidade, agravando o crime de homicídio o aleive assacado à pessoa sacratíssima do rei e à inocência da esposa.

Baldaram-se as prevenções. Duas semanas passadas, a espionagem de António Cavide em Madrid assegurou-o que Domingos Leite ali estava, dado que vivesse mais retirado que da primeira fuga. Maria Isabel recobrou-se dos seus pavores. Cavide folgou do bom sucesso do negócio sem efusões sanguinárias, o marquês estudava traças de apiedar o rei, e o rei, com grande mágoa da ciosa Luísa de Gusmão, raras horas passava fora da tapada de Alcântara.

No entanto, o proscrito, reconcentrado com a sua vergonha, cujo pungir sobre-excedia as angústias da saudade, laborava no cérebro uma ideia de vingança, pela qual ele daria de bom grado a vida, que lhe era cruz atrocíssima.

Confidenciou o seu pensamento de matar D. João IV, ao hebreu Francisco Mendes. Este discreto moço opugnou-lhe o desvairado intento com argumentos e súplicas, instando-o a que o seguisse para Holanda, e lá pediriam ao tempo o bálsamo da chaga, e a vingança do remorso nas consciências do rei e da colareja real.

Rebelde à razão e aos rogos, Domingos Leite viu partir o amigo para Amesterdão, quando o medo da inquisição de Espanha o forçou. Era imensa a tristeza do cristão-novo, culpando-se de haver sido ele

* *Relação do assassinio intentado por Castela contra a Majestade d'el-rei D. João IV, nosso Senhor e impedido miraculosamente.* Lisboa 1647.

o propulsor da ida de Leite Pereira a Lisboa, e dos horrendos efeitos que se lhe seguissem.

Roque da Cunha não podia ser estranho à desventura do seu amigo, já porque Domingos lha referira, já porque os faccionários de Filipe IV em Portugal a transmitiram para lá com o intento de aviltar o monarca, violador adúltero da honra dos seus mais serviçais aclamadores.

Roque era o portador das lástimas de sua mãe e dos fidalgos ao desgraçado, que mais se enfurecia quando o deploravam. A primeira vez que o assassino de Pedro Barbosa e padre Luís da Silveira o ouviu rugir ameaças de morte a D. João IV, atirou o sombreiro ao teto, e bradou:

– Viva Deus! Que afinal topei um homem! Quantas vezes, Domingos, quantas vezes eu tenho dito cá muito comigo: «Se Maria Isabel fosse minha mulher, o duque de Bragança, que me desonrou havia de morrer três vezes às minhas mãos, visto que o padre Luís morreu uma, não me tendo feito mal nenhum!» A mim, na verdade, assombrava-me que este nobre desejo de vingança te não houvesse passado ardente pela alma como um raio da justiça divina! Ainda ontem D. Luís de Alencastre, irmão do marquês de Porto Seguro, me disse: «E que faz esse brioso Domingos Leite que não espeta dous pelouros no peito do real bandalho que lhe paga os serviços, tomando-lhe a mulher como quem compra com quatro sequins uma fregona do beco da Madragoa! Que faz esse homem de honrados fígados que matou um padre, pela inocente razão de ter amado uma mulher primeiro do que ele!» E esta, meu querido amigo, é a linguagem de Diogo Soares, do conde de Figueiró, de Francisco Leitão, e até... queres que te diga tudo? El-rei Filipe IV, que tem sido o exemplo dos reis continentes, quando tal soube, disse: «É bem feito que o mateiro de Vila Viçosa faça os seus vassalos veados, já que alguns deles entenderam que o melhor rei seria o mais destro e certo matador de porcos-espinhos. É bem feito que Domingos Leite receba alvará de Cornélio Tácito para dignamente escrever os *Fastos* de seu real amo!...» Aqui tens ouro fio o peso que está fazendo na

opinião de Castela o teu infortúnio. Ora imagina agora, amigo meu, com que júbilo eu não direi amanhã a D. Luís de Alencastre: «Pode V. Ex.^a dizer a el-rei nosso senhor que Domingos Leite Pereira há de vingar-se de modo que a posteridade o aponte aos reis devassos como aponta o punhal de Bruto aos tiranos de Roma!»

– Melhor é que não digas nada, – observou glacialmente Domingos Leite – Eu tanto desprezo as censuras como os aplausos. Se eu matar D. João IV, não me hei de glorificar com os gabos nem descorar na presença dos verdugos...

– Dos verdugos! – acudiu Roque – Se te expusesses ao alcance da corda ou do cutelo, serias honrado, mas parvo. Se queres vingança com glória e reputação de sensato, é mister que o homem morra, e que tu fiques a ouvir-lhe gargantear o *de profundis*. Além de que, se a tua heróica ideia fermentar, eu hei de ser ouvido, e sócio da aventura...

– Não quero cúmplices – disse Domingos Leite.

– Nem amigos? Dize isso aos outros: não o digas a Roque da Cunha, réu de homicídio, na pessoa do muito reverendo tesoureiro de S. Mamede, que Deus conserve à *porta inferi*, esperando a alma de cântaro de D. João de Bragança. Amigo, – prosseguiu, abraçando-o, e recuando o peito para lhe ver de fito o rosto – Se queres só para ti a glória de matar o amante de tua mulher, justo é que a tenhas; não serei eu que a dispute à coragem e ao pundonor da tua justiça; porém, quando essa conjuntura venha a realizar-se, Roque da Cunha há de estar à tua beira; por modo, que se a desventura te fizer cambapé, ambos nós tombemos ao mesmo abismo. Quem te fala assim, ou há de ser teu cúmplice, ou teu inimigo. Escolhe.

– Sabes o que eu escolheria, se me fosse permitido escolher? A morte; o adormecer, e não acordar; o esquecer-me subitamente desta minha execrável situação.

– Temos sessão de fraqueza? Vá lá! Os leões também tremem suas maleitas. Não me assusta esse desalento... Amanhã, quando eu aqui voltar à tua charneca, hei de achar essa alma remoçada, e o plano feito. Medita, que eu também vou escogitar o meu traçado.

Espero que o meu seja o mais aceitável, porque calculo com ânimo frio, como os estratégicos que escrevem no quartel da saúde a arte da guerra. Domingos Leite Pereira, ouve lá o que eu te digo: tens nas tuas mãos o destino de Portugal! E serás um dos primeiros da tua pátria, se o quiseres ser.

Domingos Leite sorriu-se motejando o entusiasmo profético daquele que às vezes se lhe pintava infernalmente necessário à sua existência.

Naquela noite infinita, a ira, a paixão, fora-lhe exulcerada pelas zombeteiras declamações de Roque da Cunha. A publicidade do seu vexame, e a mofa com que o apodavam de transigente no opróbrio, era cautério que lhe afogueava as dores. Instantes de desafio tinha apenas os que a fantasia sinistra lhe pintava, se diante dela via escabujar D. João IV, nas vascas da morte como outro qualquer homem. Ponderando no que era e seria sempre sua vida, – ingolfando-se na treva que todos os passos lhe nigrejava pelo futuro além, – pareceu-lhe que matar o rei, e deixar-se matar sem soltar gemido de covarde angústia, seria a mais brilhante e redentora solução de sua desgraça.

Aclarava o dia seguinte, e já Roque da Cunha batia à porta da casa campestre de Domingos Leite.

Radiou íntima alegria no aspeito do marido de Maria Isabel. Um homem bom, um consolador cristão, ser-lhe-ia repugnante, depois daquela insónia de febril raiva e espetáculos fantásticos de sangue e patíbulos. O único homem competente à sua desesperação era Roque. Abraçou-o com arrebatada ternura, e exclamou:

- Hei de matá-lo!
- Isso sabia eu... – disse o outro friamente. – Resta saber como.
- Pensaste?

– A noite toda. São cinco horas e meia. Bem sabes que é meu costume levantar-me às dez, quando durmo o sono do justo. Não dormi nada. Estive com Diogo Soares até às onze, com o conde de Figueiró até à meia noute, com D. Luis de Haro até à uma, com meu padraсто até às duas, e daí em diante comigo só, e agora contigo para te dizer o que vais ouvir...

– Toda essa gente – interrompeu Domingos Leite – está, portanto, no segredo dos meus projetos?...

– Assim como estava no segredo das tuas desventuras.

– Vamos lá, dize, que eu já me não embaraço com pequenas misérias. Que vens anunciar-me? Que plano trazes?

– Plano de grande artífice. Não é meu: dou o pai à criança: é de Diogo Soares. O duque de Bragança não pode ser morto face a face, nem dentro do paço, nem na rua, nem nas passagens que ele costuma fazer de um palácio para outro, com grande escolta. Quanto ele é covarde sabemos-lo nós, desde que inventámos nele um rei legítimo; e, depois que a vida lhe esteve a pique das espadas do conde de Armamar e do marquês de Vila Real, há de ter bom olho quem o vir sozinho ao alcance de um tiro, ou quem o descobrir a dez léguas de distância de um arraial. Covarde como todos os infames, diz o conde de Figueiró. Observei eu ao ministro Soares que tu, homem de bizarra condição, não querias matar o duque de cilada. Replicou Soares perguntando-me se o duque, empolgando-te a esposa, te matara o coração com a viseira levantada, ou se te não ferira com a mais abominável perfídia. Não tinha réplica sensata a pergunta. Traição por traição. Seguiu-se discutir a traça da morte. Diogo Soares pediu meia hora de meditação. Apanhou a calva fronte entre as mãos, espremeu os miolos, e decretou o seguinte: A procissão de Corpus-Christi cai este ano no dia 20 de junho. Iremos para Lisboa, sem perda de tempo. São hoje 24 de abril. Devemos partir daqui no fim do mês. Soares tem amigos seguros em Lisboa, que nos hão de alojar sem risco. Alugaremos casas em uma das ruas por onde a procissão há de passar. Estas casas hão de ter outras¹⁷ e outras contíguas que também alugaremos. Abriremos comunicações entre elas, de modo que façam frente para duas ruas. Supõe tu... – prosseguiu Roque traçando no papel a planta das casas... Aqui tens tu três moradas de casas, vês?

– Sim.

– Imagina que estamos na extrema da paróquia de S. Nicolau. A entrada deste primeiro prédio é por este beco. Sabes como se chama?

- Não.
- É o Beco de Pero Ponce de Leão, que vai dar aqui ao terreiro de trás da capela-mor de S. Nicolau. Percebes?
- Percebo...
- Bem. Aqui neste terreiro principia a Rua dos Torneiros. Ela aqui vai... Ora agora, este outro prédio, como vês, fica no último canto da Rua dos Torneiros, e faz face para a Fancaria e Beco do Ourinol. Compreendes?
- Sim.
- A outra casa, como vês, está no meio das duas.
- É claro.
- A procissão, ao recolher da Sé, vem aqui ter da Rua dos Torneiros. Quando aqui passar, temos o rei pela frente; e, quando entrar na Fancaria, temo-lo de costas, não é assim?
- É.
- Nesta casa, que olha para a Tornearia, abrimos uma seteira; e aqui, no ângulo que fronteia com a Fancaria, abrimos duas, uma no primeiro sobrado, e outra no segundo. A do primeiro andar, como vês, é que mais jeito nos dá para a pontaria, porque a rua aqui é larga. Deu-se o tiro nas costas do rei, supomos. Nada mais fácil que o escapar-se a gente. Esta casa donde saiu o tiro está trancada com alavancas. O povo naturalmente quer arrombar a casa, donde saiu o estrondo, não é assim? Mas enquanto se arromba a porta, passamos nós para esta casa do meio, pela comunicação interior que temos aberta, e daqui passamos a estas que estão no Beco de Pero Ponce, metemo-nos ao meio da multidão, vestidos de atafoneiros, vamos sair ao postigo de Nossa Senhora da Graça, cavalgamos à noite fechada, e passem por lá muito bem. Que te parece?
- Tudo isso é de Diogo Soares?
- É.
- E as casas também?
- As casas!...
- Não digo as casas que pintaste; pergunto se são dele e estão devolutos os três prédios¹⁸ representados nestas linhas.

– Entendo o gracejo. Queres dizer que não estão à nossa espera três casas com tais condições...

– Quer-me parecer...

– Esse milagre pertence à alçada do dinheiro.

– Não contes comigo, que sou pobre.

– Conto eu...

– Com quem?

– Comigo.

– É el-rei de Espanha que me dá recursos para me eu desafrontar?

Rejeito-os.

– Não é el-rei de Espanha: sou eu. Tudo que se gastar não será um terço do que te devo. Esqueces-te de que as tuas algibeiras em solteiro eram as minhas? Saldaremos contas depois. Aprovas o plano ou tens outro?

– Tenho outro.

– Dize lá.

– Esperar el-rei à entrada ou saída da casa de Maria Isabel, e matá-lo.

– E depois?

– Morrer, ou às minhas próprias mãos, ou às do carrasco.

– Acho isso bastante antigo; – volveu o outro motejando – parece-me grego ou romano; mas é tolo, consente à minha amizade que to escreva assim na frente, é romanamente e gregamente tolo esse plano.

– O que tu quiseses. Devo dizer-te que assim mataria o padre, se ele houvesse sido amante de minha mulher.

– Onde mora tua mulher?

– Não sei.

– A quem o vais perguntar?

– Lá verei.

– Não verás nada; não acharás ninguém que to diga. Não se espera um rei à porta de uma amante. Os reis não entram nem saem pelas portas, nem pelas janelas, nem pelas trapeiras das amantes. E o duque de Bragança, desde que D. Francisco Manuel lhe bateu no pátio da condessa de Vila Nova de Portimão (tu sabes que o pobre poeta está

preso na Torre Velha há quatro anos...) nunca mais andou nestes casos como homem em quem as pranchadas de uma espada não são brincadeira. A tal respeito, vem de molde informar-te, segundo as informações que teve Diogo Soares, que a sr.^a Maria Isabel não recebe o amante em sua casa; é recebida no palácio de Alcântara. Ninguém sabe quando; mas sabe-se por onde. O pavilhão e as colgaduras do seu camarim amoroso são as árvores da tapada; é o que os passarinhos lá contam uns aos outros.

Domingos Leite fez um gesto de indignação, e disse:

– Isso é vil!...

– Que é vil?!

– A minha desgraça deve poder mais que o teu génio zombeteiro!

– Não zombo, Domingos!.. Trato de obstruir com a irrisão as veredas por onde tu queres ir a uma desgraça infalível. Matares o rei frente a frente!.. Sabes lá o que isso é?... Corto a cabeça se fores capaz, sequer, de o encarar com um pensamento homicida!

– Essa!... – atalhou Domingos Leite.

– Bravos cavaleiros eram os fidalgos inimigos de D. João II; valentes e expostos à morte andavam os duques de Bragança e Viseu; muitas ocasiões se lhes ajeitaram de matar o rei; e, chegado o lanço de o apunhalarem, retraía-se-lhes o braço gelado da covardia que incute na alma o olhar de um homem que se chama *rei* – coisa fantástica mas terribilíssima como a palavra *diabo* às crianças que o temem. Poderoso de braço e coração era o duque de Viseu, e ali se deixou cravejar de punhaladas de D. João II...

– Depois de agarrado pelas costas... – ajuntou Domingos Leite.

– Pelas costas são agarrados todos aqueles que os reis querem matar, Domingos Leite... [NOTA 18] Eu não percebo o que seja vingança, se a desafrota custa a vida de quem se vinga. Morrer eu, sem provar o néctar dos deuses! Morrer, fechar os olhos, não ver... não palpar a vítima! Então, antes eu queria perdoar-lhes cristãmente, e deixar-me acabar de paixão; que assim pelo menos havia de ter dois frades que espalhassem cá por baixo que eu estava no céu; mas passar da vingança à forca! Domingos Leite, deixa-me abraçar-te, e dizer-te

que tu não és parvo! Não deves dar a tua cabeça ao algoz como prova de que não podes viver sem o amor e a fidelidade de Maria Isabel Traga-Malhas. Que mates o rei ou mates o último criado das cavaliças reais, isso que monta, se a tua questão não é a morte, é a vingança! E, depois, homem, ouve lá isto: se tentares publicamente contra el-rei, ainda que nem de leve o firas, sabes que desde a masmorra até ao cadafalso hás de ser arrastado nas ruas; e que no pelourinho te hão de decepar as mãos; e mutilado, com horrendíssimas agonias, te hão de levar muito devagar até à forca; e que tua filha há de ser herdeira da tua infâmia até à terceira geração, privada dos bens, porque tudo que houver sido teu há de ser confiscado para a câmara real?... Pensaste nisto? Viste a tua querida Ângela entre ti e o rei e o carrasco?...

Domingos Leite passou vertiginosamente a mão pela fronte, e murmurou:

– Jesus!...

Invocara o dulcíssimo nome da divina caridade humanada, e... estava perdido! Quem sabe como lá soou nos juízos de Deus aquela invocação! Quem sabe a distância que medeia entre o grito do homem e a serena majestade do seu criador!

XVIII

Roque da Cunha negociava com os ministros de Filipe IV, em nome de Domingos Leite, a morte do usurpador. Encomiando o carácter audaz do seu amigo, encarecia-o também como grato e afeiçoado ao rei de Espanha; sendo que a facção planeada timbrava tanto de pessoal como de política. E, do mesmo passo, entremostrava que o ex-escrivão do cível da corte, pelo facto de haver sido tão liberalmente remunerado, criara necessidades de pompas, que el-rei de Castela poderia de antemão assegurar-lhe em Madrid, com promessas de maiores vantagens, restaurado Portugal.

Exposto isto ao valido por Francisco Leitão, o secretário das mercês nomeou Domingos Leite em uma comenda de Cristo de lotação de duzentos cruzados e brindou o mediano com quatrocentos escudos e um officio na casa real. Quanto à partilha do espólio de Portugal, Diogo Soares, desde logo, magnanimamente nomeou seu secretário Domingos Leite, com meio vencimento, até se abancar na respectiva secretaria.

Roque apressurava neste em meio a saída para Lisboa recolhendo no seu alforge afivelado de moscovia de prata provimento de quartos e pelouros, e frascos de peçonha com que as balas deviam ser ervadas. Da parte de Filipe IV recebeu, por mão do desembargador Guedelha, Domingos Leite uma escopeta de primoroso artifício, ao mesmo tempo que lhe entregava o alvará da mercê da comenda de

Santa Maria de Valdestillas, e carta de passagem e recomendação muito instante ao marquês de Mollingen.

Em 6 de maio de 1647 estavam Domingos Leite e Roque da Cunha, na Ameixoeira, uma légua distante de Lisboa, em casa de Bento Rodrigues Taveira, amigo de Diogo Soares. Havia ambos cortado as barbas, antes de entrar em Portugal. Roque trajara-se com a simplicidade de mercador, e falava uma linguagem estrangeirada com mescla de termos holandeses. Nos primeiros dias concorreu à Ameixoeira um negociante de sola, chamado Serges, de origem alemã, cujo avô, em tempo d'el-rei D. Manuel, se estabelecera em Lisboa com privilégio de sapateiro. Serges era espião de Castela em Lisboa, onde, àquele tempo, amealhava grossos haveres. Ao tempo que os regicidas saíam de Madrid, era o sagaz mercador avisado por expresso a fim de se avistar com eles em casa do fugitivo partidário dos Filipes, na Ameixoeira.

Apresentou-lhe Roque a planta das casas escolhidas por Diogo Soares para a emboscada. Devia ser Serges o alugador das casas, sob color de querer armazenar nelas os seus géneros, logo que lhe chegasse de fora a carga extraordinária que encomendara, prevenindo-se para o consumo da grande guerra e para a contingência dos bloqueios. Assim explicava o mercador aos inquilinos dos três ou quatro prédios o interesse grande que punha em alugar as casas pelo dobro da sua renda. Tão minucioso é nesta relação o manuscrito consultado, que não lhe esqueceu dizer-nos ser o proprietário das casas Gomes Freire, fidalgo de Beja.

O plano de Diogo Soares foi levemente alterado, segundo depreendemos da descrição particularizada do ms. que reza assim: «A morada de casas que primeiro alugou Simão Serges está em um beco fronteiro à capela maior de S. Nicolau; e por um passadiço sai a outro beco que desemboca na Tinturaria e cinge por aquela parte a Tornoaria; e além destas alugou mais três moradas, umas que dizem para a Tinturaria, e outras que fazem a revolta da Rua dos Torneiros, e as últimas no recanto desta rua, que faz desigualdade a outro canto de Quebra-Costas.»

Conseguido o despejo dos quatro prédios, Domingos Leite e Roque da Cunha alojaram-se no Beco de Ponce de Leão, na noite de 20 de maio, sem encontro que lhes desfalcasse a coragem. Serges proveu-os dos víveres necessários, ferramenta e tudo que os dispensasse de saírem.

O trabalho interior de demolir e construir comunicação de umas para outras casas era pesado para mãos mimosas e não calejadas na alavanca e picareta. Como os planos dos sobrados eram desiguais, ao romperem as paredes mestras tiveram de escadear a passagem duns aos outros, e cobrir os envasamentos com tal artifício que, se os procurassem na primeira casa, não se lobrigassem vestígios de passagem para a imediata. Quanto ao melhor local para abertura de seteiras, escolheram uma esquina que dominava toda a Rua dos Torneiros e parte da Correaria, resolvendo descarregar sobre o rei pelas espaldas; e abriram outra, conforme o plano de Madrid, para, em conjuntura melhormente proporcionada, lhe atirarem de frente.

Estes preparativos estavam concluídos em 15 de junho, com poucas férias de repouso, e nem o mínimo ruído que motivasse a curiosidade dos vizinhos.

Em algumas das noites decorridas, Domingos Leite quis sair com o disfarce de atafoneiro; mas Roque embargava-lhe o passo com reflexões de prudencial severidade. Figurara-se-lhe possível ver, acaso, a filha estremecida. Escutando o coração, o pai de Ângela decifrava no vago terror que lá inoitecia que nunca mais havia de vê-la! Enganava-se. Tinha de vê-la um instante, e esse seria o derradeiro e único.

Todavia, se Domingos Leite, na noite de 19 de junho, se confundisse na multidão que enchia o Terreiro do Paço, veria Maria Isabel e Ângela, recostadas nos almadaques de uma liteira, a gozarem o espectáculo das colunas resplendentes de lampadários de cristal que era costume acenderem-se naquela praça, na do Rocio, e em todas as ruas percorridas pela procissão do Corpo de Deus. Depois, iria no rasto da liteira pela Rua Áurea, pela dos Mercadores, dos Ourives da prata, dos Escudeiros, dos Odeiros, da Almada, das Portas de Santa

Catarina, de S. José, com os seus trinta palácios estrelados de luminárias, e pela Calçada do Combro, onde o palácio do monteiro-mor excedia os mais sumptuosos na beleza da iluminação. Por todas estas ruas abobadadas de esteira, com figurações cristãs e pagãs nos remates de cada cunhal, poderia Domingos Leite seguir a liteira de sua mulher, ver a espaços o rosto alegre da filha, debruçada na portinhola perguntando à mãe a significação das estranhas figuras debuxadas nos guadalmecins e painéis que tapizavam as paredes e balcões das sacadas. E, depois, aí por volta da meia noute, seguiu-la-ia ao longo do Bairro da Marinha, Estrada de Alcântara, até que, apagado o clarão dos lustres que alumiaavam, se acingisse à liteira e apunhalasse a esposa, e sobraçasse a filha, e a devorasse de beijos, e morresse naquele êxtasis!

Mas, a essa hora de tumultuosa alegria, Domingos Leite, depois de ceia, encostou os cotovelos à mesa, apoiou a barba entre as mãos, e disse a Roque da Cunha:

– Parece-me que foi Leónidas, na véspera da passagem das Termópilas, que disse aos trezentos companheiros da sua funesta façanha, depois de jantar: «Hoje aqui jantamos, e iremos cear ao reino de Plutão». Onde iremos nós cear amanhã?

– Daqui três léguas: à estalagem da Póvoa de D. Martinho, onde ainda há um velho Málaga, que os portugueses bebem para matar a sede do sangue de castelhanos – respondeu Roque sorrindo.

– Vamos marcar os nossos postos –olveu o comendador de S. Maria de Valdestillas.

– Estão marcados.

– Ainda não. Onde há de tu estar quando eu atirar ao rei?

– Aonde? Aqui.

– Não quero. Ao pé de mim, não. Se eu for agarrado, quero ver-me sozinho, face a face do algoz. Se o homem morrer, e eu me evadir, não disputarei o teu quinhão de glória neste feito. Dirás em Madrid, e eu confirmarei, que tu estavas ao meu lado, com o pé na beira do meu abismo, com o pescoço exposto ao mesmo esparto, com as mãos debaixo do mesmo cutelo. A hora é excelente para saíres daqui por

entre o povo que enche as ruas. Os cavalos, a esta hora, devem estar na Ameixoeira, segundo combinámos com o marquês de Molligen. Vai tu pernoitar à Ameixoeira, e amanhã, por volta do meio dia, parte com eles e espera-me no Postigo da Senhora da Graça. Se eu lá não estiver antes das três, foge, por que então estarei preso ou morto.

– Mas...

– Não questionemos. Isto é resolução feita e inalterável. Tenho-te dito que não quero cúmplices; e, se guardei para esta hora o declarar-to formalmente, foi por evitar contestações então, e agora muito mais, que é tarde para discutir. Vamos. A pé e sair. Dá cá um abraço. Até amanhã de tarde, ou... até ... nunca mais. Viverei ou morrerei agradecido à tua dedicação. Ingrato e atrozmente egoísta seria eu, se arriscasse a tua cabeça num desagravo da minha honra. Se eu morrer, se me não vires mais, dize ao rei d' Espanha que o alvará da comenda com que nobilitou a minha ressalva de assassino o desfiz em buchas para a escopeta com que me ele brindou. E adeus!

Roque da Cunha abraçou-o sem comoção sensível. Para esta frieza concorria a crua rigidez de sua compleição e a esperança do bom êxito da empresa. Se Domingos Leite lograsse penetrar-lhe nas cavernas do peito, veria lá dentro assomos de júbilo. Desde que o dia 20 de junho se aproximava, Roque meditava absorto e pálido no trance do tiro, nos paroxismos do rei, no torvelinho do povo, na grita de milhares de vozes, no arrombarem-se as portas, na linha de alabardeiros cintando as ruas, na sua própria cara a delatar o crime, nos crimes impunes da sua proterva história – enfim, na força.

Se um homem nestas condições ousaria prever que um historiógrafo português, século e meio depois, escreveria dele: ...*cheio de confusão e honra!*

Pois houve! O leitor verá que nesta sua, tão sua e minha querida terra, temos historiadores que denominam a incestuosa mulher de Pedro II *rainha prudentíssima* (veja o sr. conselheiro António José Viale, na sua *História*) e Roque da Cunha *homem cheio de confusão e honra*. (Veja Roque Ferreira Lobo na sua *História da Aclamação de D. João IV.*)

Às dez da noite saíra Roque. Às onze já Domingos Leite, vestido de feitio que nenhum traço arguia o aparaltado¹⁹ do escrivão do cível, parava no Largo da Porta do Salvador, contemplando a casa imersa em trevas, que nenhum pontinho luminoso intercetava. Que fazia ali?

Fantasiara que o seu velho criado lá estaria, não obstante lhe dizer Roque da Cunha que a justiça lhe dera tratos até saber onde o amo se escondia; e, sendo assim, decerto o expulsaria Maria Isabel.

Ajustou-se à frontaria da casa, e tocou no postigo da fresta, chamando Bernardo.

Neste lance, pessoa que ele não vira em uma janela a refrigerar-se na aragem da noite, disse com voz senil:

– Aí não mora ninguém.

Domingos estremeceu; mas, cobrando ânimo com a probabilidade de segurança de nenhum perigo, perguntou:

– Sabe dizer-me onde está um homem que aqui morava há coisa de dois meses?

A pessoa interrogada não respondeu; retraiu-se da janela, e fechou-a. Domingos Leite, ouvindo o bater das portadas, não podia perceber a descortesia ou qualquer outro sentimento de quem quer que fosse, e principiava a censurar-se da indiscreta pergunta, quando uma porta rodou vagarosamente, e voz trémula de dentro disse ansiosamente:

– Entre, entre depressa...

Domingos reconheceu a voz de Bernardo.

O velho colheu-o nos braços sufocado por convulsos gemidos, e caiu de joelhos exclamando:

– Ai meu amo que vem entregar-se à morte!...

– Não venho... não te assustes... Deixa-me subir ao teu sobrado e conversar contigo, meu pobre amigo... – murmurou o amo.

O velho precedeu-o na subida da íngreme escada, pedindo-lhe que falasse baixinho, porque no segundo andar estava gente ainda a pé.

– Foi certo darem-te tratos, Bernardo? – perguntou Domingos Leite sentando-se no único tamborete da pobre quadra.

– Quem lho disse, meu senhor?

– Soube-se em Madrid.

– Foi verdade. Aqui estão as costuras nos dedos. Descarnaram-me os ossos. Eu já não podia com as dores quando disse que vossa mercê tinha uma casa nas Olarias; mas disse porque me bacorejava o coração que meu amo não estava lá...

– Meu infeliz amigo!... – atalhou Domingos com os olhos aguados – E não voltaste para casa de... Maria Isabel?

– Fui ter-me com ela...

– Aonde?

– A um palacete em Alcântara, onde me disseram que ela morava umas pessoas da justiça em casa do corregedor, e por tal sinal que...

– Por sinal que...

– O melhor é calar-me, sr. Leite; mas... a falar verdade...

– O quê? Podes falar... Disseram-te que era uma mulher perdida...

– É verdade, e não me mentiram, queira vossa mercê perdoar-me...

– Falaste-lhe?

– Sim, senhor. Falei-lhe com mais lágrimas que vozes. Disse-lhe que o senhor seu marido passara uma noite na casa do Salvador; que estivera no quarto a embalar o berço... Nisto, a menina que estava ali a ouvir-me, rompeu a chorar que cortava o coração, e a clamar que queria ver seu pai; que queria ir com o seu Bernardo ver o seu paizinho; que a mãe era muito má em não a deixar ir, e outras coisas, meu amo,

que faziam chorar as pedras. E vai a mãe, neste entrementes, pega por um braço da filha com arremessão, e tira por ela lá para o interior da casa. Eu fiquei estarelecido, a ouvir os gritos da menina lá dentro, até que chegou um escudeiro, e me mandou sair dali por ordem da fidalga. «Pois sim, eu vou; mas vá você dizer à senhora que o seu velho criado não a ofendeu; e que eu vim cá para lhe dar conta das alfaias da sua casa, ou saber se alguma lhe falta, que decerto não fui eu que a tirei.» – Foi o escudeiro com o recado, e voltou logo dizendo que a fidalga não queria saber de contos; que me pusesse na rua. Tornei-lhe a mandar pedir que ao menos me mandasse entregar a minha arca onde eu tinha o meu fato e as minhas economias. O escudeiro, talvez porque que também era pobre e me viu a chorar, teve pena de mim e tornou lá dentro. Daí a pouco voltou e disse-me que ia comigo para me dar a minha arca. Veio com efeito, e pelo caminho fora, de Alcântara até aqui à rua, e depois lá no meu quarto, contei-lhe tudo que se tinha passado; e ele que não sabia de nada, porque saiu do palácio real de Belém para ir servir aquela fidalga por ordem do sr. António Cavide, disse-me então o que vossa mercê, pelos modos, já sabe...

– Sei... E então, meu Bernardo, estás muito pobre?

– Não, meu amo. Ainda tenho dinheirinho do que vossa mercê me dava quando era solteiro; mas, como estou muito acabado e não posso trabalhar com as mãos desde que mas quebraram na tortura, não tenho remédio senão viver com muito pouco, para não ter de ir pedir por portas. E vossa mercê tem mingua de dinheiro? Eu tenho ali quinze moedas de ouro de quatro cruzados cada uma; se vossa mercê as quer, assim Deus me salve como eu lhas dou com todo o meu coração...

– Não preciso; obrigado, meu querido amigo, obrigado... Disseste-me que minha filha chorava –olveu Domingos Leite, depois de longo silêncio e profundo recolhimento.

– Se chorava!... Quando me viu e conheceu, corria para mim com os bracinhos abertos; mas a mãe botou-lhe a mão ao braço, e puxou-a para si. Assim que eu contei a passagem do berço, e da tristeza com que o paizinho da menina olhava para ele, as lágrimas saltaram-lhe

como punhos; e a mãe lançava-lhe de esguelha uns olhos furiosos, que pareciam querê-la espedaçar...

– Ai!.. se eu a visse... – murmurou Domingos Leite.

– Como há de vossa mercê vê-la, meu senhor !... Não pense nisso, porque tenho ouvido dizer que, se o apanham, a sentença menor que tem o meu amo é degredo perpétuo, se não lha derem pior... A que veio a Lisboa, sr. Domingos Leite? Que pecados o trazem aqui?...

– Sabê-lo-ás, quando for tempo... – respondeu Leite serenamente

– Escuta, Bernardo: sabes que tenho pai?

– Pois não sei!...

Chama-se António Leite, vive em Guimarães, e tem oficina de couteiro na Rua Infesta. Agora, jura-me que cumprirás o que te vou pedir.

– Não é mister jurar, senhor!

– Se acontecer eu amanhã ser preso ou morto...

– Santo nome de Jesus! – clamou Bernardo.

– Não me interrompas com lástimas que não remedeiam o meu destino... Atende, meu amigo... Se acontecer eu amanhã ser preso ou morto, parte logo para Guimarães, procura meu pai na Rua Infesta, e dize-lhe que eu morri ou vou morrer, sacrificando a vida infamada à honra de a perder em desafronta de um grande ultraje. Não tens aqui papel e tinta. Se tivesses, escrever-lhe-ia: mas, amanhã, por esta hora, se eu estiver preso ou morto, vai e dize-lhe, se te não lembrar mais nada, que D. João IV era o amante da mulher de seu filho. Mas, se eu não estiver preso nem morto, e algum acontecimento explicar o mais que eu te não digo, pede-te o teu pobre Domingos Leite que leves contigo à sepultura o segredo que adivinhares.

Bernardo queria debalde replicar; mas as palavras eram-lhe estranguladas nos soluços.

Neste conflito, Domingos Leite abraçou o velho; e, desprendendo-se-lhe dos braços, desceu as escadas subtilmente.

Eram já desertas as ruas, quando entrou na casa do Beco de Ponce Leão; e, atravessando os outros prédios até ganhar o sobrado, cuja janela esquinada dominava as ruas dos Torneiros e parte da Fanca-

ria, abriu o alforge de moscovia, e tirou os frascos de peçonha, e um caixotinho com quartos e balas. Ervou o pelouro e os zagalotes, mergulhando-os cautelosamente no tóxico; cevou a cravina de pólvora, meteu as balas, calcando-as com a vareta sobre a bucha [NOTA 19] introduziu as doze costas ou quartos, lascou, antes de escorvar, com a lâmina de uma agomia o rebordo da caçoleta, azeitou o gatilho, experimentando-o, encheu a escorva, bateu na culatra três punhadas a fim de cevar plenamente de pólvora²⁰ o ouvido, e três vezes fez pontaria em diversas direções. Feito isto, apagou o candil, abriu de manso as portadas da sacada, e ao lampejo trémulo de algumas luminárias que vasquejavam, esteve examinando as duas ruas confluentes; depois, retraindo-se, abocou a escopeta a dois alvos, que, naturalmente, se lhe figuraram o corpo sacratíssimo de sua majestade. Esta frase, um tanto descabidamente faceta, corresponde ao esgar de riso ferino que lhe refegou os beiços, vibrando os músculos faciais.

Às três horas da manhã começaram a repicar os sinos da basílica de Santa Maria Maior, e logo todas as torres saudaram a jubilosa arraiada da vetusta metrópole. Já se ouviam as charangas de atabales e clarins que, nas ruas convizinhas do templo, anunciavam a saída da procissão, mais matutina que o sol. Aquele tão comprido dia de junho era mister começá-lo ao arrebol da manhã para que o tempo não escasseasse às alegrias do povo.

Domingos Leite, escutando a ressonância estrídula dos clarins e o tanger festivo dos sinos, foi ao passado buscar memórias da sua alma despedaçada, e todas viu em um relance aflitivo de olhos. Também ele tinha acordado alegre ao ruído daquelas músicas quando era moço e rico, feliz e amado. Também ele naquelas manhãs de luz e flores folgava de madrugar, e passear as ruas de Lisboa, respirando o acre das espadas e rosmãozinho que verdejava o trânsito, por debaixo dos dosséis e grinaldas. Ainda no ano anterior, saíra ele àquela hora, depois de uma noite mal-dormida, com a filhinha pela mão, e entrara na basílica, ensinando a criança a pedir a Deus por si e por ele.

Quanto mudado, ó desventura! Que voragem entre o secretário do marquês de Gouveia e o determinado assassino de D. João IV!

Como ele se contemplava na escuridade profunda de sua alma ao reflexo do gentil, do invejado mancebo que fora! Que horrendíssimo doer não seria o do seu espírito, quando a cabeça lhe caía para o peito, e as mãos enclavinadas e trémulas comprimiam o pescoço, como se quisesse impedir que aos ouvidos lhe chegasse o regozijo daquelas toadas!

E àquela mesma hora, Maria Isabel, despertada pelos repiques do mosteiro do Calvário, saltava alegremente dentre as cortinas adamas-cadas do leito, chamava a aia que a penteasse, e ordenava que lhe vestissem Ângela.

– Então donde vai ver a procissão, sr.^a D. Maria Isabel? – perguntou a aia com a confiança de criada antiga e quinhoeira dos segredos da ama.

– Vou para o palácio do Galvão, no Rossio, ou para casa do senhor da Trofa, na Rua dos Torneiros: ainda não sei.

– No Rossio é mais bonito... – voltou a aia.

– Mas eu prefiro a Rua dos Torneiros.

– Eu bem sei por quê, minha senhora...

– Ah! sabes? És muito esperta!... Ora dize lá...

– É porque el-rei passa mais chegadinho à casa do senhor da Trofa que à do Galvão... Adivinhei?

– Parece-me que sim... – assentiu Maria Isabel com uma despedida denguice – Tenho passado estes dias tão aborrecida!...

– Pois, sim, sim... Não sai de casa a minha senhora... passa as noites sozinha... Quando se vai embora a rainha para Lisboa?

– No princípio do inverno.

– Que praga!.. E a sr.^a D. Maria Isabel, por amor dela, nem às janelas vai! Também não sei por que razão el-rei tem medo que a rainha desconfie... Sempre ouvi dizer que o rei se lhe dava pouco dos ciúmes dela. Acho que o sr. D. João IV o que receia é que a vejam os fidalgos que se ajuntam em Alcântara enquanto sua majestade cá está... Se alguém tem ciúmes, não é a rainha, é o rei...

Sorriu-se lisonjeada Maria Isabel, e murmurou:

– És tola, és tola... Quem trocaria eu neste mundo por el-rei?

– Isso lá, minha senhora – replicou a aia – tem-se visto dessas trocas... Bem podia V. S.^a gostar mais dos condes que eu por aí vejo a passear no largo do que de el-rei; apesar de que sua majestade está ainda muito fresco, e parece um mancebo... Como vai V. S.^a vestida à procissão?

– Levo saia de seda verde com barras pretas de veludo; gibão de tafetá azul, com cossoletes de ouro.

– E que manto leva?

– O de seda verde.

– O branco vai-lhe melhor sobre o gibão azul.

– Vai? Pois levarei o branco.

– E chapins? Os azuis com rubis?

– Não; os verdes com diamantes.

– Eu acho os outros tão lindos!.. Ainda me lembra o contentamento com que V. S.^a calçou outros da mesma cor, faz agora dois anos, quando foi a esta mesma procissão com seu marido... Lembra-se?

Maria Isabel não lhe respondeu. A aia, afeita a lidar com os caprichos da senhora, absteve-se de repisar no assunto desagradável, posto que Maria Isabel, algumas vezes, ouvisse falar indiferentemente do marido.

– A que hora vai a senhora para a Rua dos Torneiros?

– A cadeirinha há de estar pronta às nove horas.

– Porque não vai no coche do ministro Cavide, que lho ofereceu?

– Não me apetece andar em coches alheios. Hei de comprar um quando me parecer.

– Faz V. S.^a muito bem... Não sei como el-rei lho não tem dado!..

– Não quero. Sou bastante rica. Posso ter coche sem dever favores ao rei.

A conversação foi cortada pela vinda de Ângela, que já estava vestida e encantadoramente galante com o seu gibão escarlata de passamanes de prata, saia de três barras com debruns de lhama de ouro, chapins altos de cetim branco e tacão escarlata, volante de rendas na cabeça, ondeando por sobre as espirais de tranças louras que lhe deslizavam nas espáduas meio nuas.

Às nove horas entraram Maria Isabel e a filha na cadeirinha. Pouco depois, saía D. João IV do palácio de Alcântara, em coche, com o manto de grão-mestre da ordem de Cristo, precedido dos reis d' armas, e seguido do príncipe D. Teodósio, e de cento e cinquenta cavaleiros das ordens militares, em cavalos pomposamente ajaezados.

El-rei ia só e melancólico; mas, no rosto carregado, relampejou-lhe um clarão de alegria, quando, ao passar pela cadeirinha que ao longe conhecera, viu aquela formosa face cujo primeiro verniz de pudor se desbotara nos beijos do padre Luís da Silveira.

A melancolia de el-rei quer o meu manuscrito legitimá-la com estes católicos dizeres: «No oratório da quinta de Alcântara tinha Sua Majestade comungado, esteve em oração mais do que costumava e saindo, disse à rainha, nossa senhora: 'Eu vou com grande trabalho'. E dizem que, havia tempos, lhe tinham dito que em uma procissão do Corpo de Deus o haviam de matar; e el-rei respondera que junto ao santíssimo sacramento lhe não podia suceder mal.» Ainda bem!

Se estes pios casos de comungar, e sair mal disposto, e meditativo no sinistro vaticínio, assombraram o real semblante, ainda bem que o langoroso olhar da Traga-Malhas espancou o profeta de mau agouro, e abriu nos lábios do rei comungado um sorriso que radiou nas bochechas dos seus vassalos.²¹

Por volta das onze horas, Domingos Leite, espreitando o concurso de povo, que já tomava os lados das ruas, notou que a seteira baixa que abria para o lado da Fancaria era a melhormente azada para desfechar sobre o rei, visto que ali a multidão, abrindo uma espécie de clareira, obrigada pelo aperto do cunhal das duas ruas confluentes, deixava a descoberto o pátio, ao qual devia seguir-se a família real. Rejeitou, portanto, o plano traçado de disparar pela seteira alta, que dava sobre a Rua dos Torneiros, parecendo-lhe quase impossível de ponto elevado, por mais firme que pusesse o fito, acertar no rei.

Assim, pois, que os atabales estrondearam no topo da Fancaria, Domingos Leite pegou da cravina, e foi ajoelhar rente com a seteira baixa. O dia era ardentíssimo; e, ele, sentindo as mãos geladas,

friccionava uma na outra receando que o dedo do gatilho fizesse tremer a escopeta, e desviar o tiro. Era o frio do terror; era a honra convencional dos homens subjugada pelo ingénito respeito à vida humana.

Entreviu a passagem dos cavalos à destra, cobertos de telizes de veludo escarlate com as armas de Bragança em relevo de ouro, levados de rédea por lacaios com a libré real. Passou S. Jorge, cabeceando a sua plumagem do murrião, cavalgado sobre o cavalo que resfolegava involto no chairel²² cravejado de diamantes e variada pedraria. Seguiu-se o pajem do santo general, a disputar com o amo a posse das riquezas do oriente e das concavidades do oceano em pérolas e rubis e esmeraldas. Deslizaram os trinta e sete estandartes dos ofícios com as insígnias de cada um; e logo as cento e cinquenta cruzes das confrarias com variegadas roupetas. Depois, as bandeiras das paróquias. Em seguida, as irmandades do SS. Sacramento, que eram trinta e oito com opas escarlates. Principiavam agora as comunidades religiosas, que eram quarenta, salmeando alternadamente uns cantares como responsórios funerais nos ouvidos de Domingos Leite. Sucediavam as congregações de clérigos regulares; os tribunais com os seus presidentes de catadura sombria, os magistrados de toga, os cavaleiros de Cristo, de S. Tiago e S. Bento de Avis com os mantos capitulares. Depois a clerezia e o cabido. Agora os coros da música diletta do rei; depois os bispos mitrados, e os turiferários bamboando as nuvens fumosas dos incensos.

Neste ponto, Domingos Leite encostou a face à parede para descobrir do esconso o pátio. Avistou-lhe as franjas de ouro do sobrecéu através da nebrina dos perfumes; e por entre as varas, e por sobre a espádua do arcebispo eleito, viu a frente de D. João IV.

Ele temia e tremia do quebranto de sua alma,²³ chegado aquele indeclinável trance; mas a presença altiva do tirano que lhe tirara o pão,²⁴ a pátria, e a filha, engolfando-lhe tudo na devassidão da esposa, sarjou-lhe o coração, repuxou-lhe o sangue em jatos ardentes ao cérebro, queimou-o em sedes de fera, deu-lhe as facinorosas deleitações do celerado.

Estava já o pálido a dez passos de distância da casa. Domingos Leite afastara-se para apoiar a extremidade da caravina²⁵ no envasamento inferior da seteira. Desconfiara do tremor do pulso e da vertigem dos olhos. Ajoelhou, levantou o feixo, e ajustou o dedo ao gatilho. Já o rei, desviado apenas dous passos do pálido, se mostrava a descoberto... Mas, no mesmo instante, Domingos Leite viu duas damas que encobriam o rei. É que D. Maria de Arraiolos e a camareira-mor, curvando-se para levantarem do chão um pano de seda que caíra da mão ao príncipe D. Teodósio, quando enxugava o suor, ficaram, por momentos, quase à frente do rei, forçadas pela deslocação de alguns fidalgos que, ao mesmo tempo, tentaram, abaixando-se, evitar às duas senhoras a cortesia de levantar o pano. Ainda Domingos Leite, tentando pontaria, esperou clareira por onde coubesse uma bala; teve-a num relance; mas a certeza de cravar algum dos doze quartos nas senhoras que ladeavam D. João, paralisou-lhe o dedo do gatilho.

Restava feri-lo pelas costas, ao desandar para a Rua dos Torneiros. Subiu aceleradamente ao sobrado de cima, onde abrira duas seteiras na sacada angular, que olhava para duas ruas.

Apenas entrou no sobrado e correu a mirar a volta que a procissão ia rodando da Fancaria para a Rua dos Torneiros, antes de descer os olhos sobre a rua, pô-los maquinalmente nas balaustradas de uma casa fronteira, e viu Maria Isabel, e ao lado dela uma criança, uma visão da alma ingolfada em Deus... Era Ângela, a sua filha!

E, cravando nela os olhos, e arquejando em angústia que o lace-rava com dilícias, e ouvindo o coração que chamava por Ângela, sentiu-se cair, largar a arma, dobrar os joelhos, ajoelhar, ajoelhar de mãos postas, cobrir-se de lágrimas, e ouvir como dos lábios de um estranho: «Salva-me, ó filha, salva-me!»

E D. João IV passou, olhando de soslaio para Maria Isabel, que ajoelhara, e encostara a fronte às mãos, formando graciosamente um dossel para resguardo do sorriso que as outras damas devassavam, e que ela muito se rejubilava que lho vissem.

Às duas horas, Domingos Leite, com o disfarce que tinha vestido, chegou ao Postigo da Graça.

Roque da Cunha, avistando-o de longe, foi desprender os cavalos que escarvavam impacientes em uma barroca socavada entre dois combros de piteiras, e saiu com eles à estrada chã.

– Morreu? – perguntou Roque.

– Não.

– Não?!... Que me dizes?... Feriste-o? Não acertaste?...

– Não lhe atirei.

– Oh!... – exclamou Roque da Cunha – Que diabo fizeste então?...

– Nada... Vamos embora, se te não escandaliza um covarde na tua companhia...

– Eu ia agora perguntar-te se lhe não atiraras por covarde... Porque me não deixaste estar contigo, Domingos Leite!... Com que cara entraremos em Madrid!...

– Pois vai só, e deixa-me... – replicou Domingos Leite.

– Fazes-me uma grande compaixão!... Que lágrimas são essas...

– São umas lágrimas que eu ainda tinha no coração, e só podia chorá-las, vendo minha filha!... Foi minha filha que salvou o rei...

– Vamos, que eu ouço tropel de cavalos na calçada da Graça... – disse Roque da Cunha – Conhecer-te-iam?...

– É impossível...

Cavalgaram, e deram de esporas. Na assomada de um dos outeiros de Alvalade pararam, e olharam na direção de Lisboa. Ninguém os seguia. Era uma cavallhada de campinos, que voltavam da procissão do Triunfo, e recolhiam aos seus casais.

Diogo Soares, previsto e diligentíssimo em proporcionar aos assassinos enviados os meios de fácil fugida, mandara uma chalupa do porto do Ferrol para os receber na barra de Lisboa; mas o portador, que por terra trouxera o aviso ao mercador Simão Serges, não o encontrando no dia 19 de junho, segundo as ordens que trazia, foi na noite de 20 a Paço de Arcos fazer sinal de erguerem âncora aos da chalupa. Simão Serges, àquela hora em que o buscavam, temeroso do resultado da tentativa, passara o Tejo, e esperava em Aldeia Galega a notícia das ocorrências. O manuscrito, que nos esclarece as escuridades da história, diz a tal respeito: «Neste tempo estava Roque da Cunha com os cavalos esperando-o ao Postigo da Graça, onde foi ter com ele Domingos Leite, e que lhe contou o que passara; e é de saber que na mesma tarde foi visto em Paço de Arcos um barco longo de Castela, e que havendo descuido em ir a ele de noute, fugiu este, e desapareceu, e os dois foram por terra.»

Ao mesmo tempo, Bernardo, que passara a noite e o dia em oração, quando viu terminadas as festas do Triunfo, e nenhum caso extraordinário se contava em Lisboa, nem voz humana proferia o nome de seu amo, deu fervorosas graças ao Senhor, porque atendera às suas preces.

O aparecimento de Roque e Domingos Leite em Madrid foi acolhido com frieza dos fidalgos portugueses e dos ministros de Filipe IV. Diogo Soares, rindo da história pueril da visão da menina

que paralisara o braço do pai, disse que os covardes, antes de se afrontarem com empresas grandes, deviam medir a sua altura pela das meninas que lhes pudessem aparecer na hora da prova. Roque da Cunha transmitiu a frase, qual a recebera, a Domingos Leite.

O frustrado regicida volveu-se à vida solitária com a sua dor exacerbada pela nota de covarde e digno marido da meretriz Traga-Malhas. Quem mais lhe carregava a mão no pecado da mulher era D. Vicência, filha da Bárbara da Rua dos Cabides. Insidiosamente lhe escreviam sátiras celebrando-lhe a façanhosa jornada a Lisboa, e oferecendo-lhe outra comenda para se ir a Paris matar Luís XIV, e duas comendas para ir ao inferno matar o diabo.

Na correnteza destas coisas, falecera em Madrid um padre da companhia de Jesus, a quem D. João IV estipiendia grandiosamente na espionagem dos planos de guerra. Esta perda contrariava o rei, e mais ainda o impedimento de substituir sem dilação a sagacidade do jesuíta, que saíra bem amestrado do gineceu de padre António Vieira.

Arrolando os portugueses mais infamados que demoravam em Espanha, D. João lembrou-se de Roque da Cunha. Conhecia-o pela falsa delação de Matias de Albuquerque, e por homicídios que a obscuridade protegera, como o do pai de Miguel de Vasconcelos, divulgado em 1640, e indultado pela política. E, bem que soubesse da sua parceria com Domingos Leite no assassínio do padre Luís, intendera o rei que o sicário, vendido ao marido de Maria Isabel, estava em almoeda para quem o quisesse comprar.

No propósito de chatiná-lo, enviou Gaspar de Faria Severim a Madrid pessoa idónea, e conhecida de Roque da Cunha. Era quase sempre um clérigo ou frade de inculcada virtude e erudição teológica, por parte das duas nações irreconciliáveis, o espia ou o catequista dessas personagens indispensáveis na diplomacia daqueles tempos, assim como o algoz era o artigo fundamental da arte de reinar. Apenas restaurado o reino, fora frei Diogo Seyner espia de Castela em Portugal, e também um padre Azevedo, que acabou envenenado em Angola. Em compensação, as denúncias mais importantes que

vinham de Espanha, quanto às intenções de invasão, procediam da companhia de Jesus, pois que os Filipes, conquanto patrícios do santo fundador da ordem, nunca se avençaram politicamente com a teocracia da onnipotente roupeta. Ainda naquele ano de 1647, a Espanha festejava a pérfida passagem do jesuíta flamengo, o padre Cosmander, que vestiu as insígnias de sargento-mor de batalha, depois de as ter já usado no exército português. Este sacerdote, que timbrava de engenheiro, viria outra vez ajudar os nossos a repelir os estrangeiros, se não morresse debaixo das baterias portuguesas; no entanto, enquanto viveu, deu de si boa conta, espiando as duas nações, visto que nenhuma era sua.

Com este se entendera o padre português, e ambos com Roque da Cunha.

A proposta era em termos de seduzir um aventureiro com dous terços menos da perversidade de Roque. D. João IV enviava-lhe o perdão do crime de homicídio na pessoa do padre Luís, aproveitável quando a sua continuação em Castela fosse desnecessária, e ele quisesse voltar ao reino. Enviava-lhe como começo de gratificação três mil cruzados, e promessa de ao diante o ir premiando com dinheiro à medida dos seus serviços e habilidade nas pesquisas. Quanto ao futuro, quando Roque se repatriasse perdoado, despachá-lo-ia em pingue emprego na Casa da Índia e Mina.

Seduziram-no; jactavam-se os dois jesuítas de o terem seduzido; mas a verdade é que o infame não deu ansa a que os sedutores provassem os dotes de corrupção: rendeu-se logo.

Dias depois, Roque da Cunha, ao despedir-se do agente português, disse-lhe com misterioso recato:

– Diga vossa reverência a el-rei nosso senhor que eu só entrarei em Portugal, quando lá for para o salvar da morte.

O padre não obteve ilucidações destas vagas palavras.

Assim as revelou a D. João IV, que lhes deu a máxima ponderação, sem todavia suspeitar de qual dos fidalgos homiziados poderia proceder a tentativa, se dos Mascarenhas, se dos Lencastres, se do conde de Miranda, se do conde de Figueiró, se dos Távoras, se dos Taroucas,

se de todos. De Domingos Leite Pereira não se lembrou, ou apenas se lembrava quando Maria Isabel lhe dizia:

– Vossa majestade, mais dia menos dia, acha-me assassinada por ele...

O *ele* substituía a palavra que tanto repugnava ao rei como à princesa do seu económico serralho.

Sorria-se el-rei; e por delicadeza com a dama lhe não replicava que o expatriado lhe havia dado provas de se prezar mais a si no seu orgulho do que a ela na sua beleza.

Quando Roque enviou o recado a D. João, já sabia que Domingos Leite deliberara voltar a Lisboa senão renovar a tentativa. Flagelavam-no os apodos e zombarias que secretamente lhe iam em cartas anónimas, e as censuras de Roque da Cunha, não à covardia de homem, mas à pusilanimidade de pai.

Houve horas em que o desgraçado acariciou a ideia do suicídio; porém, lá vinha a imagem da filha arrancar-lhe o veneno como lhe arrancara a cravina. Nesta relutância atroz, obsidiou-o o pensamento de passar a Lisboa, esconder-se em casa de Bernardo, espiar a hora em que Maria Isabel estivesse com o amante, entrar de sobressalto na casa dela, fugir com a filha para Castela, passar-se a Amsterdão, buscando o amparo de Francisco Mendes Nobre.

Revelou o alvitre a Roque da Cunha, que lhe respondeu:

– Afinal, vejo que não és marido, nem homem: és pai.

– Queres dizer que não sou honrado? – acudiu Domingos Leite.

– Não... mas há quem duvide que o sejas...

– Se o duvidas tu, dize-o que eu a ti provarei que sou homem; e se há covardes que façam de ti pelourinho de injúrias que venham depois de ti ou juntamente.

– Os meus cinquenta anos perdoam os teus vinte e seis – disse serenamente Roque – Entretanto bom é que saibas, amigo Leite, que nenhum homem, antes de ti, me insultou assim, nem depois de ti receio que me insulte. Se não estivéssemos sós, dar-me-ias uma satisfação. Assim... ninguém irá dizer que o matador do amante de certa dama ouviu tamanha vilta do marido de Maria Isabel. Estás per-

doado, porque és fraco, fraco do coração onde tens muitas lágrimas e pouco sangue. Pagas mal a quem duas vezes expôs por ti a vida, e não se esquivas de a expor terceira vez.

– Não exporás, Roque. Não há para quê. O meu intento já sabes que não é matar o rei; é resgatar minha filha.

– E, se te descobrirem, se te agarrarem...

– Serei julgado como assassino, sentenciado à morte, e morrerei, sem denunciar que o matador foste tu.

– Mercês... A justiça sabe quem matou, provavelmente... A minha questão é outra, Domingos Leite. Eu preciso tanto como tu sair de Espanha. A nódoa de covardia tanto inegreça a tua reputação como a minha. Os enviados a matar D. João fomos dois: o covarde não pode ser só um. Se vais a Lisboa, irei contigo: dar-me-ás agasalho no teu escondedouro, e eu te ensinarei modo de passarmos a Holanda, com tua filha, sem tornarmos a Castela, onde o desprezo pode ter as consequências do ódio, e o veneno que estava para ervar a bala do duque de Bragança servir para nós. Se queres roubar a pequena à mãe, eu te ajudarei. Os estorvos que to empecerem, derrubá-los-ei. Se quiseres que eu estrangule os gritos no pescoço de Maria Isabel enquanto foges com tua filha, ninguém lhe ouvirá um soluço. Se nada quiseres de mim, ao menos dá-me em Lisboa um valhacoito donde eu possa arranjar passagem para onde quer que seja. Que mal te faz que eu vá contigo?

– Vem, meu amigo, que eu estou tão longe de to impedir, que to agradeço – respondeu Domingos Leite abraçando-o extremosamente.

Acordaram na partida para 18 de julho.

Comunicou Roque à Junta dos Fidalgos, que Domingos Leite resolvera voltar a Lisboa e matar o rei, face a face, ou à traição, consoante se lhe ocasionasse o ensejo; mas tirou a partido que ninguém se intenderia com ele sobre tal determinação, porque a sua honra se queria desligada de compromissos políticos, visto que se desafrontava a si e não a Filipe IV nem aos fidalgos de sua parcialidade.

Riram da honra do plebeu nobilitado com a comenda de Castela; mas aceitaram a cláusula como coisa de todo o ponto indifferente. A Junta chamada da Inconfidência deu dois mil cruzados ao intérprete de Domingos Leite e renovou as ordens ao marquês de Mollingen. O pai de Ângela nem desta feita nem da outra soubera que Roque da Cunha recebera dinheiro; e, porque lho via em abundância, supunha-lho de seus salários e liberalidades de D. Vicência.

No dia 18 de julho saíram de Madrid, caminho da fronteira.

Escutemos o cronista-mor do reino, fr. Francisco Brandão: «Há muito para reparar na força do destino que chamava Domingos Leite... Depois que saiu de Madrid entrou logo em desconfiança do companheiro, presumindo que o havia de entregar, como por vezes lhe disse no caminho, declarando que sonhara uma daquelas noites que ele o entregava, e se via mandar fazer em quartos; e chegou a tanto a suspeita que tinha que, uma das vezes, se pôs de joelhos diante de Roque da Cunha, e, abraçando-o pelos pés, lhe rogou encarecidamente o não quisesse entregar à justiça. Estando em Badajoz na estalagem, entrou uma menina de pouca idade, e pondo os olhos em ambos, lhes disse: *Uno de vos outros és traidor*. E apontando em particular para o Cunha, disse: *Tu tienes ojos de traidor!*... Reparou logo o Leite, nas palavras, e com o anúncio dela renovou ao companheiro a presunção que dele trazia, e continuou com a súplica de que lhe fosse fiel. Grande cegueira – prossegue Brandão – que, tendo as presunções tão vivas, não melhorasse partido, sendo-lhe fácil!..» *

Se prestamos mediana fé à perspicácia da mocinha de Badajoz que lia a traição nos olhos de Roque da Cunha, facilmente cremos que o traidor, a relanços, se temeu das suspeitas de Domingos Leite, em termos de velar as noites com medo do punhal e da cravina que o companheiro cuidadosamente aconchegava do leito.

* *Relação do assassinio intentado por Castela contra a Majestade d' el-rei D. João IV nosso Senhor, e impedido miraculosamente*. Lisboa, 1647.

Às vezes era Roque da Cunha quem se prostrava aos pés da vítima exorando-lhe que não suspeitasse de sua lealdade, ou então o repul-sasse de si como ao mais abjeto celerado. «Grandes foram as cau-telas de Cunha – confirma fr. Francisco Brandão – para assegurar bom ânimo ao companheiro, receando que lhe fugisse a presa, e não quisesse entrar em Portugal, ou depois de entrado, se voltasse para Castela sem passar a Lisboa; e não foram de menos consideração as cautelas que teve para se assegurar dele, receoso de que o matasse com as suspeitas.»*

Aquém de Badajoz saíram da estrada real; e por veredas desfre-quentadas e conhecidas de Roque, venceram grande espaço, para se desencontrarem das tropas portuguesas, em um dia e noute. No termo da violenta jornada de oitenta e cinco léguas em dez dias, o cavalo de Domingos Leite abriu dos peitos, e na aldeia, onde se albergaram, não houve modo de alugar cavalgadura. Notou Roque da Cunha ao companheiro que o persistirem ali, sem esperanças de remédio, era perder tempo, e talvez perigoso; que ele iria adiante agenciar cavalo nos Pegões, e lho enviaria, a não querer o seu amigo ir nessa diligência, e enviar-lho.

– E para que vá mais leve, e menos sujeito a que me roubem, fica tu com os meus alforges, onde estão quatro mil cruzados...– juntou Roque.

– Oh! – exclamou Domingos Leite gracejando – Ninguém dirá que vais do desterro! Parece que chegas de governar a Índia! Quatro mil cruzados?...

– Aí tos deixo como reféns...

– Mal de mim se este dinheiro fosse o abono da tua lealdade, Roque! Se tens tenção de me atraiçoar, leva-o, e atraiço-me, para que me não taxem de ladrão quando me prenderem.

Roque fez um esgar de fingida mágoa ou de terror de sua mesma ignomínia. Domingos Leite interpretou a primeira suposição, e

* *Obra citada.*

emendou as palavras duras com tocar-lhe amavelmente no rosto, dizendo-lhe:

– É brincadeira, meu homem! Vai, leva ou deixa o dinheiro, como quiseres; manda-me o cavalo, e espera por mim na Póvoa de S. Martinho, daqui cinco léguas. Levas-me de avanço apenas algumas horas, se amanhã cedo me mandares o cavalo, e ele não for aleijado. Devo lá chegar por noite, se a estrada real estiver desembaraçada de tropa; senão terei de dar grandes voltas.

Roque abriu o alforge, contou cem mil réis e disse:

– Levo comigo este dinheiro, porque talvez tenha de comprar o teu cavalo, se mo não quiserem alugar; e quem sabe se o meu também vai a terra, que ontem já o não sentia entre os acicates...

– Não deixes o dinheiro! – instou Leite Pereira.

– Já te disse que receio ser roubado. Que me faz deixá-lo ou levá-lo? Adeus, até amanhã.

Abraçaram-se. Domingos Leite olhou-o muito de fito, e disse-lhe:

– Não me vendas... visto que estás rico!

Roque saiu de arremesso, cavalgou, e esporeou a desapoderado galope, caminho dos Pegões. «Não me vendas...» dissera o desgraçado. Assiadamente escrevia depois o frade: *Há muito para reparar na força do destino que o chamava...*

Decorrera o restante daquele dia 28 de julho e parte do seguinte sem novas de Roque da Cunha. Cerca do meio dia, chegou um guia, portador de um bilhete para Domingos Leite. Dizia-lhe o fementido que, não encontrando cavalo que comprasse ou alugasse em Gaifões, passara a Rilvas, onde achara um sendeiro estropiado, que alugou para si, e lhe enviava a ele o cavalo para que a jornada lhe fosse menos enfadonha.

Domingos Leite sentiu-se cativo desta deferência; mas, apenas montou, conheceu que o cavalo estava por tanta maneira escalavrado que só muito a passo alcançaria vencer as seis léguas, que o distanciavam da Póvoa de D. Martinho, até à noute do dia seguinte.

O arrieiro que o guiava recomendou-lhe pouca espora, se queria chegar com o cavalo vivo à Póvoa.

– Não havia em Rilvas uma besta que se vendesse? – perguntou Domingos Leite.

– Havia um cavalo de comer três léguas por hora, que se vendia por trinta cruzados.

– Porque o não disseste à pessoa que te mandou com este?

– Quem me mandou foi o estalajadeiro, e nada mais sei, nem falei com essa pessoa que vosmecê diz.

O cavalo elogiado pelo arrieiro comprara-o Roque da Cunha, e nele cavalgara caminho de Lisboa, deixando tratada com o estalaja-

deiro a remessa do seu e o bilhete à aldeia onde ficara o seu companheiro.

Dizendo Domingos Leite ao criado que talvez comprasse em Rilas a cavalgadura, observou-lhe o arriero que tinha ordem de o guiar por fora dos povoados, sem saber a razão porquê.

– Andam soldados na estrada real? – perguntou Leite.

– Que eu saiba, não, senhor.

Reparou na precaução o cavaleiro; e não viu a voragem. Cada vez nos encostamos com melhor juízo ao dizer de fr. Francisco Brandão: *Há muito para reparar na força do destino que o chamava.*

Sugeriu-se-lhe de novo o pensamento da perfídia; ficou-se alguns segundos lutando com o palpite de retroceder; nada obstante, seguiu avante, dizendo entre si:

– Que pensaria de mim Roque da Cunha se está inocente nas minhas suspeitas, e eu me voltasse a Espanha com o seu dinheiro!...

Quando ele assim lidava em conjeturas que se destruíam, já Roque da Cunha estava em Lisboa, e no Paço da Ribeira. Pediu ao corregedor Pero Fernandes Monteiro, que saía da corte, o apresentasse a el-rei para negócio da maior urgência. D. João IV, ouvindo o nome do seu recente espia em Madrid, e recordando o recado de Roque da Cunha, transmitido pelo jesuíta, quanto a salvar-lhe a vida, teve grande alvoroço com a nova, e mandou-o entrar. Pôs-se em joelhos o delator, começando por implorar o perdão de seus delitos, e confessando que tivera parte em uma tentativa contra a vida de sua majestade; porém, acrescentava que se el-rei, seu senhor, lhe não perdoasse, morreria contente, levando a Deus sua alma purificada de remorsos.

Sorriu D. João IV dos remorsos de Roque da Cunha, e disse gravemente:

– Estás perdoado. Dize o que tens a dizer, e levanta-te.

Referiu Roque a tentativa de regicídio em 20 de junho, com os pormenores sabidos do leitor, e agravou o crime de Domingos Leite com a reincidência no intento que o trazia a Portugal.

Escutou-o D. João com torvo aspeto. Torturava-o a situação de Maria Isabel. Passou-lhe talvez no espírito o pensamento de encarregar o infame delator de matar, em segredo, Domingos Leite, e salvar assim a viúva e a filha da ignomínia que do alto da forca baixaria sobre elas. Mas não era Roque o homem amoldado à observância do mistério que tal ato requeria.

Mandou recolher o espia a um quarto baixo do paço, e ordenou que viessem à sua presença o fidalgo mais possante de sua corte Luís da Silva Teles, e outro não menos destemido D. Francisco de Faro e Noronha conde de Odemira. Contou-lhes o que passara com Roque da Cunha, e enviou-os a prender Domingos Leite Pereira onde o denunciante os conduzisse.

Ao mesmo tempo, ordenava a António Cavide que sem perda de tempo fizesse entrar em uma caleça Maria Isabel e sua filha, e ele mesmo as conduzisse a um mosteiro de Trás-os-Montes, à escolha do seu secretário; que nem palavra lhes dissesse a respeito de Domingos Leite, e se desculpassem com a ignorância dos motivos que el-rei tivera para dar semelhante ordem.

Maria Isabel e Ângela colhiam, ao empardecer do dia, nos canteiros do seu jardim de Alcântara, um ramilhete de flores, quando o escudeiro anunciou a chegada do secretário de estado, e a recomendação de se apressar sua senhoria a recebê-lo.

Assustou-se a dama. Sempre que este homem a procurava soavam-lhe rebates de medo no inquieto coração. Tinham-lhe dito que Cavide lisonjeava o rei, alcofando-lhe novas amantes quando o sentia fatigado das antigas. Esta seria a causa da repugnância. Ângela, essa então odiava-o de instinto, sem saber precisar aquele rancor tão desnatural em sua idade.

O estranho aspeto de Cavide incutiu maior temor em Maria Isabel.

– Minha senhora – disse ele entre melancólico e solene – ordena el-rei, meu amo e senhor, que Vossa Senhoria e sua filha se aprestem ativamente para ao romper da manhã saírem de Lisboa...

– Para onde?! – interrompeu Maria Isabel.
– Para um mosteiro na província de Trás-os-Montes.
– Mosteiro!...
– Sim, senhora minha.
– Não quero! – bradou a dama.
Sorriu-se o fidalgo, e disse:
– Quer el-rei, nosso senhor.
– Mas que fiz eu? Por que me manda el-rei para um convento?
– Ignoro. Segredos de sua majestade. Não discutamos inutilmente: é sacrilégio duvidar da prudência de sua majestade nas ordens que se dignou transmitir-lhe. Senhora D. Maria Isabel, às três horas da manhã está o meu coche à porta de vossa senhoria, e fora de portas estará a caleça que nos há de levar onde el-rei ordena. Não posso deter-me, salvo se tem ordens a dar-me...

A esposa de Domingos Leite abraçou-se na filha em pranto desfeito, ao passo que o secretário se retirava a passo majestoso, dignando-se saudar dentre o reposteiro a senhora que não o via.

Quando ela às onze horas daquela noite de 30 de julho enfardejava com as lacrimosas criadas os seus fatos e de sua filha nos baús, entrava Domingos Leite Pereira na Póvoa de D. Martinho, aquém do Tejo, três léguas distante de Lisboa.

Conforme a senha concertada, deu três pancadas na porta da estalagem com a coronha da cravina. Desceu Roque da Cunha embrulhado em um gibão e em menores, afetando sair da cama. Abriu a porta mansamente, e disse:

– Eu já não te esperava...
– Também eu cuidei que não chegaria hoje... O teu cavalo vai fazer companhia ao meu na imortalidade das cavalgadas heróicas e podres... Quem está por aqui na locanda?
– Ninguém afora um ou dois vilões desconhecidos. Dá cá as rédeas, que eu recolho o cavalo.

E dizendo, tirou pela besta, a fim de distanciar o coldre das pistolas do alcance de Domingos Leite, e servir-se delas em conjuntura apertada.

Seguia Domingos Leite o cavalo; e, no momento de entrar na cavalaria, froixamente alumiada, sentiu-se agarrado de sobresalto. Eram os braços de ferro de Luís Teles que o cingiam do peito às costas, enquanto o conde de Odemira lhe arrancava das mãos a caravina.

Leite nem levemente escabujou nas garras dos dois fidalgos. Cravou os olhos no rosto de Roque da Cunha, e disse:

– Agradeço-te esta morte, ó infame. Todo o infeliz que chegou a conhecer neste mundo um homem como tu, deve desejar morrer. Podem largar-me, que eu não lhes fujo nem lhes resisto, sr. Luís Teles e senhor conde.

Daí a momentos, à porta da estalagem chegava uma escolta de paisanos armados. Domingos Leite foi conduzido ao centro da escolta pelo conde de Odemira, que, voltado ao preso, disse:

– Se tentar fugir, sr. Leite, é espingardeado.

E com grande silêncio o levaram a Lisboa, diz o manuscrito.

Silêncio compreensível! Os dois fidalgos que, por ordem d' el-rei, o apertaram nas roscas de aço dos seus músculos, sabiam que a mulher daquele homem, inevitavelmente levado ao patíbulo, era amante de D. João IV. A sua abjeta mensagem de esbirros ainda lhes consentia que sentissem o opróbrio dela. Roque, na saga da escolta, não podemos, não poderá ninguém esgaravatar que herpes lhe mordiam a consciência. Homens assim nem o Criador sabe decifrar o enigma que eles são. Querem que Deus deva saber o que fez. Saberá. Domingos Leite era o único do préstito sinistro que levava o rosto nobremente erguido, e parecia olhar para o céu pedindo às estrelas a luz da fé, para que na morte lhe não faltasse a esperança de outra existência.

Entrou em Lisboa na madrugada de 31 de julho. Levaram-no ao palácio do conde de Odemira, onde respondeu ao primeiro interrogatório com a altivez nunca vista em réu. Confessou tudo, sem nunca balbuciar o nome da mulher. Matava el-rei, disse ele, em desagravo da sua honra.

Nem um instante de quebranto, de pavor ou de súplica! *Entrou na casa do conde de Odemira*, diz o doutor fr. Francisco Brandão no opúsculo referido, *com um desafogo tal que parecia mais alivi-trista dos contrabandos d' el-rei D. João que cúmplice dos maiores servidores do rei de Castela. Com esta mesma segurança de ânimo se portou em todos os mais lanços em que foi examinado; tendo só de bem confirmar sempre na confissão com o companheiro que o deu à prisão, e com a primeira confissão que uma vez lhe ouviram; de maneira que correndo por todo o exame e rigor das interrogações que o direito dispõe não faltou nunca na mesma retificação de quanto sem as maiores violências havia confessado; imperfeita virtude no maior defeito!*

Em um desses interrogatórios, *sem as maiores violências* (quer dizer que a tortura não foi das mais requintadas), fizeram-lhe esta pergunta:

– Porque não atiraste a el-rei, tendo a escopeta apontada sobre o sagrado corpo de sua majestade?

– Porque tive uma visão santíssima: foi a mão de um anjo do céu, que me levou para si os olhos e a alma.

Desta resposta formaram os fantasistas da história uma parvoicada de auréolas luzentíssimas que esconderam aos olhos do regicida o etéreo corpo de D. João de Bragança.

Transferido da casa do conde para o segredo do Limoeiro, divulgou-se em Lisboa a notícia.

As turbas correram à porta do cárcere pedindo que lhe entregassem Domingos Leite Pereira para o espedaçarem. Acudiram os ministros clamando ao povo que o preso era apenas réu de morte na pessoa do padre Luís da Silveira, e conseguiram debandar a chusma dos carrascos voluntários, ébrios de civismo.

Bernardo, quando soube da captura de seu amo, abordoou-se ao cajado de peregrino, e foi caminho de Guimarães dizer a António Leite que seu filho morria em desafronta de sua honra.

Ao fim de 16 dias de prisão, Domingos Leite foi sentenciado.

Eis a sentença integralmente trasladada da original, e publicada em 1833 pelo desembargador Gouveia Pinto: *

SENTENÇA²⁶

Que se proferiu contra Domingos Leite Pereira Escrivão da Correição do Cível da Corte, por querer atreçadamente matar a el-rei o Senhor D. João o IV.

Acordam em Relação etc. Visto estes Autos, que pela calidade, e detestação do caso, prova dele se fizeram sumários.

Mostra-se que o Réu *Domingos Leite Pereira*, sendo natural deste Reino, e Proprietário do Ofício de Escrivão do Cível da Corte, se passou dele para o de Castela no ano passado, a título de um seu homezio, e estando em Madrid, foi nele despachado com o Hábito de Cristo, e outras mercês, e dali com ordem de certos Ministros de El-Rei de Castela foi mandado a este Reino para matar a El-Rei Nosso Senhor, dando-lhe para este efeito quatrocentos escudos e uma espingarda com quartos, e um pelouro e dous vasos de peçonha para os poder ervar, e cartas do mesmo Rei de Castela para o Marquês de Molenguem, Governador das Armas da Cidade de Badajoz, o deixar passar livremente.

Mostra-se que vindo o Réu com ânimo de efetuar o sobredito, chegou a esta Cidade com outro companheiro em seis do Mês de Maio do ano presente aonde andou escondido té os vinte dias do Mês de Junho, dia da Procissão geral do *Corpo de Deus*, em que determinava dar à execução o seu danado, e abominado intento, para cujo efeito, por meio do dito seu companheiro alugou três moradas de casas no princípio da Rua dos Torneiros, por onde havia de passar a dita Procissão, e nela acompanhando o dito Senhor, na forma costumada²⁷ pelos Senhores Reis deste Reino, com tal apercebimento

* Ao meu erudito amigo, o sr. Inocêncio Francisco da Silva, devo o favor do traslado, cuja ortografia se transcreve fielmente.

que uma das ditas casas ficassem com a dita porta para outra rua diferente por onde facilmente, depois do caso feito pudesse escapar sem ser tomado, rompendo com uma alavanca de ferro as ditas três moradas de casas, para mais fácil expedição da sua fugida.

Mostra-se que no dito dia da Procissão ao tempo que o dito Senhor chegou à dita rua, e casas, e o Réu com a mesma resolução, e deliberação do ânimo, o estava esperando em um buraco, que para o mesmo efeito abriu nas ditas casas, com a dita espingarda nas mãos carregada dos ditos doze quartos, e um pelouro ervado com a dita peçonha, e tanto que a Real Pessoa do dito Senhor,²⁸ ele mesmo confessa, que se lhe representou uma *Superior Majestade do Céu*, que lhe fez cair das mãos a dita espingarda sem poder executar o intento, que de antes tinha, e no mesmo dia se saiu desfarçado das ditas casas, deixando nelas a dita espingarda, e alavanca, e vasos de peçonha, e se foi ao postigo de Nossa Senhora da Graça aonde o dito seu companheiro o estava aguardando com dous cavalos, que já ali tinha preparados para sua fugida, e neles se tornaram ambos para Madrid.

Mostra-se que aí se tornou o Réu a ver com os mesmos Ministros de Castela, que o haviam mandado dando-lhe outras desculpas de não efetuar o prometido por sua parte, e eles aceitando-lhas o tornaram a mandar ao mesmo efeito, com os mesmos passaportes, e promessas de avengejadas mercês, dando-lhe mais dous mil cruzados em dinheiro; e partindo o Réu com o mesmo intento, e deliberação, e o dito seu companheiro, o mandou diante a esta Cidade a buscar casas aonde se pudessem agasalhar, e que o fosse esperar ao Lugar da Póvoa de D. Martinho, para que ambos pudessem entrar mais escondidos na Cidade.

Mostra-se que o companheiro do dito Réu, usando de melhor conselho *revelou tudo aos sobreditos Ministros da Justiça*, do dito Senhor em os trinta e um dias do mês de Julho, em que o Réu chegou ao dito lugar da Póvoa, o entregou nela à prisão, e o Réu no mesmo dia fez inteira e plenária confissão do seu danado e deliberrado intento, contestando em tudo o acima referido; e que fazendo-se diligência, e vistoria nas ditas casas se acharam furadas, na forma

referida, e nelas os dois vasos de peçonha, escondidos no próprio lugar, que o Réu declarou, um deles ainda cheio, outro já diminuto, pelo que ele havia tirado, para ervar os ditos quartos e pelouro.

Não mostra o Réu por sua parte descarga alguma em sua defesa, sendo-lhe dado vista, e Procurador para alegar de sua justiça e direito.

O que tudo Visto, e o mais dos Autos, disposição de direito em tal caso, declaram ao dito Réu, por traidor aleivoso, parrecida, assassino, e haver incorrido no detestável crime de Lesa Majestade de primeira cabeça, e como a tal o condenam, e mandam, que com barço, e pregão pelas ruas públicas, e costumadas seja levado a rasto à forca, aonde sendo-lhe primeiro decepadas as mãos no Pelourinho morra enforcado de morte cruel, e o seu corpo seja posto em uma fogueira e nela feito em pó, e em cinza, para que dele não fique memória; e o condenam outro sim em perdimento de seus bens para o Fisco, e Câmara Real, e que seus descendentes hajam as penas, que por direito lhes são impostas: e esta Sentença se não publicará sem primeiro se dar conta ao dito Senhor, na forma de suas ordens: e pague o R. os Autos. Lisboa 12 de Agosto de 1647.– Marcham, Monteiro, Beja, Marz.º, Estácio, Porto.

Ao alvorejar da manhã de 21 de agosto de 1647, saiu o regicida do oratório, onde permaneceu tranquilo, já orando, já conversando afetuosa e cristãmente com o sacerdote. Se algumas vezes orava com fervor de lágrimas, e o padre lhe asseverava que nosso senhor Jesus Cristo, pai de misericórdias, lhe perdoava, o padecente respondia que estava pedindo a Deus lhe tirasse deste mundo uma filha que tinha, e cá ficava sob o peso da ignomínia de seu pai.

Apontava o sol, quando os algozes entraram²⁹ no recinto a tosquiar-lhe a cabeça, a vestir-lhe a alva, e enroscar-lhe no pescoço e cintura a corda por onde haviam arrastá-lo. Levado, à beira do padre, até ao átrio do Limoeiro, aí mandaram-o estender-se sobre um esteirão, ao qual apressilharam as cordas da garganta e da cinta, de jeito que, ao repuxá-las, o não molestassem de modo que a vida perigasse.

As ruas desbordavam de povo que ululava gritos de cólera, e premia os flancos da escolta.

Chegado ao pelourinho, mandaram-no erguer, conduziram-no pela corda a um patamar de tabuado, no centro do qual estava um cepo de madeira escura pintalgado ainda do sangue dos conjurados de 1641 e de Francisco de Lucena. Domingos Leite estendeu os braços no cepo, e o carrasco decepou-lhe as mãos de dois golpes. A força da Ribeira hasteava-se a distância de duzentos passos. Do pelourinho ao patíbulo o supliciado revelou enormes dores nos estorcimentos dos braços que jorravam sangue em jatos fumegantes. O frade da agonia, lavado em lágrimas, murmurava-lhe tudo que o homem pode dizer em honra de Deus e esperanças do céu.

Chegou o instante da piedade humana: o carrasco, balouçando-se-lhe nas espáduas, quando o corpo se inteiriçava pendente do triângulo, fez um gesto significativo de ter cumprido a justiça d' el-rei D. João IV.

Faltava ainda o complemento da sentença.

O verdugo cortou a corda. O cadáver baqueou no tablado. E logo dois ajudantes do executor o esquartejaram em quatro partes que encravaram com cavilhas de ferro em uns altos postes arvorados em quatro pontos da cidade, os quais aí estiveram expostos até que a podridão aconselhou o queimá-los, e arrojá-los ao Tejo.

Assim acabou Domingos Leite Pereira, o mancebo ardente que se devotara ao duque de Bragança com patriótico desprezo da vida, e o marido brioso, que respeitara em si o esposo traído, e odiara no rei o adúltero infamador de sua honra.

CONCLUSÃO

Pelo que é de Domingos Leite Pereira está tudo concluído.

Mas a narrativa não pode parar aqui.

Ficam-lhe no mundo a filha, a esposa, o pai... e o traidor.

Oh! Roque da Cunha viu aquela tragédia, viu a cabeça esquálida no poste da Rua dos Torneiros, e ficou debaixo do céu, para onde o frade apontava com o Cristo, quando o padecente tiritava nas horrentes dores da mutilação!...

Vamos rastrear os destinos de Ângela, visto que a Providência a não levou desta vida, quando o padecente lho rogava no oratório. E, se no rastro escuro ou luminoso da amada e inocente criatura, resvalarmos aos lodaçais, pode ser que lá topemos os personagens repugnantes de cujo destino o leitor nos pede conta.

O livro há de chamar-se *A Filha do Regicida*. [NOTA FINAL]

FIM

NOTAS³⁰

[NOTA 1]

Diogo de Alvarado foi grande tangedor de *tecla*, que é o mesmo que de *órgão*. Viveu longa vida e conservou sempre a mesma destreza e agilidade no tanger daquele instrumento. Quarenta e três anos exerceu o ofício na capela real no tempo dos Filipes, e ainda três no reinado de D. João IV. Está sepultado na igreja de Nossa Senhora dos Mártires, onde tem este epitáfio: *Sepultura de Diogo de Alvarado tangedor de tecla na capela real 43 anos, e de sua mulher, o qual faleceu em 12 de fevereiro de 1643. «Memórias (inéditas) de Diogo de Paiva de Andrade»*. Estas *Memórias* referem-se à antiga igreja arrasada pelo terremoto de 1755. Deste músico não encontramos outra notícia, nem dele a teve o cardeal patriarca D. frei Francisco de S. Luís na *Lista de Alguns Artistas Portugueses* (Lisboa, 1839).

A referência que acima se faz a *Guerreiro*, intende com o padre português Francisco Guerreiro, mestre da capela da santa igreja de Sevilha, o qual, como ele mesmo refere no seu *Itinerário da Terra Santa*, estando em Veneza por agosto de 1588, aí mandara imprimir os seus livros de música.

[NOTA 2]

Esta novidade da morte de Bernardim Ribeiro Pacheco, a tiro, na rua Nova, deparou-no-la um manuscrito que possuímos intitulado *Memórias Coligidas por Diogo de Paiva de Andrade*. Destes nomes e

apelidos houve tio e sobrinho. O primeiro foi grande teólogo e mui sisudo padre, que de certo não forragearia os escândalos que enxameam nas *Memórias*. O sobrinho, mais mundanal, e autor do *Casamento Perfeito*, seria o coletor de biografias, um tanto airadas, entre as que está a do amador da infanta Beatriz. Diogo de Paiva nasceu em 1576 e morreu em 1660.

[NOTA 3]

Memórias citadas. Concordam com a suposição de Manuel Faria e Sousa nos *Comentários às Rimas* de Luís de Camões, e nomeadamente à *Canção VII* e ao *Soneto LXXVII*.

[NOTA 4]

O fidalgo, que assim ameaçou brutalmente uma senhora, foi D. Carlos de Noronha. Este sujeito havia sido estrênuo cortesão da corte de Madrid, e recompensado por Filipe III largamente; porém, como pedisse uma graça que o rei lhe não concedeu, voltou agravado para Portugal, e inscreveu-se entre os conjurados com arrebatado patriotismo. Como a cobiça fosse o estímulo mais enérgico dos seus atos, curou de se enriquecer, litigando a posse dos bens a quem os tinha. Questionou a casa de Linhares a D. Miguel de Noronha, e perdeu a demanda (Veja-se a *História Genealógica da Casa Real*, t. 5.º, página 270). Em seguida, como o marquês de Vila Real fosse degolado, demandou a coroa sobre a sucessão da casa do sentenciado: perdeu a demanda (Veja-se a *História Genealógica da Casa Real*, t. 2.º l. 3.º, página 521). Como lhe não rendesse nada o vampirizar nos cadáveres dos justicados, fez uns *Estatutos da Ordem de Avis* em que constituiu visitador geral das ordens militares de Portugal o presidente da Mesa da Consciência. Ora, como ele foi toda a sua vida presidente da referida Mesa, e pelo conseguinte visitador vitalício, arranjou por este engenhoso meio traças de se locupletar, pondo em almoeda as suas concessões. Eis aqui um dos noventa heróis de 1640! Quem os quiser contar leia a *História da Aclamação* etc., por Roque Pereira Lobo.

[NOTA 5]

Pedro Barbosa foi assassinado em 1621, quando recolhia da Relação para sua casa, que era um palácio na Ribeira. Este palácio, depois de 1640, passou a um dos conjurados, de apelido *Noronha*, e era dos marqueses de Angeja, quando o terremoto de 1755 o aluiu. Pedro Barbosa de Luna era de Viana do Minho.

[NOTA 6]

O receio de que nos arguam de injusto nesta apreciação do fundador da dinastia bragantina, obriga-nos a dar cópia exata de um autógrafo, que possuímos, de D. João IV: são os apontamentos que o rei deu a Pedro Vieira da Silva como bases do seu testamento. Quem leu o *Testamento d'el-rei D. João IV* no tomo IV das *Provas da História Genealógica da Casa Real* por D. António Caetano de Sousa, página 764 e seguintes, e o reputou da lavra do monarca, tem razão, se formar bom conceito da inteligência do testador; quem porém vir os traços fundamentais desse documento, duvidará que ele haja sido o autor do livro de música. Aqui está o traslado textual do testamento escrito do punho de D. João IV³¹:

«Jesus Maria a quem encomendo minha alma, nomeio primeiramente por herdeiro de meus Reinos, e Senhorios ao Príncipe D. Afonso meu filho, como a quem directamente pertencem e porque ele se acha em menor idade declaro por Regente de meus Reinos e tutora de meus filhos a Rainha minha sobre todas prezada mulher; e porque ela pode morrer ainda durante a menor idade de meu filho, em tal caso poderá nomear os Tutores ou Tutor Governador ou governadores para meus filhos e estes Reinos e Senhorios, pelo conhecimento que tem deles e de meus vassallos e porquanto fio dela e de sua prudência e do amor que me tem que de tudo o que a entregar fará o que eu fizera, por ela a nomeio por minha testamenteira e que faça pela minha alma tudo quanto a ela lhe parecer que me convém.

«Ordeno que meu corpo seja enterrado no convento de S. Vicente de Fora para onde se tresladaram os ossos de meu filho o Príncipe D. Teodósio e os de minha filha a Infanta D. Joana para o que se farão sepulturas decentes e no dito convento se dirão quatro missas cotidianas, duas pela minha alma e duas pelo Príncipe e Infanta.

«Deixo que os meus bens livres se repartam por meus filhos conforme a cada um tocar e peço ao Príncipe lhe conserve as doações que tenho feito, e espero dele o faça e lhe acrescente outras, visto que eu por não defraudar o património Real lhas dei tão limitadas. Deixo a minha terça ao Príncipe mui sobre todos prezado filho e que dela se tirem vinte mil cruzados que a Rainha minha testamenteira repartirá em obras pias, casando orfas e donzelas e dando esmolos a viúvas e pobres e porque destes há muitos que são meus criados mando que sejam preferidos, e porque António Cabide tem de todos inteiro conhecimento a Rainha se informará dele para saber quais são os mais beneméritos e três nomeadamente cujos nomes dirá o meu confessor.

«De António Cabide tenho inteira satisfação pelo modo e zelo com que sempre me serviu e assim peço à Rainha se queira servir dele no mesmo modo com que eu me servia, porque fio dele o fará com toda a satisfação, e porque muitos tempos correu com toda a minha fazenda e me deu dela inteira conta o dou por quite e livre e que este lhe sirva de quitação. Declaro que tenho uma filha por nome D. Maria de uma mulher Limpa que está no convento de Carnide a quem deixo a comenda maior de Santiago para a formatura da qual tenho passado decretos à mesa da Consciência e ordens e se impetraram do Papa os breves necessários, e assim mais as vilas de Torres Vedras, Colares, e os lugares de Azinhaga, e Car-taxo, que logo os faço vilas com jurisdição à parte com todas suas doações de juro, e herdade sempre sujeitas a Lei mental, e porque nestas doações pode haver ao diante dúvida alguma

mando ao Príncipe meu filho lhas satisfaça enquanto equivalente, e cinquenta mil cruzados para pôr sua casa. E porque no modo e Estado que ela houver de tomar tive alguns intentos, de que tudo sabe António Cabide, peço à Rainha, informada dele, siga minha mesma vontade.* Tenho tratado casar minha filha D. Caterina com El Rei de França por assim mo haverem pedido Menistros daquela coroa, e porque de todos estes negócios sabe a Rainha lhe peço siga neles meus próprios intentos.

«A António Cabide dava todos os anos a título de certo serviço meu das Rendas da casa de Bragança dous mil cruzados, a D. Maria minha filha mando se lhe dem na mesma forma até tomar estado.

«Tenho satisfeito os testamentos de meus Avós principalmente tudo o que meu Senhor e Pai mandou e porque ao Morgado da Cruz conforme sua mesma instituição devo acrescentar Vinte mil cruzados de renda mando que dos meus bens se acrescentem.

«Os Reis mais que os outros homens devem dar ao mundo razão de suas acções. E assim digo que me restituí a estes Reinos, e Senhorios por entender o devia fazer em consciência por livrar a meus vassallos do domínio, e violência estrangeira e esta razão me obrigou a fazer uma cousa que poderia ser contra meu natural. A Justiça e a observância dela conserva

* O sr. António Augusto Teixeira de Vascellos, escritor tão elegante quanto vernáculo, no seu estimável livro intitulado: LES CONTEMPORAINS, etc. a pág. 549 nos dá noticia de outro filho bastardo de D. João IV, nos seguintes termos: *Un document officiel passé par le Rei d'Armas Portugal à la famille des Braganças de Cette, gentilshommes de la province du Minho, pour leur permettre de porter les armoiries du duc D. Alphonse I., donne à Jean IV un autre fils illegitime, non reconnu, appelé Alphonse Fayão, qui fut curé (abbade) de Baltar. Nous avons lu ce document qui constate l'origine de cette famille, la seule en Portugal qui porte le nom de Bragançe. Le dernier descendant est M. Emmanuel Leite de Bragança Correia. Sousa dans l'histoire de la maison royale ne fait point mention de ce fils de Jean IV; mais le document officiel est positif à cet égard.*

Até aqui o nosso eminente escritor António Augusto Teixeira de Vascellos.

O representante desse filho ilegítimo de D. João IV, o sr. Manuel Leite de Bragança Correia, é atualmente... administrador do correio de Felgueiras. Não nos parece que esteja dignamente collocado este fidalgo tão consanguíneo do sr. D. Luís I. Aviso aos seus reais parentes. A direção do correio de Felgueiras deve render 480 réis por dia.

as Monarquias mais que as armas e assim encomendo ao Príncipe meu filho siga nesta matéria inviolavelmente esta acção.

«De todos meus criados tenho inteira satisfação por me haverem servido com lealdade, zelo, e trabalho principalmente os oficiais de minha casa, Mordo mor (Mordomo-mor) Estrebeiro mor, capelão mor, Porteiro mor, e os mais, que aqui hei por expressos, e declarados, e peço ao Príncipe meu filho se sirva deles porque o farão como eu sempre experementei. O conde Camareiro mor do meu conselho de Estado me tem servido nesta doença como nas mais com todo cuidado e trabalho, assim mando ao Príncipe meu filho lhe faça toda a honra e Estimação que mereceu e mando se lhe entregue mil cruzados para repartir com os Moços da câmara que me servirão nesta doença. Declaro que governei este Reino com toda a Justiça conforme entendi e se errei em alguma de minhas acções como homem fui sempre cuidadoso qual era o melhor que se devia obrar.

«Tenho declarado à Rainha um pessoa para Aio do Príncipe que ela nomeará quando lhe parecer.

«Tenho muitos papéis tocantes ao governo deste Reino, e conhecimento de meus vassallos que podem servir à Rainha e ao Príncipe e porque da publicação deles pode resultar prejuízo a muitas pessoas mando que o Bispo meu confessor e António Cabide façam inventário deles, e os entreguem a Rainha.

«Fui muito curioso da minha livraria da música, e assim para que se conserve lhe deixo corenta mil réis todos os anos para fábrica, e mando que esteja sempre na casa em que está, e que se empetre um breve do Papa com excomunhão reservada para que se não treslade, digo, tire dela Livro nem papel nem se treslade, e nomeio para Bibliotecário dela a António Barbosa com sessenta mil réis de ordenado, e por Ajudante a Domingos do Vale seu irmão, e faltando estas pessoas se irão nomeando

outras para sempre estes cento e corenta mil réis (que) fará a Rainha logo assentar no melhor parado da minha fazenda, declarando se não tire nunca das rendas da capela.

«A minha capela mando se acabe do mesmo modo que eu tinha ordenado com Santuário, Retábulo e sacrário e porque António Cabide sabe o modo com que eu queria isto o deixo por superintendente desta obra.

«Tenho mandado a Holanda empremer as obras de João Soares Rabelo da qual Impressão lhe faço mercê reservando para a minha Livraria vinte Livros e os outros espalhará por Itália e Castela.*

«E como na observância da Justiça consiste a conservação do Reino declaro que os Governadores das armas não terão nas Justiças mais jurisdição que a que tem os capitães de África.

«*Fim do testamento.*»

Quem estiver de pachorra confronte este modelo de supina ignorância dos rudimentos da arte de escrever, com o estilo garrafal e engalanado do secretário de estado Pedro Vieira da Silva. E depois, se puder, acredite em D. António Caetano de Sousa (*Hist. Genealóg. da Casa Real*, tomo VII, pág. 240) quando lhe diz que D. João IV ditara a António Cavide a maior parte ou todas as *Relações* anónimas das campanhas entre Espanha e Portugal, impressas entre 1641 e 1643, com o fim de *ter contentes os ânimos dos seus vassallos, e satisfeitos com os bons sucessos de suas armas*. O linhagista da casa de Bragança não satisfaz o seu encarecimento servil com menos de inventar um literato no fragueiro monteador de veados em Vila Viçosa.

Convém notar que o redator do testamento procedeu sensatamente expungindo dos régios apontamentos a cláusula de impetrar do papa excomunhão para quem trasladasse algum livro da biblio-

* Tinha escrito, antes de Itália, França, que riscou.

teca da música. Vilão espírito e rancorosa alma que ainda almejavam sobreviver-se no túmulo! Dessa estupenda biblioteca, no dia 1 de setembro³² de 1755, não deixou o terramoto sequer um livro!

O autógrafo de D. João IV, aqui trasladado, pertenceu à livraria do ministro de estado Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas.

[NOTA 7]

Remexendo com infatigável curiosidade o arquivo das memórias que há vinte anos vamos colegindo acerca de filhas de bispos e outros coitos danados, encontramos um apontamento que dilucida a obscuridade do manuscrito, e nos declara a ascendência da menina rejeitada por Domingos Leite Pereira. É o seguinte caso, salva melhor interpretação:

O infante D. Fernando, pai de el-rei D. Manuel, teve uma filha bastarda que se chamou Leonor. A rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e meia irmã daquela menina, levou-a para o paço, e educou-a com esmero e carinho de irmã. Saiu a dama muito namorada e desatinada, com imenso dissabor da rainha, que a repreendeu repetidas vezes inutilmente. Até que um dia, estando a corte em Santarém, a irmã colheu a bastarda de sobressalto galanteando da janela para a rua um cavaleiro que deu de esporas ao pressentir a rainha. Travou-se alteração rija entre as duas Leonores, rompendo a bastarda no excesso de reguingar que havia de casar-se com quem muito lhe quadrasse. «Isso não! – replicou a mulher de D. João II – há de casar com quem eu muito bem quiser; e há de ser com o primeiro homem que passar na rua, se for solteiro.» Neste lance, apontou na extrema da rua um homem ordinário, de nome Álvaro Fernandes, correiro de officio. Chamou-o a rainha, deu-lhe um dote, e ordenou ao capelão que os casasse. Tiveram filhos. O padre Jerónimo Fernandes, de Santarém, era bisneto da tal casquilha, filha do infante D. Fernando, e irmã d'el-rei D. Manuel, e também por tanto bisneto do tal Fernandes correiro. O padre alegou e provou a Filipe II que era terceiro neto do infante D. Fernando, e obteve a mitra do Funchal. Este devia ser avô da noiva rejeitada.

[NOTA 8]

A Rua dos Tanoeiros ou Tanoaria principiava ao pé do paço da Corte Real, e seguia até ao Arco do Ouro junto ao Terreiro do Paço. Nesta rua se arruavam os tanoeiros em 1318, em numero de quinze. Quanto ao *Santo António de Frei Bartolomeu dos Mártires*, sabe-se o seguinte para explicar o texto: em casa humilde nasceu nesta rua o venerável arcebispo de Braga frei Bartolomeu dos Mártires; e na fachada da casa onde nasceu, ainda antes de 1755 havia um nicho com a imagem de Santo António que o arcebispo, quando estudantinho, fizera com um canivete. Este santo António era festejado todos os anos à custa dos devotos da rua, e conservou sempre lampadário aceso, de noite e dia porque toda a freguesia dos Mártires se apegava com o milagroso santo nas suas necessidades.

[NOTA 9]

É notável este fato omitido pelos historiadores, esquecido na tradição, e consignado nas *Memorias* coligidas por *Diogo de Paiva de Andrade*. «D. Rodrigo da Câmara, terceiro conde de Vila Franca, foi preso por culpas de sedomia na inquisição de Lisboa, sendo inquisidor-geral o bispo da Guarda D. Francisco de Castro. Não faltou quem dissesse que a soberba de um ministro daquele tribunal o culpara ao conde sem causa; porque tratando o conde de amores uma parenta do dito ministro, este o avisara que casasse com ela; e, tendo em resposta que só para amiga lhe podia servir, lhe castigara o dito com um testemunho. Houve votos de que saísse publicamente na procissão do *Auto da Fé*; porém, o príncipe D. Teodósio embarçou isto dizendo a D. Francisco de Castro que, se não mudasse de propósito, deitaria fogo à Inquisição; do que, sentido o bispo, se travaram de razões, e estas se atearam por maneira que o príncipe lhe deu de bofetadas. O certo é que o conde não veio a público, e saiu em ato particular na sala da Inquisição. Disse-se que o príncipe era muito avesso às baixas manhas do inquisidor, e não aprovava que el-rei seu pai honrasse com a prelazia o denunciador dos maus portugueses que padeceram em 1641.»

Deste príncipe D. Teodósio que dava bofetadas no inquisidor-geral formou o nosso amigo Pinheiro Chagas, na sua valiosíssima *História de Portugal* (tomo VI, página 110), conceito muito mais ameno, quando escreveu: «mancebo ascético, melancólico e fanático... dirigindo os seus estudos em sentido místico, etc.» Se Diogo de Paiva não desfazia no génio pacífico do primogénito de D. João IV, a cara do inquisidor-geral, bispo da Guarda, protesta contra o ascético fanatismo do príncipe; e já o arcebispo de Lisboa protestaria também quando o futuro rei lhe fez chacota da magreza, dizendo-lhe que só *um embalsamado podia trazer-lhe a notícia de que ele seria príncipe do outro mundo*, referindo-se ao Brasil. Era mais *calemburista* que asceta o irmão de Afonso VI, quer-nos parecer.

[NOTA 10]

O palácio dos duques de Aveiro que também foram depois marqueses de Gouveia, foi mandado em 1758 arrasar em Belém em seguimento ao suplício de D. José Mascarenhas. O marquês D. Manrique da Silva, cujo secretário foi Domingos Leite, era quarto avô do último duque de Aveiro, e habitou o palácio de Pedroços, no local onde ainda hoje se vê afogado em casinholas um padrão comemorativo do delito.

[NOTA 11]

«D. Maria de Castelo Branco, filha de D. João de Castelo Branco, alcaide-mor da vila de seu apelido, casou com Fernão Cabral, alcaide-mor de Belmonte. Apaixonou-se esta dama por um clérigo com tanta loucura, que trocou em ódio o amor conjugal, e persuadiu o dito clérigo que lhe matasse o marido. Descobriu-se o crime e a aleivosa, e por ele foi sentenciada a morrer morte natural por justiça sem lhe valer a grandeza do nascimento, nem a valia de seus muitos e ilustres parentes» *Memórias de Diogo de Paiva de Andrade*.

Não marca Diogo de Paiva o tempo deste sucesso; mas conjecturamo-lo no meado do século xv, reinando D. João II. Este Fernão Cabral, que levou a mulher ao patíbulo, era quinto neto de Álvaro

Gil Cabral, que el-rei D. João I fizera alcaide-mor de Azurara. Computando o lapso das gerações poderão os curiosos, favorecidos por algum linhagista menos indulgente, determinar a época da tragédia. D. Maria era neta do almirante Nuno Vaz Castelo Branco, e bisneta por sua avó paterna de Micer Antão Pessanha, almirante, que viveu no começo do reinado de D. Afonso V. De um dos filhos desta senhora decapitada procedeu Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brasil.

[NOTA 12]

Estas miudezas do meu ms. são corroboradas com a seguinte notícia extratada das *Memórias de Diogo de Paiva de Andrade*: «Vicência Correia, chamada depois *Dona* Vicência, foi filha de uma grande alcaiota e bêbeda, chamada Bárbara, que morou na Rua dos Cabides em Lisboa, reinando el-rei D. Sebastião, e tão perita no seu ofício que o exercitava com destreza esquisita. Os seus primeiros anos passou bem divertida por indústria da mãe e habilidade própria, e vivendo de mancebia com um fulano Cunha, teve dele um filho chamado Roque, e doutro fulano Pereira teve uma filha chamada Mariana. Mudou depois de amórios com Francisco Leitão, com o qual casou; e este fazia tanta estimação da sogra, da mulher e da enteada, que todos viviam juntos, comiam à mesma mesa; e morrendo a enteada, que quis casar com o porteiro que então era do Juízo de Índia e Mina e ele não quis, tomou luto público. Servia neste tempo Francisco Leitão de Juiz de Índia e Mina. Foi depois (por valias, e não por merecimentos, por ser homem de poucas letras, falta de honra e atraído) fidalgo da casa real, cavaleiro da Ordem de Cristo, desembargador do Paço, do Conselho de Portugal em Madrid, e lá teve grandes estimações, e a mulher, que era visitada dos grandes e senhores da corte. E da mesma sorte o foi neste reino, onde o nosso D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, bem conhecido pela sua literatura, visitava D. Vicência, e a presenteava.»

Acho notícia deste marido de D. Vicência em um dos papéis que apareceram em Madrid, por 1637, assinados pelo *Manuelinho de*

Évora, que simbolizava o espírito revolucionário de Portugal. Como peça desconhecida, extraímos o mais curioso dela. É uma sátira intitulada *Quadras que se Mandaram a S. Majestade para uma Sala do Bom Retiro*. Figuram Filipe IV, as damas da corte, Diogo Soares, Miguel de Vasconcelos, Francisco Leitão,* o conde do Prado e Tomás Dibio, o marquês de la Puebla, D. Jorge Mascarenhas, D. António de Ataíde, Matias de Albuquerque e o conde da Vidigueira. Aqui se deparam ao leitor alguns nomes e apelidos que, rodados poucos anos, realçam em Portugal pela sua dedicação.

Diogo Soares tem um livro na mão com esta letra:

*Este livro ensina os modos
De roubar os povos todos.*

Miguel de Vasconcelos revê-se em uma taça de vinho com esta letra:

*Nos bofes fel e vergonha;
E em ser ladrão atrevido
Saí a meu pai cuspidor.*

Vai Francisco Leitão com esta letra:

*Nasci de quem nasci,
Casei com quem casei,
E o prazo renovei.*

E à margem: *Filius meretricis*.

Vai o conde do Prado e diz este mote:

*A missa ouço em S. Roque,
Beijo o chão antes que acabe,
A tenção só Deus a sabe.*

* Não se confunda com Francisco de Andrade Leitão, desembargador do Paço, que fez o discurso da aclamação de D. João IV.

Tomás Dibio glosa-lhe o mote:

*As palavras são de um santo;
Mas as obras joeiradas
São malícias refinadas.*

O marquês de la Puebla é pintado a espreitar por uma porta com este mote:

*Desterrado y ocioso,
Miro solo la destresa
Con que hurta su Altesa.*

E diz D. Jorge de Mascarenhas:

*Com capa de zelo vosso
Muito dinheiro ajuntei,
Sem ele e sem vós fiquei*

Matias de Albuquerque, Jorge de Ataíde, e o conde da Vidigueira, em camisa com uma vela na mão, tem esta letra de D. António:

*Mentir, calar, e fingir
Verbos de que tenho usado
Me puseram neste estado.*

O mote de Matias de Albuquerque diz:

*Sem tiro e golpe de espada
a Pernambuco larguei,
são e rico me fiquei.*

Mote do conde de Vidigueira:

*Estes como eu fugiram,
e escaparam por tais modos,
que eu vim a pagar por todos.*

Diz o bispo do Porto:

*Sou de geração humilde;
Mas mui sagaz e astuto
Com duas pedras de p...*

Tem ementa à margem da trova, cuja última palavra é um *calem-burgo* que finge estar no tempo presente, modo indicativo do verbo *deputar*. Diz a glosa: *Este bispo, neste ano, fez tudo aquilo que quis, pondo e dispondo à sua vontade.*

Em livro mais de molde a demoradas exumações históricas, darei ao leitor curiosa e ampliada notícia deste prelado, definido pelo *Manuelinho* de Évora.

A nota, que já se vai delongando, não é desprecienda como amostra do género tão falado como desconhecido que usaram os fermentadores da restauração, a despeito da espionagem que rastreava os audacíssimos secretários do *Manuelinho*.

[NOTA 13]

Provavelmente, neste ano de 1647, já Filipe IV e os seus ministros conheciam o tímido ânimo do rei de Portugal, que mais covardemente se manifestou em 1650, depois da paz de Vestefália. Neste ano, pois, encarregou D. João IV o padre António Vieira de negociar desde Roma o casamento do príncipe D. Teodósio com a infanta de Espanha, dando esse enlace como caução única e segura à fusão ibérica; porquanto, não tendo Filipe IV filho varão, àquele tempo, sucediam no trono de Portugal o príncipe português e a princesa espanhola; acontecendo, porém, a superveniência de filho varão, reinariam em distintos reinos, com aliança ofensiva e defensiva. Além disso, dado que o rei de Espanha teimasse em negar a legitimidade de D. João IV, este abdicaria no filho e na infanta. O padre Vieira tratou o negócio com os jesuítas castelhanos, em Roma, ressaltando que Lisboa se constituísse a capital dos dois reinos fundidos em uma monarquia grandiosa. A proposta abjeta foi desprezada em Madrid. D. João IV, dando assim o pulso ao exame do poderoso inimigo, revelava quão

depauperado lhe girava o sangue nas veias. E pelo que respeita ao jesuíta medianeiro de tamanha protérvia, teve de fugir de Roma onde o espiavam os sicários do embaixador espanhol. Judiciosamente escreve o sr. Manuel Pinheiro Chagas, relatando os pormenores deste vilipêndio: «Lembraremos ao leitor que nisto se prova que se, depois da restauração de Portugal, houve algum traidor que, por interesses pessoais ou de família, projetasse vender à Espanha a independência da pátria, esse traidor foi... D. João IV.» *História de Portugal*, tomo 6, página 106 e seguintes.

[NOTA 14]

Narra fr. Cláudio da Conceição, nomeando os filhos de D. João IV: «Teve fora do matrimónio a senhora D. Maria, nascida a 31 de abril de 1644, de uma senhora limpa de sangue, que entrando depois no convento de Chelas professou a vida religiosa. Educada em casa do secretário de estado António de Cavide, entrou a 25 de março de 1650 no Mosteiro de Santa Teresa de Jesus, das Carmelitas Descalças de Carnide, por ordem de el-rei seu pai a receber as instruções da Madre Micaela Margarida de Santa Ana, filha do imperador Matias, e parenta do mesmo senhor rei D. João IV,* fundadora do dito mosteiro de Carnide em 1642, sendo vinte e dois anos sucessivos priora. Estimou el-rei muito esta filha, o que assaz prova a seguinte carta que lhe escreveu antes de morrer: *‘Minha filha, foi Deus servido que a primeira vez que tendes carta minha, seja despedindo-me de vós, dando-vos a minha bênção acompanhada de Deus que fique convosco, e lembrai-vos sempre de mim como eu o fio de vós. Escrita em Lisboa a 4 de novembro de 1656. Vosso pai, que fica com grande sentimento de vos não ver.’* (Traslada os legados do rei à filha; segue uma carta de D. Pedro, regente, à irmã; e prossegue na edificante biografia da vir-

* Este imperador de Alemanha havia morrido em 1619, depois de ter abdicado em seu primo Fernando, quando o império era dilacerado pelos turcos e pela revolta dos boémios. Presumimos que a freira de Carnide fosse filha ilegítima do imperador, porque, à mingua de legítimos, abdicara no primo.

tuosa senhora). «A rainha D. Maria Francisca a foi visitar a Carnide, e lhe fez grandes honras merendando no seu aposento. A corte lhe dava o tratamento de Alteza. Viveu sempre neste mosteiro em hábito de religiosa, ainda que era de matéria mais fina. Propondo-se-lhe para esposo o duque de Cadaval com aprovação régia, respondeu: que não sairia da clausura senão em postas a tomar outro esposo, pois que já o tinha há muito tempo»... Depois doutros lanços assim piedosos, remata fr. Cláudio: «Faleceu recebendo todos os sacramentos com suma edificação a 7 de fevereiro de 1693 quando contava quarenta e nove anos de idade», *Gabinete Histórico*, tomo IV, pág. 214 e seg. Da mãe de D. Maria não houve frade nem cronista que sequer nos contasse como lá se foi derretendo em lágrimas a vida da freira que o rei dera como esposa a Jesus, depois de se enfastiar dela como barregã.

[NOTA 15]

«O sr. rei D. João IV... vendo um dia meu pai que tinha a honra de ser seu trinchante-mor com um *pourpoint* guarnecido com uma rendilha de prata, lhe disse: *vindes mui bizarro D. António!; mas nunca fui tão rico que pudesse ter outro semelhante*. E assim era, porque sempre se vestiu de estamena... E mandou que nenhum (vassalo) viesse ao Paço com os seus cabelos, por que ele os não conservava, e todos se tosquiaram». *Carta de Luís da Cunha ao Príncipe D. José*.

[NOTA 16]

Esta alusão epigramática do cristão-novo requer elucidação necessária aos leitores descuriosos de genealogias. No reinado d' el-rei D. Manuel veio a Portugal um rico mercador genovês, chamado João Francisco de Lafeta ou Lafeté. De amores com uma fidalga de nome Guiomar Freire, teve um filho ilegítimo, e também teve uma cutilada legítima na cara, com que o brindou um parente da senhora namorada, e teve ainda outro filho de uma judia fanqueira de Setúbal, chamada Branca de Castro. É indeciso nos linhagistas se o sucessor de João Francisco era filho da fidalga, se da judia. É certo que o seu sucessor Agostinho de Lafeta administrou o vínculo que seu pai

instituíra, foi trinchante de el-rei D. João III, e casou com D. Maria de Távora, filha de Rui Lourenço de Távora. Deste matrimónio nasceram dois filhos: João e Cosme. O primeiro casou com D. Antónia de Melo filha de Rui Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer; o segundo casou na Índia com a filha de um advogado que lá chamavam por alcunha o *conde da barba rapada*. Os filhos deste assinaram-se Távora, e os do segundo Lafetas. Enquanto o pai, casando segunda vez com uma filha de Manuel de Melo, eivava de judaísmo o melhor sangue ostrogodo, um filho de João Lafeta casava com D. Maria de Vilhena, filha de Henriques Jacques de Magalhães, e D. Violante de Vilhena. Deste consórcio, procederam Cristóvão de Lafeta, que casou com sua prima D. Brites da Silva, filha do primeiro visconde de Fonte Arcada, e D. Violante de Vilhena que casou com Gonçalo Garcez Palha. Destas últimas alianças por diante, o apelido Lafeta é absorvido nos mais ilustres das raças históricas, por modo que, no dizer de um genealógico de inexorável crítica, apenas haverá em Portugal três famílias tradicionais que não estejam inquinadas do judaísmo dos Lafetas genoveses, e da Branca de Castro, fanqueira de Setúbal. Que lhes preste.

[NOTA 17]

«Bem poderia referir outras muitas precauções que este príncipe (D. João IV) tomava para não ser enganado pelos seus ministros; e contudo, conhecendo ele a inocência de Francisco de Lucena, seu secretário de estado, o deixou condenar à morte, porque os fidalgos o fizeram passar por traidor, não podendo sofrer que ele lhe aconselhasse que lhes não devia alguma obrigação em lhe porem a coroa na cabeça, pois lhe era devida, a fim de que se não julgassem credores de grandes recompensas. Os descendentes deste ministro justificaram depois de muitos anos a sua inocência, e s. m. lhes veio a restituir as honras e os bens, em que eu tive alguma parte estando em Madrid.» *Carta de D. Luís da Cunha ao Príncipe D. José*. Esta carta muito notável e pouco lida, publicou-a António Lourenço Caminha em 1821, sob o título: *Obras Inéditas do Grande Exemplar da Ciência do Estado D. Luís da Cunha, etc*. Observa avisadamente o erudito sr. Inocência

Francisco da Silva que *escaparam na edição numerosíssimos erros que às vezes transtornam o sentido e inteligência dos períodos*. É exatíssima a censura. Possui a mesma carta manuscrita, trasladada pelo acadêmico Foyos, e que envergonha as incúrias do editor da imprensa.

O que raras pessoas terão visto sem lhe saberem a procedência, é a peça explicativa do ódio dos fidalgos, que aclamaram D. João IV, ao secretário de estado Francisco de Lucena. Encontrei-a entre os manuscritos inéditos do chantre Manuel Severim de Faria (1583-1655). Intitula-se: *Carta de parabéns, advertências, avisos e conselhos que se supõe e figura escrever do outro mundo o duque de Bragança D. Teodósio a seu filho o sr. D. João o Quarto, logo depois que pela lealdade da pátria foi aclamado legítimo Senhor e Rei de Portugal*. É atribuída a Francisco de Lucena, e escrita em 1641. Trasladamos os conselhos do pai ao filho, ou antes do ministro ao príncipe: «... Resta que vos façais também temer e respeitar dos maiores fidalgos, que, como vos viram nascer vassalo, e eles, por portugueses, são invejosos e soberbos, mais com rigor e medo se sujeitam que com amor e brandura; e assim a vossa afabilidade com que os tratais, a vossa facilidade com que os admitis e ouvis, a confiança com que de ordinário comeis perante eles, o traje inferior de que, por dardes exemplo, vos vestis, tudo isto os faz a eles piores, mais ousados, menos comedidos. Filho, não é ainda tempo disto; virá ao diante, em que isto se vos estimará muito. Agora, o que neste particular fazeis, tão fora está de se vos gabar e estimar, que antes lhes serve de o motejarem uns com outros, atribuindo tudo a faltas naturais, e que são avisos divinos, ao diante lhe virão assim a parecer.

«Até agora, Filho, lidastes com vassallos que sempre foram vossos; agora lidais com os que há só dois meses que o são. Não vos hajais com eles como se sempre o foram, comei raras vezes em público para que se estime quando o fizerdes. Ouvi a todos que quiserem requerer diante de vós; mas não converseis com nenhum, para que, quando nesta matéria lhe fizerdes algum favor, o tenham por mercê.

«Olhai, Filho, que, como muitos desses fidalgos riram e folgaram convosco sendo duque, com pouco azo que lhes deis, vos perderão

o respeito devido como a rei; e, se assim for, dai-vos por acabado, porque a principal guarda das coroas e cetros é o respeito... A este fim vos digo que nestes princípios não sofraís nem dissimuleis aos fidalgos mais poderosos serem desmandados contra a vossa real pessoa, e contra a lealdade que vos devem: lembre-vos que o dissimular estes crimes é dar ousadia a maiores.

«Para os enfreades ponde ferro em fogo em quem o merecer, e com o castigo de dois se emendarão os mais, e com o dissimulardeis com eles todos se acabarão de danar, porque os mais não vos hão de guardar e defender; e mais certo é que vos hão de vender e trair, e, se puderem, matar.»

Assim predispunha o secretário das mercês o ânimo do rei contra os conjurados de 1641; e relevantemente se mostrou serviçal, colaborando com o carrasco, pois que emprestou para a degolação dos fidalgos o cutelo que trouxera de Madrid, por haver sido com ele decapitado D. Rodrigo Calderon.

[NOTA 18]

Isto de ser agarrado pelas costas o duque de Viseu, quando o Luís XI português o esfaqueou, não se vislumbra da história, porque a história dos governos monárquicos tem sempre sido escrita de joelhos sobre os estrados dos tronos. De feito, D. João II, quando resolveu matar o duque guarda-roupa das casas de Nuno da Cunha em Setúbal, convidou três homens *para testemunhas* do feito: Diogo de Azambuja, Lopo Mendes do Rio, e D. Pedro d' Eça, alcaide de Moura. Este último era um dos mais valentes homens de Portugal. Dele diz Diogo de Paiva de Andrade, nas suas *Memórias*: *foi um fidalgo a quem a natureza dotou de muito ânimo e grandes forças, e por isto el-rei D. João II o escolheu quando quis matar a D. Diogo, Duque de Viseu a quem abraçou por de trás*. Eis aqui a singular missão da *testemunha!*

E, como prova da coragem de D. Pedro d' Eça e dos medianos espíritos do covarde matador do duque, refere Diogo de Paiva um bonito lance: Acontecendo em Moura matarem um homem uns criados seus (do alcaide) foram-se dois irmãos do morto queixar a

el-rei, e disseram-lhes que D. Pedro lho mandara. Pelo que, el-rei o mandou vir à corte, e esteve nela mais de dois anos, posto que, tirada a devassa, o não acharam culpado. Enfadado D. Pedro, disse a el-rei, que pois sua alteza não queria crer que ele não tinha culpa na morte do homem, e os que o acusavam eram dois, que lhe fizesse mercê de lhe mandar dar campo com ambos, para assim se purificar: do que, agastando-se el-rei lhe disse: «que tomara ele ser um dos dois.» E D. Pedro lhe respondeu: «Não fora vossa alteza meu rei, e fosse com eles o terceiro.»

[NOTA 19]

Não é impertinente a notícia do processo de empeçonhar as balas. Aceitemo-la do livro inédito de um mestre de campo do exército de D. Pedro II: «Tomarão licotomum, que é outra casta de acónito ou de Rosalgar (não alteramos a ortografia do texto) e Napelo, dos quais espremerão o sumo com hũa empresa, que se receberá em hũa vasilha de vidro, precatando-se de não lhe tocar com as mãos, a qual vasilha será exposta ao sol no mês de julho por espaço de 30 dias, recolhendo-a todas as tardes ao pôr do sol em hũa cestinha coberta e guardada em lugar cálido, isento de todo cheiro forte, como de alhos ou cebolas, por os tais lhe embotarem a força; e ó outro dia ao sair do sol se torne a expor nele a vasilha até que o sumo se engrosse a modo de unguento que será pouco mais ou menos ao cabo do tempo dito; advertindo que na madrugada, antes que se tire a vasilha do cesto, para a expor ao sol, hão de descobrir o cesto desviando-a dele, e o deixarão assim aberto por espaço de boa meia hora, antes de pegar na vasilha, e à tarde, antes de a arrecadar no cesto a cobrirão³³ com alguma cousa, o corpo mais desviado que puder ser. Depois tomarão³⁴ três ou quatro Rubetos que são sapos de silvas grandes, e cheios de nódoas de várias cores, muito peçonhentos, e tanto mais o serão quando sejam apanhados em lugares sombrios e frios como nos paúis cheios de palha tabúa. Estes serão metidos em uma vasilha de cobre de fundo redondo, capaz de os receber comodamente, com sua tapan-doura que venha justamente com a boca da vasilha, que terá uma

azelha por cima pela qual poderá entrar a ponta de hũa aste para de longe a poderem descobrir; ao lado da vasilha hum pouco por cima do seu fundo haverá hũas cavas em forma de hũa meia laranja, situado em modo de Bebedouros de Gaiolas, e no meio do fundo da vasilha haverá hũa feça ou abertura estreita que dará em hum segundo fundo, do mesmo metal, a modo de funil. As ditas covas a modo de Bebedouros, se encherão de óleo de Escorpião; feito o que, os sapos se meterão na vasilha que será bem e justamente coberta com sua tapadoura e assentada sobre uma³⁵ trempe, em modo que a ponta do funil do segundo fundo dê em a boca de hũa garrafa de vidro, assentada em uma tigela de água fria, e a coisa assim desposta se fará hũa cama em redondo de ladrilhos da altura da trempe que a cercará toda ao redor, na largura de dois palmos até dois palmos e meio, em cima da qual se acenderá um fogo de roda brando e moderado de carvões afastados da vasilha um palmo, mediante o que a vasilha irá aquecendo pouco e pouco, dentro da qual os sapos sentindo a queutura não acostumada, de sequiosos e suados, arremeterão a beber o óleo de Escorpião dos Bebedouros, que lhes fará bomitar toda a peçonha que dentro em si tiverem, a qual, caindo pela abertura do fundo da vasilha no segundo fundo do funil, e deste à garrafa, continuará o fogo, no mesmo estado por espaço de 4 a 5 horas, e assim o deixarão até o outro dia, em o qual, querendo abrir a vasilha, terão em sentido virar as costas da parte do vento, e com hũa vara ou aste hum pouco comprida, que passará pela azelha da tapadoura, desviando-se o corpo da vasilha, o mais que puder, a destaparão e deixarão assim aberta por espaço de outras 4 ou 5 horas, ao cabo das quais seguramente se poderão chegar à vasilha, e recolher o veneno da garrafa, ao qual se poderá ajuntar o sumo das ervas dos acónitos d'antes expressados, e juntamente anémona, cicuta, meimendro, mendrágora, mala insana, berengela, pés de gansos de todas as castas, ranúnculos, erva Moura, arsénico branco, e cérebros de rato e de gato».

É de recear que o leitor desconfie da capacidade deste sujeito que mandava ervar as balas com sucos de pés de ganso e miolos de gato e rato! Saiba, pois, que o autor da receita foi um militar de elevada

patente que exerceu em Portugal no reinado de D. Pedro II cargos importantíssimos na guerra. Possui com grande estimação dois manuscritos inéditos de Miguel de Lescolle, que assim se chamava o mestre de campo. Um, é este de que trasladamos o processo de ervar as balas, e intitula-se: *Recopilação de alguns fogos artificiais, para ofensa e defesa de praças, e embarcações, e de alguns outros para as alegrias e recreações feitos pelo Mestre de Campo Miguel de Lescolle*. O outro manuscrito, de primoroso calígrafo do começo do século XVIII, é: *Lições de Artelharia recopiladas e feitas por Miguel de Lescolle, Mestre de campo intertenido na Província de Entre Douro e Minho, a cujo cargo está a conservação do trem de Artilharia, Armas e Munições dela, e as fortificações das Praças de sua fronteira por mandado do sr. Marquês das Minas, dos Conselhos de Sua Alteza, Mestre de Campo general, e Governador das Armas da mesma província*.

Um homem deste vulto, se acreditava na peçonha dos pés de ganso e do cérebro dos ratos, é porque realmente, naqueles dias, a toxicologia era mais investigada que hoje.

[NOTA FINAL]

As pessoas lidas na história pátria estão afeitas a encontrar, neste caso da tentativa de morte contra D. João IV, que houve um denunciante de Domingos Leite, chamado *Manuel da Cunha*, e não *Roque da Cunha*, como eu o denomino. Arguem-me pois de inventar nomes desnecessários à novela com agravo da história. É injustiça que me fazem. Todos os historiadores que o leitor conhece o enganaram involuntariamente ou por negligência de quem fiou demais nos seus antecessores e guias. Tenho presentes o conde da Ericeira (*Portugal restaurado*), fr. Cláudio da Conceição (*Gabinete histórico*), D. António Caetano de Sousa (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*), Roque Ferreira Lobo (*História da Aclamação de D. João IV*), Ferdinand Denis (*Portugal Pitoresco*), João Baptista de Castro (*Mapa de Portugal*), o sr. Viale (*Resumo da História de Portugal*), e melhor que todos o sr. Manuel Pinheiro Chagas (*História de Portugal*). Dizem todos invariavelmente que o delator de Domingos Leite

era *Manuel Roque*, porque todos invariavelmente se guiaram pelo conde da Ericeira, que escrevia 32 anos depois do sucesso. O mais curial seria averiguar nos escritores coevos, e nomeadamente as relações escritas no mesmo ano de 1647. O investigador laborioso encontraria, acerca deste assunto, afora a citada notícia de *fr. Francisco Brandão* impressa em 1647, duas mais do mesmo ano, uma de *António de Sousa de Macedo*, e outra de *D. Francisco Manuel de Mello*. São duas peças declamatórias: retórica em barda, e muita pobreza de particularidades. O documento mais precioso é do cronista-mor do reino. O conde da Ericeira não o leu; que farte revela ignorância dos elementos que o deviam esclarecer. Diz que Domingos Leite Pereira era de Lisboa, e de família distinta. Quanto a ser de Lisboa, claramente contradiz a afirmativa do escritor coetâneo que o faz de Guimarães neste trecho da sua relação: *Foi o executor da máquina... Domingos Leite Pereira indigno de haver nascido na nobre e leal vila de Guimarães, que sempre abominará tão monstruoso aborto*. E em outra passagem, já referida no texto, nos conta que Domingos Leite, da primeira vez que viera de Castela a Lisboa, fora procurado em Guimarães. Pelo que respeita ao nome do traidor, em vários lanços o nomeia *Roque da Cunha*, e em um deles, por sinal, a crítica de Brandão desmerece grandemente dos créditos alcançados noutros escritos. Senão, vejamos: *Dia de S. Roque, a 21 de agosto, se executou a sentença no delinquente, e o ser Roque da Cunha o companheiro que o entregou à justiça, faz crível que por ser este santo um dos tutelares do reino, escolhido pelo sr. rei D. João III, de que na capela real há particular confraria, acudiu à vingança merecida contra os legítimos reis desta coroa*.

FIM DAS NOTAS

NOTA SOBRE A EDIÇÃO DE *O REGICIDA*

Um dos primeiros fólhos do conjunto que contém *O Regicida*, escrito pela mão de Camilo Castelo Branco, serviu apenas para embrulhar os outros e endereçá-los à casa editora que haveria de publicá-los em 1874. Além do nome do remetente, Camilo escreveu o nome e a morada do destinatário, sobrepondo-lhes a denúncia do conteúdo: «manuscripto». Há também três carimbos, o que talvez signifique uma viagem com escala. As datas nos carimbos não vão além do mês, mas talvez possamos deduzir o ano. Os primeiros carimbos foram deixados sobre os selos e só se consegue ler neles um número (16) que julgo ser indicação do dia em que o manuscrito foi posto no correio com destino à casa editora. Há depois, à direita, um carimbo que diz «Registada Porto 19 12», do qual depreendo que o pacote passou pelo Porto no dia 19 de Dezembro do ano anterior ao da publicação do romance, ou seja, 1873. O carimbo colocado mais à esquerda diz «Lisboa 24 12», o que significará ter sido recebido em Lisboa na véspera de Natal de 1873. É provável que a viagem entre a estação de correios em Lisboa e a Praça de D. Pedro, 68, tenha demorado um par de dias e que a composição do romance tenha começado só depois da passagem de ano. Seja como for, nas mãos do compositor que o passou a letra de forma perdemos o rasto à génese de *O Regicida*. Para trás ficou o manuscrito, atualmente guardado na Biblioteca Municipal de Sintra, onde podemos observar a evolução desde a primeira reda-

ção até à que chegou à Praça de D. Pedro. Nele, podemos mesmo vislumbrar o que ficou antes do manuscrito, quando Camilo faz prolepses, como esta:

Lá ao diante, formará o leitor conceito da natureza do milagre solicitado, e então verá que tal era ele que o santo, se o não fez, foi por que realmente não pôde.

Não há nos fólios do manuscrito nenhum sinal de estas antecipações terem sido acrescentadas posteriormente, quando a elaboração da história permitisse já fingir que o passado fosse futuro. Podemos, pois, deduzir que a evolução da narrativa não a decidia Camilo à medida que avançava em cada fólio. Antes estaria já delineada ou mentalmente ou em plano escrito, que não sobreviveu.

Mas o romance não parou de evoluir, quando Camilo o embrulhou e selou para a viagem até Lisboa. A comparação entre a última redação do autor, conservada no manuscrito, e o texto da primeira edição dá conta desta evolução de que não subsistiu registo direto. Sabemos que as emendas reveladas pela comparação são autorais, embora tenham provavelmente convivido com o trabalho de regularização gráfica e ortográfica desenvolvido pelo compositor. O que não sabemos exatamente é o lugar, o modo nem os tempos das intervenções camilianas nas provas tipográficas de *O Regicida*. Estando à data a viver em S. Miguel de Seide ter-se-á deslocado a Lisboa para corrigir provas junto do compositor? Ter-lhe-ão chegado por correio e terão sido devolvidas do mesmo modo? Quantas provas terá Camilo revisto? E qual terá sido exatamente o limite da intervenção do compositor? As respostas a estas perguntas talvez pudessem esclarecer algumas (poucas) emendas que, tendo sido introduzidas na primeira edição, deixaram o texto mais deficiente do que a versão do manuscrito.

A maior parte das intervenções autorais, feitas entre o manuscrito e a primeira edição, são afinações da pontuação, o que é natural, pois, para Camilo, a revisão de provas tipográficas é uma operação

de acabamento; não é, como para outros autores, lugar de criação. Prova disto é que os acrescentos ao texto do manuscrito não chegam à dúzia, e apenas num caso Camilo acrescenta mais de uma ou duas palavras. À parte os casos de correções óbvias, nota-se o esforço de contenção da pontuação, nas eliminações de pontos de exclamação e de reticências (embora haja, uma ou outra vez, o movimento contrário), mas também na eliminação de vírgulas que, embora justificáveis do ponto de vista sintático, não se achavam absolutamente necessárias*:

em Lisboa<1 ,> em 1673<1 ,> é bem de ver
 Por isso disia eu<1 ,> agora<1 ,> que
 Bernardo perguntou-lhe<1,> a mêdo<1 ,> se descobrira
 Ouvi dizer que elle, desde a morte de <1 ...> certa pessoa
 — Mentira atroz<1 !> — assentiu
 Onde vai o meu amo?!.. [1 !...]
 por que me bacorejava o coração que meu amo não estava lá!. [1...]

Eventualmente relacionáveis com esta contenção na pontuação, algumas emendas significativas parecem procurar também uma expressão mais enxuta:

n'aquella funesta [1 primeira] noite
 á espera que as palpebras embebessem o golpho [1 jorro] das lagri-
 mas
 tosquiados quase cerces [1 e rentes], descampavam-lhe
 e resvalou-lhe [1 e cahiu] de joelhos <1 aos pes,> exclamando
 ao perpassar [1 passar] pela cadeirinha

* Entre parênteses retos, encontram-se os acrescentos que se fizeram na primeira edição, em substituição da(s) palavra(s) que os precede(m). Entre parênteses esquinados, encontram-se as eliminações feitas na primeira edição. O número 1 (em negrito) indica a primeira edição. Assim, «e resvalou-lhe [1 cahiu] de joelhos <1 aos pes,> exclamando» significa que, na primeira edição, a palavra «cahiu» substitui «resvalou-lhe» (no manuscrito) e «aos pes,», conjunto que se encontra no manuscrito, foi eliminado na primeira edição.

Nem um instante de quebranto, de pavor ou de supplicantes lagrimas! [1 de supplica!]

O mesmo objetivo das emendas anteriores poderá ter orientado as escolhas de Camilo por desfazer inversões feitas no manuscrito:

mas eu, se la for, [1 se eu lá for],
no seu alforge de moscovia afivellado [1 alforge afivelado de moscovia] de prata
rodou vagarosamente, e tremula voz [1 voz tremula] de dentro disse
cuja esquinada janella [1 janella esquinada] dominava

É pequeno este pecúlio de emendas orientadas pela contenção e, portanto, incapaz de recordar que *O Regicida* foi escrito na época em que Camilo procurava contrariar os excessos do Romantismo e se deixava influenciar pelo Realismo e pelo Naturalismo; mas talvez não seja alheio ao facto.

Poderá, por outro lado, parecer contraditório que, noutra conjunto de emendas, Camilo se esforce por fugir de expressões que lhe terão parecido demasiado chãs e, portanto, pouco expressivas ou imprecisas. A contradição, no entanto, é apenas aparente, porque o esforço de refinamento nelas reconhecível nada tem de excessivo.

não a lavava da mancha inapagavel [1 indelevel] de donzella que foi as delicias

Angela resurgia salva da perigosa doença [1 enfermidade], quando querem que as atoardas sejam [1 se propaguem] bastante aleivasas
Não tinha resposta [1 replica] sensata a pergunta.

Todo homem [1 o infeliz] que chegou a conhecer neste mundo rompendo a bastarda no excesso de dizer [1 reguingar] que havia de

Também a substituição de vírgulas ou pontos e vírgulas por dois pontos poderá ter almejado uma maior expressividade ou dramatismo:

admirava-se de não ter ainda adormecido; [1:] e Domingos Leite Pereira, entrando em sua caza
 Dizes tu que não pozeste a mão no padre; [1:] que foi Roque da Cunha quem o matou.
 matou um padre, amante de sua mulher; [1:] e que [1 e que o sr. D.] Filipe IV
 Abre depressa; [1:] mas não faças rumor

As supressões do pronome «eu», em contexto de diálogo, poderão refletir uma vontade de aproximação ao discurso coloquial:

Todo <1 eu> me sinto perdido
 creia que <1 eu> heide conseguir mandar-lhe sua filha
 — Que ninguém saiba que <1 eu> estou em Lisboa...
 Veio com efeito, e <1 eu> pelo caminho fora, de Alcantara ate aqui á rua, e depois
 Não pense n'isso, por que <1 eu> tenho ouvido dizer que, se o apañham,
 E para que <1 eu> va mais leve, e menos sugeito a que me roubem, fica tu

As hesitações verbais merecem igualmente análise, já que, se em alguns casos parecem justificar-se, noutros a escolha não parece óbvia:

Quando Maria se levantava [1 levantou] sem altear [1 os] olhos assim do estrado, accercou-se mais o rei,
 do tyranno que lhe tirara [1 tirava] o pão, a patria, e a filha,
 D Maria de Arrayolos e a camareira-mor, curvando-se para levantar [1 levantarem] do chão um
 escrivão murmurava [1 murmurou]

Os propagadores do boato, querendo explicar a fuga simultanea de Roque da Cunha,
 mas eu, quando desprender as asas, vôo [1 voarei] do Zimborio da capella
 Ca te avem [1 avirás] com o padre, se ressuscitar
 Amanhan fallarás [1 fallas] com o corregedor do bairro
 porque o respirar lhe dava afflicçoens, ou o pavimento se lhe figurasse [1 figurava] um despenhadeiro.
 que deixasse o infeliz restaurasse [1 restaurar] forças
 Querem que Deus deve [1 deva] saber o que fez. Saberá.
 O pai perguntava coisas tão insignificantes que parecêra [1 parecia] futilissimo, se não fosse desgraçado em extremo.
 tentaram, abaixando-se, evitar ás duas senhoras a cortezia de levantarem [1 levantar] o panno.
 que morreria [1 morria] de saudades d'ella?

Claro que estas emendas menos justificáveis poderão dever-se simplesmente a um compositor desastrado, cujo limite de intervenção desconhecemos.

Seguramente autoral é o esforço para eliminar repetições (seja estruturais seja vocabulares):

El-rei parecia encaral-a [1 olhal-a] com o resguardo timido de vas-sallo a olhar [1 contemplar], reconditamente amoroso, para uma [1 , a sua] rainha.
Chamou-o a rainha, deu-lhe um dote, chamou o [1 e ordenou ao] capellão<1 , e mandou> que os cazasse.
descendo a calçada de S. Crispim; e, atravessando o Beco do Bogio, desceram [1 baixaram] ate ás Portas do Ferro
 A opinião publica não disia isto: era Antonio Cavide, e mais algum fidalgo da intima confiança do rei, que o disiam [1 segredavam] entre si.
 e entrou no Arco de Ouro. Debaixo deste arco [1 da arcada] estava a Porta da Campainha.

Num caso, o adjetivo «alvoroçado» é substituído possivelmente por já ter sido usado umas linhas acima:

Depois vieram as criadas alvoroçadas [1 sobresaltadas], e Maria

Mas a partir deste ponto, Camilo terá ganhado fastio ao «alvoroço» e trocou-o mais duas vezes, sem justificação óbvia.

nem que a novidade, se o fosse, a alvoroçasse [1 inquietasse] tanto! exclamou Domingos Leite alvoroçado [1 conturbado].

Este poderá ser um retrato do comportamento de Camilo Castelo Branco ao rever provas tipográficas, em lugar, suporte e companhia incertos. Para trás, ficava todo o labor de apuramento do texto e da narrativa, de que o manuscrito guarda registo e que em edição genética se dará conta.

Já a seguir a esta página, encontram-se registadas as emendas que a afastam da primeira edição. Também aí ficam indicados alguns aspetos considerados interessantes da evolução textual de *O Regicida*.

APARATO CRÍTICO

¹ ungingo-lhe as mãos de lágrimas.] *1.ª ed.* ungingo-lhe a cara de lágrimas. (*A variante da 1.ª ed. não faz sentido, pois Domingos Leite estava ajoelhado diante da mulher, e assim continuou.*)

² cá em cima] *1.ª ed.* cá em cima

³ estofa] *Assim no ms. A emenda estola, introduzida na 1.ª ed. deverá corresponder a uma banalização não autoral induzida pelas referências, no contexto, a figura eclesiástica.*

⁴ amanhã falas] *No ms. vem amanhã falarás... e lhe dirás; a emenda introduzida na 1.ª ed. para amanhã falas é certamente autoral, e por isso respeitada.*

⁵ adormecido:] *No ms. adormecido;*

⁶ doméstico.] *Na 1.ª ed. foi introduzida pontuação não justificável: doméstico:*

⁷ quem lhe falará de seu pai!...] *Assim no ms.; a 1.ª ed. introduz uma emenda que o contexto da frase não apoia: quem lhe falará de meu pai!...*

⁸ em cuja casa reunia] *Típica emenda da 1.ª ed.: enquanto o ms. trazia em cuja casa reuniam, remetendo o verbo plural para um sujeito fidalgos, na 1.ª ed. o verbo singular significa que o sujeito passa a ser a mulher do dr. Guedelha, a qual reunia em sua casa os ditos fidalgos.*

⁹ parece-me português do Minho do nosso Portugal, este homem! – disse Leitão] *A pontuação introduzida pela 1.ª ed. é defeituosa: este homem: – disse*

¹⁰ *No manuscrito, Camilo salta da nota 12 para a nota 18, tanto ao escrever o texto quanto ao escrever as notas ao texto. O mesmo salto, que afeta toda a restante numeração das notas, encontra-se refletido na primeira edição, que aqui se corrige.*

¹¹ *Este nome oscila entre Antônio Cavide e Antônio de Cavide. A edição genética revela que, depois de um momento em que Camilo opta por «de Cavide», há um momento em que elimina o «de», seguido do momento em que já quase não o escreve. Camilo não fez portanto uma campanha de correção deste nome, mas parece ter preferido, por último, a forma sem «de». Na 1.^a edição tendeu-se para repor o «de», mas o resultado das intervenções não é uniforme. Na presente edição, optou-se por manter a oscilação, tal como ela consta da primeira edição.*

¹² *indefere] 1.^a ed. indifere*

¹³ *lazarento] No ms., Camilo revela repetidamente hesitar na grafia desta palavra, que tanto parece lazaronto, como lazaranto. A dúvida, pelos vistos, só foi resolvida na 1.^a ed.*

¹⁴ *Sua majestade houve por bem admitir a vossa mercê à sua real presença] No ms., Camilo escreveu, com sintaxe menos áulica, admitir vossa mercê, sendo sugestivo pensar que se lhe deve a melhoria na 1.^a ed.*

¹⁵ *não costumando o rei a empregar] Presta-se esta variante a comentário análogo ao anterior: no ms., lia-se costumando o rei empregar; o apuro da regência verbal configura-se, assim, como um traço revisional da 1.^a ed., decerto autoral.*

¹⁶ *a minha ama e a menina] Assim no ms., lição melhor que a da 1.^a ed.: a minha ama e menina*

¹⁷ *Estas casas hão de ter outras] A lição da 1.^a ed., Estas casas hão ter outras, é seguramente deficiente.*

¹⁸ *estão devolutos os três prédios] A lição da 1.^a ed., estão devoluto os três prédios, é deficiente.*

¹⁹ *aparaltado] Assim no ms. e na 1.^a ed.*

²⁰ *plenamente de pólvora] Assim no ms.; 1.^a ed. do polvora*

²¹ *O ms. traz neste ponto uma instrução que o compositor da 1.^a ed. não respeitou: Segue na pagina segte. com intervalo de 4 faias,*

o que significa que o texto deveria ter aqui um espaço correspondente a quatro entrelinhas (faias). A pág. seguinte abre com o número do capítulo seguinte, XX, que foi riscado quando Camilo decidiu que o texto deveria fazer parte do anterior, apenas destacado pelo espaçamento.

²² chairel] Assim no ms.; 1.^a ed. cairel

²³ Ele temia e tremia do quebranto de sua alma,] O ms. *lia inicialmente* Elle tremia do quebranto, *mas Camilo não resistiu a entrelinhar um jogo verbal*: Elle [↑temia e] tremia, *jogo que passou despercebido ao compositor tipográfico e se converteu em dislate da 1.^a ed*: Ele tremia e tremia, *só emendado na errata.*

²⁴ que lhe tirara o pão,] Assim no ms., *cuja lição é claramente superior à da 1.^a ed.*, tirava.

²⁵ caravina] *A forma cravina, que ocorre diversas vezes no manuscrito, foi substituída duas vezes, na 1.^a ed., pela forma caravina.*

²⁶ *Faltam no espólio camiliano da Bibl. Mun. de Sintra os fólios correspondentes a esta Sentença. Deve ter sido o próprio traslado de Inocêncio que serviu de original de imprensa, seguindo depois destino diverso do restante material. Usa-se aqui como exclusiva base, portanto, o texto da 1.^a ed.*

²⁷ na forma costumada] 1.^a ed.: na forma do costumada

²⁸ *Parece haver aqui uma omissão de texto, que na circunstância é irreparável.*

²⁹ entraram] 1.^a ed. entravam

³⁰ *Estas notas, escritas em tiras com numeração própria e depois integradas na sequência do livro, devem ter sido redigidas em paralelo com o romance.*

³¹ *No manuscrito, o testamento de D. João IV foi transcrito com muitas abreviaturas e outras características que credibilizam a declaração de recurso a documento «escrito pelo punho» do rei. Na primeira edição, optou-se pela regularização, que aqui se mantém.*

³² 1 de setembro de 1755] Assim no ms. e na 1.^a ed.

³³ cobrirão] *No ms. e na 1.^a ed. cobriram, em manifesta contradição (autoral) com o contexto, que requer verbos no futuro.*

³⁴ tomarão] Ms. tomarám 1.^a ed. tomaram

³⁵ uma] Assim no ms. e na 1.^a ed. Neste passo, como em outros seguintes, ao autor esqueceu fazer a emenda de uma para hũa, com que adornou retroativamente o ms.

ÍNDICE

9	ADVERTÊNCIA
11	I
17	II
21	III
27	IV
33	V
37	VI
43	VII
49	VIII
59	IX
65	X
77	XI
83	XII
93	XIII
99	XIV
105	XV
115	XVI
125	XVII
135	XVIII
141	XIX
153	XX
161	XXI
171	CONCLUSÃO
173	NOTAS
197	NOTA SOBRE A EDIÇÃO DE <i>O REGICIDA</i>
205	APARATO CRÍTICO

Romance «afoitamente denominado histórico»,
seguramente mais regicida
do que o próprio regicida que resgata do esquecimento
– contra «as conveniências» da história impressa
e a bem dizer quaisquer outras.

Abel Barros Baptista

edição crítica
CÁMILO
CASTELO
BRANCO

ISBN 978-972-27-2124-0

9 789722 721240